



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CIVILIZANDO OS FILHOS DA “RAINHA”, CAMPINA GRANDE:
modernização, urbanização e grupos escolares
(1935 a 1945)**

MARIA RAQUEL SILVA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa-PB
Agosto de 2011

**CIVILIZANDO OS FILHOS DA “RAINHA”, CAMPINA GRANDE:
MODERNIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E GRUPOS ESCOLARES (1935 A
1945)**

MARIA RAQUEL SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa-PB 2011

S586c Silva, Maria Raquel.

Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945) / Gabriela Bezerra de Medeiros.-- João Pessoa, 2011.

105f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. História. 2. História e Cultura Histórica. 3. História - Instituições – Campina Grande (PB). 4. Grupo escolar - implantação. 5. Campina Grande (PB – modernização - urbanização.

UFPB/BC

CDU: 930.1(043)

**CIVILIZANDO OS FILHOS DA “RAINHA”, CAMPINA GRANDE:
MODERNIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E GRUPOS ESCOLARES (1935 A
1945)**

MARIA RAQUEL SILVA

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/ ____/ ____, com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof^a. Dra. Mauricéia Ananias
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof^a. Dra. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interna

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Aos meus pais, irmãos e amigos, meu porto
seguro.

...Jamais desista de ser feliz, pois a vida é um espetáculo imperdível, ainda que se apresentem dezenas de fatores a demonstrarem o contrário.

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Demonstrar nossa gratidão ao final de uma caminhada àqueles que estiveram ao nosso lado nos apoiando, consolando e guiando revela o quanto precisamos do outro na estrada da vida. Por essa razão, quero agradecer a força e a confiança depositada por todos ao longo desses anos.

Primeiramente, não devo esquecer que sou guiada por uma força suprema que direciona minha vida todos os dias. Obrigada meu Deus!

Não poderia deixar de lembrar que isso só se tornou possível *mainha* (Luzimar) e *painho*, (Inácio), porque vocês sempre me apoiaram, sendo a rocha firme que me sustenta e que me permite sonhar a cada dia com um voo mais alto. Obrigada, vocês sabem o quanto foi difícil essa caminhada, as noites de sono perdidas, as lágrimas derramadas e os sacrifícios realizados para chegar aqui, pois sofremos juntos e estamos vencendo juntos. Quantas vezes eu disse não vou mais?

Não é mesmo meus irmãos (Célia, Mônica e Sérgio) não conseguiríamos nos lançar no voo da vida se não tivéssemos a união familiar que temos. Não tenho palavras para expressar minha gratidão aos gestos de amor de vocês. Obrigada, por terem me presenteado com a Ana Clara e Manuele e por terem casado com Armando, Edgley e Maria.

Fico grata a todos que participaram direta ou indiretamente nessa realização.

À família do meu tio Antonio Silva, por ter me acolhido na sua casa nos dias que precisei permanecer em João Pessoa. Não conhecia vocês, mas hoje me sinto em casa, não é dona Fátima, Flávia, Raquel, Amanda, Taís. Não me esqueci de você não Airton, obrigada.

E vocês Paula Faustino Sampaio e Sílvio César Lopes, o que dizer dos conselhos quando estive preste a desistir do curso, me fizeram lembrar que voar é arriscar a todo o momento. Sou grata pela amizade, de todas as horas.

A Marciel Medeiros (Matemático/Historiador) pela amizade e pelo exemplo de persistência e garra de vencer. Admiro-te muito.

A Diniz e a Andrade pelo o carinho, a atenção, o cuidado e o zelo que me trataram nesses últimos dois anos.

Ao amigo/professor Dr. Antonio Clarindo que me ajudou a ler Campina Grande, na ausência de Fábio, obrigada por me ajudar a voar pela cartografia campinense.

Ao meu amigo Fábio Gutemberg R. Sousa (In memoriam), creio que mesmo não estando fisicamente no mundo estivesse muitos momentos comigo na escrita da dissertação.

Aos amigos de curso (turma de 2009) Clécio, André e Vânia Cristina por terem sido companheiros na caminhada.

Ao grupo de estudo do professor Antonio Carlos (Priscila, Rosângela, Enny, Vivia e Bruna) com quem compartilhei momentos de aprendizagem sobre grupos escolares.

Ao senhor Pedro funcionário da FUNESC que atenciosamente me atendeu quando precisei consultar os jornais.

Aos professores do programa de pós graduação em História da UFPB precisamente, a Vilma de Lurdes e Regina Célia por tratarem seus alunos não só como estudantes, mas como filhos.

Ao orientador Antonio Carlos pela paciência e dedicação na correção desse trabalho, mas que isso, por procurar compreender as dificuldades da caminhada e por puxar minha orelha nas horas certas, me senti filha.

A banca examinadora pela contribuição realizada e pela sensibilidade na correção da mesma.

Enfim, a todos que como anjos enviados me apoiaram nessa realização.

RESUMO

Este estudo procurou estabelecer um diálogo entre a história das instituições escolares e a história das cidades, nos detendo, particularmente, às especificidades da cidade de Campina Grande – *Rainha da Borborema-PB*. A partir dessa perspectiva mais ampla a pesquisa teve como objetivo refletir acerca da implantação de novos grupos escolares e a sua relação com o processo de modernização e urbanização da referida cidade, no período de 1935 a 1945. A delimitação do período foi estabelecida em virtude de ter sido publicada uma importante Reforma do Ensino na Paraíba, em 1935, e por ter sido, também, o ano em que Vergneaud Vanderley foi nomeado prefeito de Campina Grande, dando início, na sua administração, ao movimento de modernização, marcado pela reurbanização de áreas tracionais da cidade e pela urbanização de novas localidades. Quanto ao ano de 1945 foi levado em consideração por ser, pela historiografia, um marco da história política brasileira que finalizou a ditadura estadonovista. No transcorrer da pesquisa discutimos a criação dos novos grupos escolares, quais sejam: Monsenhor Sales, Clementino Procópio e José Tavares, salientando os seus aspectos arquitetônicos, representativos do processo de modernização da educação e da cidade. Verificamos, também, que esses grupos escolares atenderam não somente às demandas originadas das elites locais, mas, sobretudo, atenderam as necessidades dos segmentos médios e populares. Nesse sentido, para alcançarmos os nossos objetivos nos apoiamos, além dos seguintes autores, Nagle (1974), Sousa (2003), Magalhães (2004), Pinheiro (2002), Oliveira (2005), Agra (2006), nas notícias publicadas nos jornais *Voz da Borborema* e *A União*, tentando compreender as idéias nelas contidas acerca da cidade de Campina Grande. Trabalhamos com as publicações de memorialistas campinenses, tais como: Dinoá (1993) e Pimentel (1938), além de documentos colhidos nos grupos escolares aqui em estudo, especialmente, os livros de matrículas.

Palavras-chave: modernização, grupo escolar, urbanização, Campina Grande

ABSTRACT

This study sought to establish a dialogue between the history of educational institutions and the history of cities, holding us back, particularly, to the specificities of the city of Campina Grande – *Rainha da Borborema*. From this broader perspective to research aimed to reflect on the implementation of new municipal schools and their relationship to the process of modernization and urbanization of that city, in the period 1935 to 1945. The delimitation of the period was established by virtue of having been published a major Education Reform in Paraíba in 1935 and was also the year that Vergneaud Vanderley was appointed mayor of Campina Grande, beginning, its administration, the movement of modernization, marked by the redevelopment of areas of the city and pulled by the urbanization of new locations. The year 1945 was taken into consideration for being considered by historiography, a landmark of Brazilian political history that ended the dictatorship of the New State. In the course of the research discussed the creation of the new municipal schools, namely: Monsenhor Sales, Clementino Procópio and José Tavares, stressed both its architectural features, representative of the modernization process of education and city. We also verified that these groups not only attended school to the demands arising from local elites, but, overall, met the needs of medium and popular segments. Accordingly, to achieve our goals we rely, in addition to the following authors, Nagle (1974), Sousa (2003), Magellan (2004), Pinheiro (2002), Oliveira (2005), Agra (2006), published in the news newspapers *A Voz da Borborema* and *União*, trying to understand the contained therein about the city of Campina Grande. We work with the publications of Campinense memoirists such as Dinoá (1993) and Pimentel (1938), and documents collected in school groups under study here, especially the enrollment books.

Keywords: modernization, grupo escolar, urbanization, Campina Grande

LISTA DE FOTOS E FIGURAS

Foto 1: Praça Clementino Procópio, Campina Grande, nos dias atuais.	16
Foto2: Grande Hotel, hoje secretaria de administração Municipal e Secretaria de Finanças de Campina Grande.	16
Foto3: Av. Floriano Peixoto, Campina Grande, nos dias atuais.	16
Foto 4: Praça Clementino Procópio, Campina Grande em 1940	33
Foto 5: Grande Hotel/ Campina Grande. Uma das realizações da administração de Argemiro de Figueiredo	35
Foto 6: Grande Hotel/ Campina Grande. Uma das realizações da administração de Argemiro de Figueiredo	36
Foto 7: Palacete Municipal em construção, 1941.	38
Foto 8 : Avenida Floriano Peixoto (década de 1930), vista da torre da matriz.	39
Foto 9: Av. Floriano Peixoto, início da década de 1940, vista do Grande Hotel.	39
Figura 10: Planta da Cadeia do Monte Santo, Campina Grande	42
Figura 11: Planta da Cadeia do Monte Santo, Campina Grande	42
Figura 12: Projeto da casa de Saúde Maternidade Francisco Brasileiro. Campina Grande Centro do serviço Municipal de Saúde, Antiga Casa de Saúde, Bairro da Prata, Campina Grande.	44
Foto 13: Centro do Serviço Municipal de Saúde, Antiga Casa de Saúde, Bairro da Prata, Acervo da Autora, Campina Grande, 2010.	44
Foto 14: Saneamento de Campina Grande. Realizações da administração de Argemiro de Figueiredo	48
Foto 15: Imagem de vários aguaceiros carregando água para abastecer os moradores campinenses	50
Foto 16: Grupo Escolar Clementino Procópio, Campina Grande.	53
Foto 17: Grupo Escolar Monsenhor Sales, Galante.	53
Foto 18: Grupo Escolar José Tavares, Queimadas.	53
Figura 19: Turma do Grupo Escolar José Tavares, ano de 1943	60
Figura 20: Turma de concluintes do ensino primário e complementar do Grupo	60

Escolar José Tavares, Queimadas, em 1944.

Figura 21: Grupo Escolar Monsenhor Salles em construção. Galante - Campina Grande, 1936. 65

Foto 22: Grupo Escolar José Tavares, Queimadas – Campina Grande 66

Foto 23: Grupo Escolar Clementino Procópio - Campina Grande. 73

Foto 24: A participação dos alunos na comemoração do dia da Juventude, 1941 80

LISTA DE QUADROS

- Quadro I:** Dados comparativos relativos à arrecadação de impostos em Campina Grande e João Pessoa, início da década de 1940. 23
- Quadro II:** Atividades profissionais dos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas séries 1º ao 5º ano, do ensino primário e Complementar, em 1944, Grupo Escolar José Tavares, Queimadas/PB. 59

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	I
EPÍGRAFE	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE FOTOS E FIGURAS	VII
LISTA DE QUADROS	IX
SUMÁRIO	X
CAPÍTULO I: NOSSO (PER) CURSO NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	1
1.1 O objeto a ser operado: a delimitação temporal e os objetivos	5
1.2 Possíveis diálogos teórico-metodológicos	9
CAPÍTULO II: REMODELANDO A CIDADE DE CAMPINA GRANDE: O desenvolvimento econômico e urbanístico	17
2.1 Campina Grande, a “Rainha da Borborema”: reformas urbanísticas	17
2.1.1 Espaços salubres: a construção, inauguração e usos da Praça Clementino Procópio	29
2.1.2 Modernização e monumentos: reforma de ruas, construção de edifícios em Campina Grande	34
2.1.3 Modernização e disciplinarização dos corpos: construção de espaços de vigilância	41
2.1.4. Assistência médica: a construção da Casa de Saúde e Maternidade Francisco Brasileiro	43
2.1.5 Os dilemas da modernização campinense: água, saneamento e energia elétrica.	46
CAPÍTULO III: FORMANDO AS MENTES DOS FILHOS DA “RAINHA”: Grupos Escolares em Campina Grande de 1935 a 1945	54
3.1- Novos grupos escolares em Campina Grande: o progresso educacional	64
3.2- Os grupos escolares em Campina Grande e a saúde dos campinenses	71
3.3 - A participação dos grupos escolares nas festividades cívicas de Campina Grande	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS E FONTES	
ANEXOS	

CAPÍTULO I

NOSSO (PER) CURSO NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade. (PESAVENTO, 2007, p.17)

A epígrafe acima referenciada explicita o lugar do historiador na produção do escrito, quando este tem seu olhar voltado para a cidade em que vive. Neste caso, a escolha por elaborar uma pesquisa no campo da história da educação de Campina Grande parte da ideia de que possuímos uma identidade construída historicamente e partilhada por uma coletividade. Há uma memória sobre a cidade que a revela não só como palco das tramas históricas, mas tida como integrante do vivido por aqueles que nela habitam. No nosso caso, pensamos a *Rainha da Borborema*¹ (Campina Grande) com certa identificação e com o sentimento de pertencimento ao lugar. Afinal, nela nascemos, crescemos e nos formamos².

Neste sentido, a cidade com seu patrimônio arquitetônico não só foi palco das nossas experiências como também foi testemunha das mesmas. Desde a nossa infância escutamos dos mais velhos, falas que tratavam a cidade majestosamente, como uma *Rainha*, composta por elementos modernizantes. Espaços e lugares que foram construídos em tempos diferentes com os quais convivemos e formaram imagens pelas quais tínhamos lembranças e que, hoje, ainda temos. A cidade remonta muitas vezes a instantes que temos na memória e com isso, o caminhar nos traz recordações que fazem sentir saudade da Campina Grande de nossa

¹ Não encontramos referências que datem quando a cidade, Campina Grande, começou a ser chamada por Rainha da Borborema, porém acreditamos que essa lacuna se deu por essa exercer influência econômica na região em que está localizada, no Planalto da Borborema, ou por seu crescimento econômico com a produção algodoeira. Podemos pensar, também, que essa terminologia deve-se ao fato que antes de ser cidade Campina Grande foi consagrada, em 1790, como vila, recebendo o nome de Vila Nova da Rainha, em homenagem a Dona Maria I, de Portugal. (Cf. CÂMARA, 1999, p.37)

² Nossa escrita parte da relação que temos com a cidade, Campina Grande. Com ela fomos formadas com o pensamento que a cidade é majestosa, grande e cada vez mais bela, pensamento apregoadado em músicas como a de Jackson do Pandeiro “Campina Grande está bonita, está mudada, muito bem organizada e cheia de cartaz” e em propagandas de festas como Campina Grande a cidade do Maior São João do Mundo. Isso nos leva a pensar a cidade como o lugar na qual compartilhamos memórias e histórias de um tempo e de um espaço. Memórias e histórias que passaram por mudanças, mas que continuamente difunde uma imagem de majestade e beleza para o mundo.

infância, cidade onde existiam as Lojas Brasileiras, com sua escada rolante e seus doces logo na entrada e que encantavam os olhos... Saudade de um lugar e de um tempo em que a cidade seduzia-me e era grande aos meus olhos... Nesse sentido, como historiadores, temos a “[...] tendência de buscar as cidades do passado que cada urbe abriga, em palimpsesto, e que devem ter deixado traços para serem recuperados mediante um trabalho de pesquisa”. (PESAVENTO, 2007, p.16)

Então, as imagens que recordamos de Campina Grande de outrora, em que passávamos as tardes no parque Evaldo Cruz, Açude Novo, local onde brincávamos tantas vezes nas gangorras, balanços e escorregas, retomam lembranças de momentos que fazem parte da nossa história, pois os monumentos, como as praças da Bandeira e Clementino Procópio, relembram situações que vivemos, por vezes, frequentada com amigos para conversarmos, local onde estivemos com os estudantes a protestar e em outros momentos comparecemos enamorados.

Além disso, fomos instigados, a partir de conversas com colegas professores do ensino fundamental e médio, que em campos diferentes de conhecimento demonstraram as suas angústias e suas satisfações no cotidiano escolar, principalmente, em relação às condições das escolas e ao grande número de alunos por sala. Teria essa situação procedências históricas acerca da organização escolar? Nesse contexto, recebemos o estímulo daqueles que conosco compartilharam a nossa experiência no exercício do magistério na escola pública Major Veneziano Vital, na cidade de Campina Grande, no período de 2006 a 2008. Toda aquela experiência me faz concordar com Texeira (2005) quando este diz que o historiador ao voltar-se para passado e refletir sobre as sensibilidades de um tempo que não se teve a experiência, mas busca ressignificá-lo a partir da delimitação da escrita. Assim, com o viés de delimitação processado pela escrita realizada, concebe-se outra temporalidade, distante, impalpável, formulada, por vezes, com base nos preconceitos do tempo em que se escreve — o presente.

Assim, temos em mente que cada indivíduo organiza, interpreta e representa as sensações por meio de imagens, sons, lembranças que lhe foram formulados por sua percepção da realidade, sendo esta, interpretada a partir de valores, julgamentos e de experiências de vida.

Segundo Matos (2002), a construção da história de uma cidade pode ser realizada, partindo de vários vieses, pois a mesma pode ser pensada de forma diversa, por existirem diversos ângulos que nos possibilitam conceber esse corpo complexo. Nos últimos tempos tem-se escrito a história do cotidiano das cidades pensando nela como uma questão ou problema, um espaço de memórias múltiplas e como um documento-monumento a ser lido.

Procuramos ver a cidade como um espaço cheio de memórias que foram se acumulando com o tempo e, nesse sentido, nos deparamos com a complexidade da cidade dos dias atuais. Assim sendo, olhamos a cidade como um espaço com diversos lugares que podem simbolizar o pensamento de um tempo e de uma sociedade. Nessa perspectiva, é que buscamos compreender a relação que as instituições escolares, especialmente os grupos escolares tiveram com o movimento social e cultural da cidade de um tempo.

Todavia, ao ingressarmos no Programa de Pós-graduação em História, na Linha de Pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”, nosso projeto inicial propunha pensar a instrução em Campina Grande, tendo como foco o Grupo Escolar Sólon de Lucena no período de 1937 a 1945, no qual partíamos do que se havia publicado nos jornais *A União* e *a Voz da Borborema*. Desse modo, a escolha da instituição era justificável por ter sido o primeiro grupo escolar da cidade de Campina Grande, fato que nos remeteu a acreditar que com a escolha de apenas uma escola, conseguiríamos compreender como os campinenses foram instruídos, que propósito se tinha com a educação formal, quais eram os papéis dos sujeitos escolares e que relação a cidade mantinha com a escola. Contudo, à medida que fomos amadurecendo essa ideia, juntamente com o orientador e demais professores do Programa, percebemos que para atingirmos os nossos objetivos seria necessário procedermos algumas mudanças, entre as quais destacamos a periodização e a ampliação do objeto, isto é, incorporar outros grupos escolares, entre os quais Clementino Procópio, Monsenhor Salles e José Tavares que fizeram parte do contexto de transformação da cidade de Campina Grande nos anos de 1935 a 1945, específicos deste estudo.

Esses momentos de diálogos provocaram dúvidas, lágrimas, insônias e reflexões, mas foram importantes para a redefinição do nosso objeto de pesquisa. De fato, logo passamos a pensar a possível relação da construção de elementos modernizantes na cidade e a criação de novos grupos escolares no período de 1935-1945. Em face disso, notamos que não poderíamos estudar a escolarização campinense, desarticulada do movimento de constituição da cidade de Campina Grande, sobretudo, o período correspondente à década de 1930 a meados dos anos 40, já que as mudanças no ensino são, muitas vezes, resultantes das modificações em normas e práticas, as quais visam atender interesses e necessidades pontuais do contexto social, político, econômico e cultural.

Nessa perspectiva, as mudanças sociais que ocorreram estão relacionadas, principalmente ao aumento da população da cidade, que por sua vez estão ligadas às questões econômicas e culturais que terminaram por influenciar o período de organização educacional. Na segunda metade da década de 1930, Campina Grande era um polo exportador de algodão

do Brasil, sendo um importante centro econômico da Paraíba, possuindo grande notoriedade comercial no Nordeste. Naquele mesmo momento a reforma urbana da cidade foi intensificada nas administrações municipais de Bento de Figueiredo³ e Vergniaud Vanderley⁴, dois prefeitos que trabalharam para a construção de aparelhos símbolos de modernidade na cidade, demolindo-a e reconstruindo-a. Vendo assim, entendemos que:

Historiar a educação é compreender que as grandes motivações da história contemporânea, desenvolvendo-se sob a forma de revolução, reforma ou resistência, não constituem aplicações de princípios e que, em si mesmos, os princípios são inseparáveis das circunstâncias históricas. (MAGALHÃES, 2004, p.88).

A partir dessa assertiva, tomamos como base o pensamento de que o historiador é guiado pelas imagens do tempo presente, ao “qual todo indivíduo parece estar acorrentado pelos fios da sua própria existência.” (BARROS, 2005, p 145). Assim, entendemos que existem várias formas de se conceber o tempo histórico, dependendo de cada sociedade, cultura, lugar social e época. Concordamos com a perspectiva que o tempo no qual está inserido o pesquisador influencia a elaboração das perguntas feitas às fontes⁵.

Como afirma Certeau (1982), em sua obra *A Escrita da História*, toda pesquisa parte de um lugar de produção, sendo este socioeconômico, político e cultural, com base neste lugar são escolhidos os métodos, os documentos, os objetos e o campo teórico a ser compartilhado. Reconhecemos, assim, que as perguntas que fazemos ao passado são dirigidas pela leitura do presente e nossa escrita é fruto do nosso lugar sociocultural e, principalmente, da formação que tivemos no curso de História, concluído em 2006, na Universidade Federal de Campina Grande e dos diálogos realizados, como já dito anteriormente, no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba.

A relevância deste trabalho se faz por produzir um conhecimento que, talvez, nos ajude a entendermos como Campina Grande, se tornou, nos dias atuais, um importante centro educacional paraibano e mais ainda por contribuir com a consolidação do campo da história da educação brasileira a partir dos referenciais e especificidades paraibanas.

³ Foi prefeito de Campina Grande de setembro a dezembro de 1935 e de 1938 a 1940. Era irmão do Interventor Argemiro de Figueiredo e realizou na cidade importantes obras como a Praça Clementino Procópio que foi inaugurada na gestão de Vergniaud Vanderley. (SYLVESTRE, 1993, p.349).

⁴ Assumiu a prefeitura de Campina Grande em dois momentos: de 1935 até 1937 e de 1940 até 1945. Ficou conhecido como o transformador, uma vez que “foi o grande responsável pela modernização da parte central da cidade, embelezando-a e dando-lhe aspecto de metrópole regional.” (SYLVESTRE, 1993, p.349).

⁵ Sobre a noção tempo histórico, compartilhamos da idéia expressa por José de Assunção Barros que nos chama atenção para o fato que toda representação do tempo é subjetiva, sacramente localizada, e que a própria representação do tempo histórico é ela mesma histórica não existindo tempo histórico em si mesmo. (BARROS, 2005, p. 145).

1.1 - O objeto a ser operado: a delimitação temporal e os objetivos

Tomemos apenas o caso das relações entre escola e o poder. Durante três séculos e especialmente desde a Revolução Francesa, a escola foi arma de uma centralização política. [...] A cidade ou vila foi “marcada” pela implantação de uma escola: espaço estático, não conformado pelo desenvolvimento, é um lugar geométrico como a caserna, com salas quadradas e corredores retilíneos, projeção arquitetônica do ensino que ali se oferece. Esse templo da razão una e centralizada colocava na vila o selo de um poder cultural. (CERTEAU, 1995, p. 137-138).

O pensamento de Certeau, acima em epígrafe, nos informa como a escola foi pensada e construída após o movimento de Revolução Francesa. Ela passou a ser vista como a instituição que educaria para a democracia, embora os poderes políticos a concebesssem como um fio condutor para centralização do poder. Desse modo, a escola foi tida como um espaço onde as práticas educacionais deveriam ser exercidas e ao mesmo tempo como um símbolo cultural para a sociedade de uma vila em formação. Hoje, o poder cultural não está concentrado na escola, existem múltiplos veículos promotores de cultura como a televisão, a Internet, entre outros. Todavia, a instituição escolar é cobrada a pensar e organizar o conhecimento produzido por outras instâncias, formando e informando mentes, atendendo a interesses sociais, culturais, políticos e econômicos. (CERTEAU, 1995).

Partindo dessa configuração mais geral (re) construímos nosso objeto, acreditando que temos um leque de possibilidades de olhares para compreender como se deu a implantação de grupos escolares em Campina Grande, no período de 1935 a 1945. Tendo como base, pois, essa perspectiva, o ano de 1935 foi escolhido para iniciar este estudo por dois motivos: o primeiro por ser talvez um ano de referência nos estudos relativos à modernização da cidade de Campina Grande. Nesse sentido, o estudo realizado por Sousa (2003), muito contribuiu para que escolhêssemos este ano para dar início a esta pesquisa. O segundo motivo está relacionado à publicação nesse mesmo ano de uma importante reforma na instrução pública da Paraíba, (Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935) e que, portanto, acreditamos ter condicionado o projeto de criação de novos grupos escolares na Paraíba e mais particularmente em Campina Grande. Segundo Mello (1956, p. 123), a “[...] nova legislação vinha alterar todo edifício educativo, da base ao vértice, atingindo métodos, processos e

sistemas pedagógicos, rompendo com a rotina e projetando-se mais além, em realizações novas e fecundas”. O ano final de nosso estudo corresponde ao momento de queda do Estado Novo, assim sendo, encerrando um período de nossa história e, ao mesmo tempo, dando início a outro momento da história brasileira.

Apresentada as razões de nossa periodização, acompanhamos o pensamento de Ricoeur (1968), quando afirma que o historiador não fica simplesmente frente a frente com o seu objeto. Para o referido autor o contato que se tem com o passado só se torna possível com a busca dos vestígios, nas fontes, as quais o historiador dá significado a esses indícios, produzindo, assim o seu objeto. Essa construção, ou reconstituição permite que o documento tome outra(s) forma(s) a partir da narrativa elaborada pelo sujeito construtor desse conhecimento histórico. Nesse sentido, essa reconstituição supõe que o documento seja perscrutado, obrigado a falar. Cabe, portanto, ao historiador dar-lhe sentido, arremessando-lhe uma problemática de trabalho; é esse procedimento e perspectiva que simultaneamente eleva o vestígio à dignidade de fonte significativa, elevando ao mesmo tempo o próprio passado a acontecimento histórico.

Com isso, a fonte só passa a existir, enquanto tal, quando o historiador a cogita e a questiona como sendo fonte. Vendo assim, o papel da história não seria reviver, “mas recompor, reconstituir, isto é, compor, constituir um encadeamento retrospectivo.” (RICOEUR, 1968, p.26).

Ao observarmos os documentos, isto é, os textos jornalísticos dos jornais *Voz da Borborema*⁶ e *A União* à lei paraibana de reforma do ensino de 1935, a Constituição Brasileira leis de 1937, além das obras de memorialistas e historiadores de Campina Grande, tais como: Ronaldo Dinoá⁷, Epaminondas Câmara, Elpídio de Almeida e de Lino Gomes da Silva Filho, percebemos que os mesmos podem ser lidos e interpretados a partir de diversas

⁶ A escolha dos jornais não ocorreu de forma aleatória, no caso da *Voz da Borborema* utilizamos por ter sido um bi-semanário de circulação local, isto é, no compartimento da Borborema, embora tenha circulado apenas durante os anos 1937 a 1940 escolhemos o mesmo e não outro jornal campinense, por encontrarmos um maior número de exemplares arquivado. Este acervo se encontrar em bom estado de conservação e os seus exemplares encontram-se no LAEL (Laboratório de Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Campina Grande) e na biblioteca de Atila Almeida na Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, embora saibamos que o mesmo tenha um discurso interessado, pois era de propriedade de Acácio Figueiredo, logo defendia os interesses dos Figueiredos, que se constituiu uma das poderosas oligarquias da região de Campina Grande. Esse jornal campinense circulou de junho de 1937 a julho de 1940. Cf. Câmara (1988, p. 127). Já o jornal *A União* utilizamos por ser um órgão oficial, tendo uma maior circulação na Paraíba e, cujo acervo encontra-se arquivado na própria Fundação, bem como ser um dos mais acessíveis à comunidade científica e social.

⁷ Jornalista campinense que por meio dos retalhos das memórias de alguns sujeitos, “personalidades” da História da cidade buscou construir na sua coluna “Tudo” do Diário da Borborema histórias de Campina Grande. Uma das suas principais obras são as *Memórias de Campina Grande*, na qual encontramos entrevistas que realizou com o ex-prefeito Vergniaud Vanderley, com o professor Severino Lopes Loureiro, ex-diretor do Grupo Escolar Sólton de Lucena e do Instituto Pedagógico, entre outros entrevistados. Cf. DINOÁ, 1993.

perspectivas, mas optamos por lê-los como representações, que foram produzidas por pessoas que, em seu lugar e tempo, deram a ver o mundo como percebidos e vividos.

Assim ao trabalharmos com os referidos documentos estivemos atentos à observância de que eles carregam as subjetividades daqueles que os escreveram, por isso, devem ser questionados e não considerados como verdade posta, mas sim, como escritas carregadas de intencionalidades. Cabe, portanto, a nós historiadores não nos deixarmos seduzir por aquelas intencionalidades. Nesse jogo das relações entre aqueles que escreveram sobre certos acontecimentos e nós leitores, há um grande espaço de subjetividades, assim, estamos conscientes que a leitura de documentos será sempre dirigida pelas preocupações do presente. Como nos diz Pesavento (2003, p.41):

A fonte da imprensa periódica como um todo, exige atenção ao traço fugaz e imediato da notícia, já que sua natureza é informar cotidianamente, dentro do que lhe interessa os temas mais recorrentes. Assim, é preciso atentar para o curto tempo das notícias, e o tempo macro de uma dada época do passado. O curto tempo das notícias só se alarga quando o pesquisador aciona sua bagagem de conhecimentos e leituras que lhe permitam recorrer sempre que se fizer necessário, e estabelecer a sua grade de correspondência.

Fazendo uma ressalva a esse respeito, observamos que autores como Romanelli (1988), Pinheiro (2002) e Oliveira (2002), compartilham da ideia que nos anos de 1930 houve uma corrida no Brasil em prol da reorganização do ensino. Esse momento foi marcado por políticas e debates que buscavam melhorar a oferta de ensino no país. Naquele momento, pensava-se a instrução como meio de formar o cidadão brasileiro e paraibano dentro dos ideais nacionais de educação, objetivando o amar a pátria e o desenvolvimento do país. Além disso, notamos que neste instante as ideias higienistas, progressistas e desenvolvimentistas estiveram na pauta de muitos debates entre a elite. Viam-se as instituições escolares como as fábricas dos homens modernos. Nelas se pretendia formar a elite paraibana que daria continuidade ao progresso do estado e ao mesmo tempo contribuiria para a construção da *brasilidade*, que esteve em pauta a partir de políticas culturais mais amplas e que consideraram a escola (simbolizada pelo grupo escolar) como um dos elementos dos mais significativos para a consolidação do Estado Novo, moderno, forte e capaz de conduzir o Brasil para um *futuro varonil*.

Segundo Dângelo (1998), os debates sobre a instrução no Brasil aumentaram a partir dos anos de 1930 e com eles as políticas pensadas para a educação, principalmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde que passou a centralizar as ações para o ensino

nacional, procurando estabelecer grandes diretrizes, acompanhando e articulando sempre que possível com as ideais do movimento da Escola Nova.

Pensando nas modificações propostas e vivenciadas na época, observamos que vários intelectuais, a exemplo de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Carneiro Leão e Lourenço Filho, entre outros, desenvolveram pensamentos que apontavam caminhos para a melhoria do ensino, propondo novas estruturas educacionais e escolares objetivando elaborar uma grande reforma na educação nacional. Dessa forma, não podemos perder de vista o que estava acontecendo em âmbito nacional, para melhor compreendemos o que se efetivara na Paraíba e em Campina Grande, especialmente.

Como sabemos, o país passou nos anos de 1930 por grandes mudanças que resultaram, inclusive, na administração de um único presidente por 15 anos — Getúlio Vargas. Argumentando que o Brasil deveria buscar o desenvolvimento econômico e a construção de uma identidade nacional e progressista, um grupo de intelectuais ligados ao magistério, liderados por Fernando de Azevedo e estimulados pelos ideais reformistas, elaboraram um documento que definia as diretrizes educacionais, ou seja, o rumo que as instituições educacionais deveriam tomar. Comungando com os interesses do governo, os reformadores elaboraram suas propostas e publicaram o documento que passou a ser conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932.

Segundo o Manifesto, os fins da educação deveriam ser pensados em função das mudanças econômicas e sociais, tendo, como um dos principais objetivos, enquadrar os cidadãos em formação no contexto de transformação, defendendo uma proposta pedagógica com base em conceitos de progresso e desenvolvimento. Neste sentido, os reformadores desejavam definir um novo papel para a escola na sociedade, ao mesmo tempo em que atribuíam ao Estado o dever de promover um sistema educacional à altura das necessidades modernas e que seriam as supostas necessidades do país. (ROMANELLI, 1988, p.145-147).

Assim, a partir do desejo de organizar a sociedade pensou-se o caminho para reorganizar as práticas escolares. Os reformistas tiveram na Constituição de 1934 a normatização de parte das suas ideias, pois, para eles, no espaço escolar poderia acontecer a racionalização das práticas sociais.

Como já ressaltado, as ações urbanísticas em Campina Grande foram intensificadas a partir de 1935, período em que começou o formoseamento das ruas e praças com a destruição da antiga cadeia, em 1934 que deu lugar Praça Clementino Procópio, com a construção de uma Penitenciária Pública no Monte Santo, e do início da primeira fase das obras de saneamento e abastecimento de água que terminaram em 1938. (SOUSA, 2003).

Naquele contexto de reurbanização de áreas tradicionais e de urbanização de novos espaços foi pensada a construção de três novos grupos escolares para cidade, inaugurados em 1937, um no bairro do São José, o Grupo Escolar Clementino Procópio e dois em povoados que pertenciam a Campina Grande o Grupo Escolar Monsenhor Sales, em Galante, e o Grupo Escolar José Tavares, em Queimadas. A nosso ver, esses estiveram ligados ao projeto de expansão dos grupos escolares na Paraíba e de estruturação da cidade. Neste sentido, propomos pensar sobre a criação dessas instituições como parte integrante do projeto acima mencionado, bem como do “eficaz” desenvolvimento da cidade. Vale ressaltar que até então somente existia, em Campina Grande, um único grupo escolar – o Grupo Escolar Sólon de Lucena, que havia sido criado em 1924.

Posta as nossas preocupações, questões ou problematizações acerca do nosso objeto de estudo, propomos os seguintes objetivos: primeiramente o de pensar a criação de novos grupos escolares e as suas relações com o projeto urbanístico e modernizador da cidade de Campina Grande. Para tanto, procuramos refletir sobre as transformações urbanas que foram realizadas no centro da cidade, nos anos supracitados anteriormente. Além disso, buscamos analisar as “propostas varguistas” para educação nacional e a sua importância para a criação de grupos escolares como parte do projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino paraibano, em especial o campinense. Associado a estes propósitos, analisamos o papel dos grupos escolares quanto à implantação de uma cultura higienista, ou seja, de difusão dos princípios de saúde, higiene e civilidade. Ademais, no contexto de difusão dos ideais “*Estadonovista*” discorreremos, também, sobre as manifestações em *prol* da manutenção da memória, a partir da realização de festas e comemorações cívicas, promovidas pelos grupos escolares campinenses.

Contudo, para alcançarmos os nossos objetivos de pesquisa efetivamos algumas escolhas do ponto de vista teórico-metodológico, que nos auxiliaram a pensarmos sobre os nossos questionamentos. Aspecto esse que passaremos a tratar no item seguinte.

1.2- Diálogos teórico-metodológicos

Apontar nosso lugar teórico-metodológico não é uma atividade que desempenhamos com tranquilidade, mas que encaramos como um desafio próprio do ofício de historiador. Sabemos que ao expormos nossas escolhas teóricas buscamos auxílio para a construção de nossa narrativa. Assim, ao procedermos as nossas escolhas deixamos de dialogar com outras perspectivas que poderiam ser significativas. Todavia, acreditamos que outros historiadores

poderão realizar leituras várias do nosso objeto, contribuindo assim para outros entendimentos.

Neste trabalho, optamos por pensar a história das instituições escolares como um campo da história da educação que, hoje, pode ser construída por diversos ângulos teóricos da História, contudo, aqui escolhemos pensar o nosso objeto a partir das leituras de autores que constroem as tramas históricas, tendo como base a História Cultural e Social. Essa preferência pela história cultural e social parte do pensamento que enfatiza a(s) cultura(s) imbuída (s) nas tramas sociais.

Para tanto, faz-se necessário entendemos que a sociedade de um tempo vive uma experiência que lhe é inerente, pois possui valores, comportamentos e pensamentos que lhes são próprios produzindo culturas genuínas e historicamente construídas. Essa visão foi posta a partir de 1930, com Braudel e outros pesquisadores que ampliaram às pesquisas envolvendo temas que não estavam relacionados somente à economia e à política. Tal postura modernista do campo historiográfico foi aprofundada efetivamente na década de 70 com a Nova História. Com efeito, as transformações que ocorreram nos últimos quarenta anos na História possibilitaram aos historiadores ressignificar o seu campo teórico e a consequente metodologia de pesquisa. Vale ressaltar que os historiadores tomaram como referencial outros saberes, tais como: os da antropologia, sociologia, etnologia, geografia e psicologia.

A esse respeito, Vainfas (1997) mostra-nos que essa aproximação com outros campos de saberes ampliaram os horizontes para a formulação de novos olhares e novos objetos. Ao “beber” das outras ciências, a História modificou a sua forma de pensar as relações sociais e a cultura, passando a abordar temáticas do cotidiano e do imaginário social.

Corroborando com essa visão, Burke (1992) enfatiza que, com a Nova História tornou-se possível pensar a realidade como sendo social e culturalmente construída. Embora esse novo campo da História seja criticado por apresentar um policentrismo, uma diversidade de abordagens, problemas de definição, fonte, explicação e de síntese veio inovar, pois nos permite novas formas de pensar o passado.

Abrindo espaço para o estudo de objetos pouco ou até então não estudados, a Nova História preocupa-se com a forma de narrar, dando visibilidade ao pensamento e o vivido por pessoas comuns, assim, a história deixou de ser a história dos grandes homens, passando a se interessar por tudo que é produzido pela Humanidade.

Seguindo, predominantemente, um modelo francês de fazer história, o Brasil a partir dos anos de 1980 recebeu a História Cultural, passando a construir e diversificar as possibilidades de abordagens e temáticas, os novos objetos, ao voltar-se a temas ditos

marginais como as formas de sentir, o amor, as relações entre homens e mulheres, os rituais religiosos, as relações de poder dentro das instituições, as subjetividades, as questões histórico educacionais, entre outros.

Nesse sentido, no Brasil procurou-se pensar a História Cultural como sendo uma nova possibilidade historiográfica de se fazer a história contemporânea. Para isso, partem de novos princípios de leitura, narrativa do passado, métodos e marcos históricos. Com a História Cultural passou-se a salientar o papel das representações, das suas apropriações e significações na recriação do mundo social.

Assim, acreditamos ser possível ver como os sujeitos construíram sua realidade. Essa formulação sobre o real é realizada tendo os símbolos como representações que ajudam a dar sentido ao vivido. Então, representar é presentificar um ausente, uma nova apresentação, possibilitando ver algo que não está evidente.

Para Chartier (2002), as representações do mundo social, como esquemas intelectuais incorporados são forjados dentro dos interesses do grupo que as representa. Desse modo, os lugares ocupados na sociedade por quem representa devem ser relacionados aos significados dados. Pensamos, assim, que na construção das representações existem lutas nos quais grupos sociais, ou mesmo pessoas interessadas, podem impor sua concepção de mundo. É o que pensamos quando os grupos escolares foram escolhidos, como um modelo de organização escolar, que passaram a constituir o amplo movimento de reurbanização de “velhos lugares” e urbanização de novos, no aflorar da modernidade campinense. Sendo assim, as representações, enquanto matrizes dos discursos e de práticas diferenciadas, só são verdadeiras quando comandam atos, construindo um mundo social⁸.

Mantendo uma estreita relação com a História Cultural, a História da Educação vem crescendo os estudos, desde o final do século XX, que buscam explicar as instituições escolares a partir de conceitos pertencentes ao campo da história cultural, principalmente, com base na triangulação materialidade/representação/ apropriação e também o estudo da relação ensino/comunidade tornaram cada vez mais frequentes nas pesquisas histórico-educacionais.

Para Magalhães (2004), com a Nova História, vemos que tanto a história cultural quanto a social, vem inovar a história da educação por possibilitar a construção da história a

⁸ Segundo Chartier (2002, p.20) podemos conceber as representações por uma via de mão dupla, por um lado, elas dão a ver uma coisa ausente e, por outro lado, podem ser exhibições de uma presença. Pesavento (2003, p. 40) nos explica que “Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”.

partir da relação dos sujeitos com suas ações e o seu contexto, levando em consideração o tempo e o espaço, tornando o sensível visível e a escola, neste caso, passa a ser uma totalidade organizada e aberta ao exterior. O que nos leva a pensar a escola e a cidade como espaços que dialogam, formados por sujeitos que os constroem e representam a partir dos discursos que tornam visíveis um imaginário, uma percepção e seus significados.

Segundo o mesmo, a história da educação seria uma especialização da história, ou da educação e que de forma interdisciplinar, se associando também com a sociologia, procura observar temas como: herança cultural, igualdade de oportunidade, educação e mobilidade social, educação e gênero e entre outros aspectos. Nessa perspectiva, ao dialogar com a história, com a sociologia e outras áreas, assim, a história da educação constrói um discurso próprio.

Assim, o olhar do pesquisador tem que estar atento para dar a ver as tramas vivenciadas no cotidiano, estando alerta para a pluralidade de sentidos dados e representados, procurando ter uma visão mais refinada, indagando sobre o tipo de fonte, o lugar de produção de sentido de quem representa. No caso da História da Educação, mais especificamente a história das instituições escolares, o crescimento dos documentos usados (relatos dos sujeitos escolares, das imagens, dos currículos, dos jornais, dos diários de sala, dos livros didáticos e outras fontes) permitem ver a escola e a subjetividade daqueles que compunham a escola.

Inclusa no campo da história da educação, a história das instituições escolares aos poucos vem crescendo no Brasil. Atualmente, esse aumento torna-se notório quando observamos os espaços de diálogos dos encontros estaduais e nacionais de História (ANPUH) e de Educação, além do crescimento de grupos de pesquisas nas universidades que se preocupam em construir a história das escolas, levando em consideração suas produções materiais e mentais, algumas pesquisas são realizadas de maneira que as instituições escolares são vistas como espaços apropriados diferentemente pelos sujeitos que as compõem, outras vêem as escolas como instituições de normatização de mentes e corpos, com abordagens que enfatizam o material e o mental, envolvendo os espaços escolares com seus sujeitos e com a sociedade em que estão inseridas⁹.

⁹ Entre os grupos de pesquisa no Brasil que trabalham com a história das instituições escolares, destacamos o HISTEDBR, especialmente o da Paraíba, que tem como proposta realizar estudos sobre a educação e as instituições escolares envolvidas com as questões sociais. Outro trabalho de destaque é o de Nosella e Buffa (2009), que realizaram, um balanço dos estudos no Brasil sobre as instituições escolares, ressaltando a importância dos estudos sobre as escolas e coloca o referencial teórico-metodológico como a principal preocupação na produção do escrito no campo da história da educação. Nesse trabalho os autores elegem o método dialético marxista e elaboram uma crítica à forma como os culturalistas observam as fontes relacionadas a história das instituições escolares.

Diante dos caminhos que poderíamos trilhar nos apropriamos de alguns que foram estabelecidos sobre a criação de novas das instituições escolares, especialmente o modelo dos grupos escolares. Instituições vistas no início do século XX como templos modernos de educação. Para a sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, os grupos escolares apresentavam superioridade organizacional e material, sendo considerados como a via mais eficaz para o aprimoramento do ensino primário. (SOUZA, 2004).

Na Paraíba, o estudo de maior notoriedade nesse campo é o de Pinheiro (2002), que trabalhou na perspectiva de dois modelos de ensino primário que coexistiram no início do século XX. Ao mensurar a Era dos grupos escolares, o autor afirma que as décadas de 1930 e 1940 foram de “euforia” no contexto paraibano. Nesse momento as instituições de ensino, grupos escolares, foram criadas como parte integrante do projeto de aprimoramento do ensino e do estado, sendo vistas como espaços de difusão das ideias nacionalistas.

Ao tratar da expansão das escolas, Pinheiro (2002) menciona que no estado paraibano o ritmo de criação foi diferente se comparado com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Embora a realidade tenha sido outra, vemos que o interesse partiu do mesmo ponto, pois a busca por expansão do ensino foi alicerçada pela elite comercial crescente na Paraíba nas primeiras décadas do século XX.

Para o autor, a construção de novas instituições escolares ou a reforma das já existentes de 1930 a 1949 foram utilizadas pelas oligarquias em crise, como uma maneira de permanecer na memória social e cultural paraibana ao nomearem os grupos escolares com nomes que homenagearam membros dos grupos oligárquicos, já que perdiam prestígio com o crescimento da elite comercial. Os grupos escolares foram postos como “[...] um dos signos da modernização e da modernidade - para perpetuar as tradicionais oligarquias paraibanas e demonstrar seu prestígio e poder”. (PINHEIRO, 2002, p.146).

Outro estudo sobre as instituições escolares das décadas de 1930 e 1940, que tomamos como referência é o realizado por Souza (2004), que aponta a construção das escolas associada “[...] aos princípios de racionalidade social, intrínsecas ao desenvolvimento da sociedade capitalista, especialmente os processos de urbanização e industrialização”. (SOUZA, 2004, p.115). Essas ideias estavam arraigadas na sociedade, bem como as ideias nacionalistas, higienísticas, que pregavam a normatização do corpo social para alcançar o progresso.

Para Oliveira (2002) as escolas no período de 1930 - 1940 foram postas como lugar legítimo para a instrução e formação do cidadão. As instituições escolares eram, assim como os hospitais e prisões, instituições de disciplinamento dos corpos e das mentes. Com esses

espaços o Estado encontrou uma maneira eficaz de controle, pois com mais escolas um maior número de pessoas poderia ser formado para o amor à pátria e à família, formando cidadãos ao modo burguês.

Destarte, percebemos que a criação dos novos grupos escolares, em Campina Grande, esteve relacionada ao projeto nacional de expansão e desenvolvimento do ensino e do projeto modernista da Rainha da Borborema, o que nos induz a acreditar, portanto, que temos como fundamentação uma historiografia que aborda os campos social, cultural, econômico, político, mas principalmente as pesquisas que tratavam as transformações urbanas da cidade, pois estas contribuíam para pensar a expansão da instrução como parte do projeto de modernização da cidade, que como fruto de um pensamento de uma época, aspirava moldar o social pelo “visível”, isto é, a partir da criação e reformas de espaços que demarcavam a evolução urbanística.

Nessa linha de pensamento, mencionamos Sousa (2003), que constrói uma cartografia das transformações urbanas realizadas em Campina Grande da década de 1920 a 1940, esclarecendo que tais mudanças ocorreram, tendo como base o modelo de urbanização que se colocou em prática nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Recife, essa urbanização foi realizada para atender aos interesses da burguesia e foi justificada pelos discursos dos letrados que compunham a sociedade campinense. Os sanitaristas, os políticos, os intelectuais que eram colunistas dos jornais, viram no saneamento básico e no embelezamento das ruas e praças uma forma de moldar os cidadãos dentro das ideias nacionalistas e progressistas. Para o referido teórico e historiador, mudar a cartografia urbana da cidade de Campina Grande significava, também, interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhe uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa.

Segundo Cavalcanti (2000), Campina Grande, dentro deste contexto nacional de transformações, foi alvo, nas décadas de 1930 e 1940, de discursos que expressavam preocupações das autoridades, principalmente médicas, juristas e educacionais que acreditavam ser necessário que o Estado investisse na família que em seu modelo patriarcal passava por uma crise, assegurando assim a consolidação do modelo burguês de família que nascia no Brasil normatizando e moralizando os sujeitos para amar a pátria e a família. O cidadão campinense viveu, naquele momento, o embate entre o rural e o urbano, entre o novo e o velho, mas tendo como força as falas que expressavam os interesses eminentes do progresso. O que nos leva a pensar que o interesse por mudanças não se concentrou apenas no

ambiente físico da cidade, mas as transformações e as ideias modernistas foram sentidas nos valores e também na educação do cidadão campinense.

Neste sentido, visando concretizar os objetivos propostos, estruturaremos este trabalho da seguinte forma:

No Capítulo I, **Nosso (per) curso na realização da pesquisa**, conforme o leitor acabou de percorrer, tecemos um diálogo introdutório do nosso trabalho, no qual destacamos o nosso lugar social de produtor de conhecimento histórico, as motivações que nos levaram a delimitar o nosso objeto, os objetivos, a periodização adotada, as fontes trabalhadas, bem como as nossas escolhas teórico-metodológicas.

Já no Capítulo II, **Moldando a cidade: a urbanização e modernização em Campina Grande 1935 a 1945** atemo-nos à cidade, evidenciando as mudanças urbanas e os ideais de modernidade implementados segundo a concepção ocidental de civilização e progresso.

No Capítulo III, **Formando as mentes dos filhos da “Rainha”: grupos escolares em Campina Grande de 1935 a 194** pensamos a criação de novos grupos escolares em Campina Grande, já que esse tipo de escola era visto pela sociedade brasileira como o modelo moderno de ensino público, apontando uma superioridade organizacional e material, sendo considerado o mais eficaz do Brasil, desde os primeiros anos do século XX. Assim sendo nesse capítulo nos detemos nos Grupos Escolares Clementino Procópio, José Tavares e Monsenhor Sales destacando as suas características arquitetônicas o seu papel como difusor dos ideais higienistas. Estabelecemos uma discussão acerca da participação da cidade e dos escolares nas festas cívicas.



Foto 1: Praça Clementino Procópio, Campina Grande. Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Foto 2: Grande Hotel, hoje secretaria de administração Municipal e Secretaria de Finanças de Campina Grande. Fonte: Arquivo da Autora, 2010



Foto 3: Av. Floriano Peixoto, Campina Grande. Fonte: Arquivo da Autora, 2010.

CAPÍTULO II

REMODELANDO A CIDADE DE CAMPINA GRANDE: O desenvolvimento econômico e urbanístico

Procurava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da “racionalidade e objetividade” da ciência, que passou a ter função-chave na sua luta contra o arcaico pela “ordem e progresso”; caminhava-se conjuntamente ao desejo latente e generalizado de “ser moderno”, em que a cidade aparecia como sinônimo de progresso em oposição ao campo. (MATOS, 2002, p 33)

2.1- Campina Grande, a “Rainha da Borborema”: reformas urbanísticas

A cidade de Campina Grande, com suas curvas, cheiros, movimentos, imagens e com seus traços formulam várias identidades que a torna diferente das demais cidades e o historiador que tem como olhar as coisas que a compõe é levado por muitos atrativos a refletir, as variadas formas de se viver no urbano, pois as ruas, com seus monumentos, podem ser vistas como “territórios de consumo de formação de identidades e cultura histórica”. (OLIVEIRA, 2007, p. 59)

Muitos são os estímulos que podem instigar um pesquisador que tem seu olhar voltado para as coisas da cidade. Como abordamos no capítulo anterior, fomos estimulados a rememorar momentos da história campinense, entre outros atrativos, a partir da ideia que a cidade é uma referência regional no que diz respeito à educação, tentamos, assim, pensar a criação de novos grupos escolares entre os anos de 1935 a 1945.

Todavia, partimos do pensamento que não podemos nos voltar às temáticas que envolvem a cidade como: as festividades religiosas, cívicas, o lazer, a busca por trabalho, compromissos profissionais e educacionais sem a preocupação com o cenário que envolvia os cidadãos de Campina Grande nos anos em estudo. Não se trata de fazer apenas uma abordagem contextual, mas de pensar o nosso objeto – os grupos escolares – interligados com

outros aspectos da vida campinense. Já que pesquisas realizadas por historiadores como Cavalcanti (2000), Sousa (2003), Cabral Filho (2009), que partem de perspectivas distintas, tecem reflexões sobre as mudanças estruturais e organizacionais no âmbito urbano nos anos de 1930 a 1950, apontando que elas foram muito significativas para Campina Grande e são, também, importantes para que pensemos a criação de novos grupos escolares como mais um tipo de equipamento urbano que contribuiu, não somente como um aspecto específico do setor educacional, porém como mais um elemento de transformação da feição urbana da cidade de Campina Grande. Entendemos que as suas alocações no espaço provocaram modificações e acréscimos de ruas e acessos para as circulações de transportes, das pessoas, especialmente de jovens e de crianças. Levou a uma ampliação da rede de abastecimento d'água e de energia elétrica, enfim, propiciou muitas mudanças materiais, mas, sobretudo, criou e despertou, possivelmente, novas sensibilidades e percepções sobre a cidade. Podemos dizer, *grosso modo*, que as suas construções no espaço fizeram com que ele (o espaço) se especializasse, ou seja, passasse a se configurar como pertencente, prioritariamente a um determinado tipo de segmento social, isto é, por aqueles que queriam se escolarizar, ou ainda, daqueles que estimularam a escolarização de outros.

Com a propositura de verificar o cenário que envolveu os campinenses nos anos de 1935 a 1945, elaboramos este capítulo, que trata de uma cidade que foi amplamente noticiada nos Jornais *A União e Voz da Borborema*. Nesse sentido, aqui nos interessam não somente as notícias relacionadas às ações urbanísticas e educacionais, propostas para Campina Grande, mas, também, sobre os sujeitos que a produziram, que construíram um discurso embasado no pressuposto da positividade do crescimento econômico e social, do progresso, enfim da recorrência sobre a modernidade que circulava, veementemente, no Brasil e na Paraíba desde o final do século XIX, e que parecia não conseguir se concluir. Campina Grande precisava seguir como exemplo, como referência de um Nordeste da *hinterland*¹⁰ que não se encontrava olhando o mar.

Para autores como Cavalcanti (2000), Sousa (2003), Cabral Filho (2009), nos anos de 1935 a 1945 as transformações urbanas foram intensificadas e isso se deu, principalmente, com a chegada à cidade do Dr. Vergniaud Vanderley que assumiu a prefeitura em 1935, com espírito laborioso e se apresentando preocupado com as condições de vida dos cidadãos e

¹⁰ Segundo a enciclopédia livre Wikipédia, podemos entender *hinterland*, a partir do seguinte pensamento. *Hinterlândia* (do alemão *hinterland*) literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto). Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada.

com a organização urbana da cidade. Na sua administração, esse prefeito empreendeu uma política de reforma urbana que visava melhorar a estética e a salubridade da cidade. Vemos que no período em que esteve à frente da cidade as mudanças foram expressivas, uma vez que novos espaços foram criados, recriados e outros simplesmente derrubados.

Tendo os documentos jurídicos, processos criminais, e relatos de memorialistas como fundamentação, Cavalcanti (2000) concebe a cidade de Campina Grande como uma mulher, que nos anos de 1930 e 1940 foi conduzida à modernização e ao progresso, sendo Vergniaud Vanderley um dos principais responsáveis por suas mudanças, atuando como um cirurgião que com seu bisturi e fundamentado em preceitos burgueses acerca de como deveria se organizar uma cidade.

Vale ressaltar que os habitantes não foram consultados, receberam as mudanças propostas pelo prefeito sem poder questionar seus planos, muitos perderam os direitos legais sobre as suas propriedades, “sendo praticamente expulsos de suas casas, para dar lugar às construções modernas às ruas e praças largas e avenidas urbanizadas, possibilitadas com as retiradas de becos e de construções de aspectos ‘rurais’”. (CAVALCANTI, 2000, p.71).

O que verificamos é que com as ações do prefeito Vanderley a vida das pessoas que habitavam o centro urbano da cidade foi modificada, os espaços como a Avenida Floriano Peixoto, a cadeia municipal do Monte Santo, a Praça Clementino Procópio, a maternidade Francisco Brasileiro, o Grande Hotel, o abastecimento d’água e a rede esgoto foram pensados e criados para possibilitar o fluxo rápido das pessoas e dos veículos, mas também para ser um espetáculo para os olhos. Isso ocorria baseado nas ideias desenvolvidas sobre modernidade, que freqüentemente estavam associadas ao que era novo e belo.

Para Aranha (2003) o pensamento sobre modernidade experimentado no Norte do Brasil não foi o mesmo das cidades metropolitanas, pois nas menores cidades o moderno esteve associado às transformações ocorridas com o advento de alguns símbolos da modernidade como: a luz elétrica, o cinema, o trem, e porque não também a escola.

Assim, a busca pelo “novo belo” esteve presente no imaginário da sociedade campinense, ou melhor, no pensamento, principalmente, daqueles que escreviam nos jornais. O ritmo de transformação urbana foi intenso, no Brasil tornando as maiores cidades do país verdadeiros canteiros de obras. O Rio de Janeiro, São Paulo e mais proximamente Recife e João Pessoa, tornaram-se modelos para os engenheiros e os homens letrados campinenses que juntamente com a elite industrial em formação e comercial já consolidada, em Campina Grande se apropriaram dos argumentos higienistas para, assim, moldar a sociedade seguindo os padrões burgueses europeus. Uns dos principais alvos da investida urbanística foram às

habitações populares que estavam localizadas próximas ao centro de Campina Grande e que sofreram demolição para darem lugar aos edifícios públicos administrativos e educacionais. Nesse caso os alvos mais afetados por esses projetos reformadores foram as pessoas que viviam em situação de mendicância e pobreza, conforme ressalta Sousa (2003, p.5)

No Brasil, em um momento difícil de se precisar, as habitações populares, os becos e travessas passaram a ser assediados por médicos sanitaristas, administradores e letrados em geral, por serem considerados ambientes propícios à difusão de doenças e de práticas genericamente denominadas de “promíscuas”.

Contudo, no caso de Campina Grande, o referido autor, ao escrever uma cartografia das mudanças urbanas campinenses, comenta que tanto a elite campinense quanto as pessoas de condições financeiras mais simples, foram deslocadas dos seus locais de moradia e de sociabilidade para dar lugar aos espaços modernos, mas, não resta dúvida que foram os pobres os que mais sofreram, uma vez que, passaram a habitar na periferia da cidade, longe do seu local de trabalho.

Além disso, a modernidade era vista como um momento de ruptura com o que se considerava velho, arcaico e atrasado, dando lugar ao novo, avançado e evoluído. Nesse sentido, pensamos a modernidade como um momento de rupturas rápidas e de constante movimento, substituindo, interagindo e renovando com o que era visto como antigo, no caso de Campina Grande com a aparência de vila que ela ainda tinha¹¹.

Segundo Sennett (1997, p.220), a destruição de habitações precárias, como os cortiços e o afastamento dos pobres do centro da cidade parte do pensamento que passou a conceber a cidade como um organismo que possui doenças e que deve ser cuidado, limpo e organizado, para assim, ser sadio. Ideias, essas geradas a partir do avanço das ciências, principalmente, com os estudos realizados sobre o corpo humano no século XVIII e XIX e as descobertas

¹¹ Concebemos modernidade e modernização distintamente. Por modernidade acordamos com o pensamento de MARCONDES (1997), BERMAN (1988) O primeiro diz ser a modernidade aquilo que está associado ao novo e ao belo, contraposto à tradição, ao velho e ao arcaico. Um espírito de ruptura que envolve a sociedade rumo ao progresso e as inovações. Já o segundo, concebe a modernidade como um conjunto de experiências de tempo e espaço compartilhadas em sociedade. A modernidade coloca as pessoas em meio a um turbilhão de mudanças, ao passo que essas transformações sentidas e compartilhadas unem os indivíduos socialmente por meio da subjetividade. Enquanto por modernização entendemos ser a instrumentalidade, o material que compõe a modernidade, ou seja, o novo em termos materiais. Para Habermas o conceito de modernização está relacionado “a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.” (HABERMAS, 2000, p.5). Para Agra (2006, p. 53) a construção de uma campina moderna foi algo criado para ““forasteiro ver” teve como principais metas a eliminação dos elementos de atraso e a substituição destes por seduções do mundo moderno”.

sobre o respiratório e circulatório, bem como, concomitantemente, influenciado pelas teorias capitalistas modernas que discutiam a circulação de capital e de mercadoria associadas à circulação social, além das ideias iluministas de individualismo. “Partindo da ideia de um corpo saudável, limpo e deslocando-se com total liberdade, o desenho urbano previa uma cidade que funcionasse assim”.

Tomando como fundamento as transformações higiênicas ocorridas no final do século XIX e início do século XX, em Campina Grande, Agra (2006) esclarece que a medicina passou a ver a cidade, assim como os indivíduos, como alvos a serem atingidos para alcançar as condições higiênicas ideais para os padrões da época. Nesse sentido, corpos, internam e externamente, foram analisados pela medicina social. Nesse caso, a urbe foi concebida como “um organismo, um corpo, com artérias, veias coração e pulmões”. (p.56).

Cada lugar da urbe passou a desencadear uma função, assim como os órgãos do corpo humano, coube às praças a função de pulmão da frenética cidade em movimento, as grandes avenidas passaram a ser vistas como artérias que facilitavam a circulação de pessoas e mercadorias, todas desembocando no coração da cidade que era o centro comercial.

A partir do pensamento médico e usando termos científicos das ciências médicas as cidades passaram a ser revigoradas e como um corpo humano a ser disciplinadas, normatizadas e higienizadas. Com isso, elas passaram a respirar mal, o que exigiu cuidados com o ar, resultando com isso a criação de praças e largos logradouros; passaram a excretar em excesso, por isso, o cuidado e a criação de rede de esgoto, passaram a ter sede, daí a distribuição de água potável, enfim, elas precisavam ser civilizadas, por isso, a necessidade da criação de novas escolas – os grupos escolares.

Como já mencionado, em Campina Grande as ideias e o desejo de reforma urbana foram apoiados no discurso de uma elite, enriquecida com o comércio e com as indústrias em formação. E que tinha acesso aos meios de comunicação como os jornais e os livros. Assim, entre outros homens que compunham essa elite letrada campinense destacamos: Hortênsio de Sousa Ribeiro¹², Cristino Pimentel¹³, Irineu Joffilly, Epaminondas Câmera, que utilizaram os seus conhecimentos, o uso das letras tanto para fortalecer o discurso da modernidade, quanto para tecer em breves momentos, críticas a esse movimento em Campina Grande. Todavia, por estarem vinculados a própria elite local, não lhes era oportuno alçar grandes voos no sentido

¹² Além de jornalista foi um importante literato paraibano ocupou uma cadeira na Academia Paraibana de Letras, deixou-nos livros com memórias de alguns fatos da história da cidade, sendo importante para reflexão da história campinense, foi colunista do jornal A Imprensa de 1932 a 1951 no qual expôs seus posicionamentos políticos e sociais. Para melhor compreender Cf. Ribeiro, 1979.

¹³ Cristino Pimentel, um cronista que registrou nos jornais caminhos que levariam a cidade ao progresso, deixando imagens traçadas sobre Campina Grande, dos anos de 1930 a 1960. Ver Sousa, 2003a, p.133

de tecer críticas incontornáveis a ela mesma. Seus escritos sobre as transformações urbanas ocorrida na cidade de Campina Grande são representações significativas que legitimaram esse momento significativo da historiografia campinense. Assim sendo, Cristino Pimentel tinha uma coluna “Coisas da Cidade” nos jornais *Voz da Borborema* e *A União*, nas décadas de 1930 a 1960. Todavia, o seu foco principal era Campina Grande e seu o crescimento civilizatório. Hortêncio de Sousa Ribeiro, também tinha uma coluna denominada “Nota do Dia”, que era veiculada nos jornais *A Imprensa*, *A União*, *Voz da Borborema*, abordando fatos e memórias campinenses e paraibanos no período de 1932 a 1951.

Como salienta DaMatta (2001), com a República o fluxo da vida nas ruas, “com suas contradições, durezas e surpresas”, foi modificado, pois o tempo de permanência fora de casa passou a ser calculado pelo relógio, a rua passou a ser o lugar do trabalho das conquistas financeiras, portanto, este modelo burguês de vida foi composto por um emaranhado de eventos que interligados que constituíram “uma cadeia complexa e infinita”.

Ao lermos o jornal *A União* observamos que Campina Grande é posta como próspera, sendo a cidade conhecida como empório comercial, tendo grande importância e notoriedade por ser um centro exportador de algodão e de grandes transações comerciais no Estado, realizando comércio com Ceará, Rio Grande Norte, Pernambuco entre outros estados. Acompanhemos a notícia que se segue:

[...] Em recente tópico, o “Jornal do Brasil”, que se inclúe entre os mais autorizados órgãos da imprensa brasileira, pondo em destaque a influência que exerce Campina Grande no Nordeste, disse que “Hoje, o visitante que se encontra em Campina Grande fica espantado com o seu movimento, com a sua população de meia centena de milhares de habitantes e vendo nas suas ruas e nas portas dos muitos armazéns caminhões e automóveis que trazem as placas do Piauí, do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e mesmo de alguns outros Estados”.

Êsse seu notável progresso não estaria completo, si ali não fossem aplicados serviços públicos indispensáveis aos centros de vida intensa, como água e esgotos, telefones automáticos e tráfego urbano por intermédio de ônibus. No interior da região nordestina, Campina é a única que mantém tais serviços. (*A UNIÃO*, 21 de jan. de 1940, p.1).

Por ser um entreposto comercial a cidade passou a arrecadar a maior quantia em imposto no estado que ultrapassou por vários anos o da capital. No Quadro I, podemos visualizar alguns dados relativos ao aspecto acima mencionado.

Quadro I
 Dados comparativos relativos à arrecadação de impostos em
 Campina Grande e João Pessoa

Ano	Campina Grande	João Pessoa
1938	1.977 (contos)	1.873(contos)
1942	2.784(cruzeiros)	2.355(cruzeiros)
1943	3.416(cruzeiros)	2.488(cruzeiros)

Fonte: Sylvestre, (1993, p.33).

Possivelmente, esses dados econômicos influenciaram a elaboração de planos de melhorias no centro da cidade campinense. Portanto, nesse contexto de prosperidade econômico foram realizadas as principais ações urbanísticas na Rainha da Borborema.

Entretanto, a imprensa paraibana, e especialmente campinense, atribuía as mudanças na cidade ao espírito reformador do prefeito Vergniaud Vanderley e pelos feitos do prefeito Bento Figueiredo que alternadamente ocuparam a prefeitura do município de 1935 a 1945. Estando à frente da administração, os prefeitos preocuparam-se em abrir a Avenida Floriano Peixoto, construir o Grande Hotel, a cadeia municipal, matadouro no Bairro de Bodocongo, a Praça Clementino Procópio, a primeira Igreja Batista, localizada em frente da referida praça, seguindo projetos e políticas de reforma urbana, com o intuito de tornar a cidade um lugar digno dos seus visitantes e dos seus cidadãos, viabilizando espaços de encontros sociais e de formação da elite campinense.

Por considerarem Campina Grande uma cidade importante, grande empório comercial do Estado, os governantes, que mantinham interesse em tornar o Estado desenvolvido, a imprensa buscou dar visibilidade a cidade, propagandeando as construções na urbe como importantes para o progresso da mesma.

Os ideais modernistas de Campina Grande fizeram parte dos projetos dos políticos municipais e estaduais que procuraram atender aos padrões de higiene e de qualidade de vida proposto pelos médicos sanitaristas da época. Nessa perspectiva, os médicos sanitaristas, os engenheiros e do Estado reformador tornaram a cidade de Campina Grande em um grande canteiro de obras.

Os médicos, principalmente os que praticavam a medicina social, elaboraram um ideal de condição de vida no urbano, as cidades deveriam ser salubres com espaços arejados e limpos. Já os políticos normatizaram essas ideias ao elaborar planos e leis que procuraram transformar as cidades. Enquanto os engenheiros pensaram a melhor forma de por em prática o que foi idealizado pelos médicos e permitido pelos políticos.

Na busca por modernizar, civilizar e ordenar mudanças estruturais foram geradas não só no espaço físico, mas principalmente na conduta e nos sentimentos humanos, tendo como meta uma direção específica, o progresso. Embora, tais mudanças não sejam a todo tempo calculadas, planejadas, ou racionalizadas, isso não quer dizer que elas não tenham uma estruturação, mas que não são controladas a todo tempo.

As modificações realizadas no espaço físico da cidade foram pensadas tendo em vista o crescimento da população, que sofrera alterações, impulsionados pela possibilidade de emprego na cidade, paraibanos sertanejos deixaram o campo e viam na cidade uma possibilidade de crescimento financeiro ou de sobrevivência. Contudo, passaram a viver em condições precárias, em habitações sem condições higiênicas e superlotadas.

Essas condições tornaram as cidades esteticamente e higienicamente impróprias, pois a concentração de pessoas, de maneira indisciplinada, resultou em surtos endêmicos e “enfeavam” a paisagem urbana.

Para modificar esse quadro caótico “fazia-se necessário demolir becos e vilas que interrompiam e atrapalhavam a circulação de mercadorias, de carros e pessoas, além de se constituírem em focos de infecções e epidemias para a população”. (CAVALCANTI, 2000, p.70).

Com isso, a vida na cidade passou a ser percebida com encanto e o medo, principalmente, expressas por médicos, bacharéis, administradores e literatos na década de 1930. Assim sendo, essas novas formas de perceber as novas realidades sociais foram inspiradoras para consolidar discursos e imagens, veiculadas pela imprensa, acerca do apogeu modernizador e civilizador¹⁴ em Campina Grande.

Como diz Silva (2010), os intelectuais se esforçaram em elaborar imagens para uma *urbe* nordestina, que, por meio dos discursos a postulavam como grande, soberana, amante do progresso, conforme evidenciamos a seguir:

¹⁴ Estamos aqui entendendo o processo civilizador na perspectiva de Nöbert Elias (1993). O autor ressalta que esse processo ocorre por meio das mudanças geradas na conduta e nos sentimentos dos indivíduos, fruto do monopólio das relações com outros e da repressão dentro dessas relações, por meio controle a partir das normas instituídas. Essas mudanças são pensadas e sentidas ao longo prazo.

Ao longo da primeira metade do século XX, os sujeitos que ocuparam os lugares de elite em Campina Grande desejavam contar a história da cidade homogeneamente entrelaçada com suas histórias em uma mesma direção e sentido. Aos forasteiros, a boa impressão de uma pujante cidade, cosmopolita, ousada, progressista, desenvolvida e anfitriã; uns a chamavam de Rainha da Borborema, outros de Princesa, todos na tentativa de denominar a imponência, generosidade e aconchego da cidade interiorana que mais crescia na região Norte, depois dos anos 1920, chamada de Nordeste. (SILVA, 2010, p.3-4).

Essa forma de conceber a cidade pode ser percebida na Campina traçada por Ottoni Barretto¹⁵, em 1937, e expressa nas páginas do jornal Voz da Borborema, em uma reportagem intitulada “Tudo Por Campina”. O autor inicia o referido texto tratando a cidade como um paraíso, logo, diferenciando-a de outras cidades da região. Em seguida, expõe as particularidades campinenses que a faz ter uma identidade uma vez que possuía indústrias e um comércio que crescia em ritmo mais rápido, o que modificara sua feição material. O trabalho e as conquistas materiais trouxeram aos campinenses, segundo ele, um semblante alegre, fruto deste desenvolvimento econômico.

Ainda sobre este aspecto, Ottoni Barretto enfatizou que a cidade caminhava para o progresso, já que se envolvera com o espírito de conquistas, e seu crescimento econômico poderia ser visto se fossem observadas as realizações e os projetos vanguardistas que estavam sendo postos em prática, em 1937. Segundo a mesma reportagem, na Campina daqueles tempos, tudo melhorava “[...] Fábricas, Prensas, Bancos, Escritórios, Estabelecimentos diversionaes, Educandarios, Asylos, Hospitaes, Transporte Urbano, etc.” (BARRETTO, 1937, p.4) e, embora tendo recebido empreendimentos de melhoria nos primeiros anos da década de 1930, sofria com problemas higiênicos, organizacionais e educacionais. A cidade era a mais desenvolvida no interior nordestino, porém, precisava da permanente atenção dos políticos para que o desenvolvimento social acompanhasse o ritmo econômico.

Ao salientarmos que “Os poderes públicos cuidam de vários problemas vitais, todos próximos à inauguração: Água, Saneamento, Luz, Telephone automático, Hotel e Matadouro, Avenidas novas e construções modernas” (BARRETTO, 1937, p.4), essas conquistas eram poucas se pensássemos no crescimento econômico da cidade. Por isso, era necessário que os poderes, como a sociedade campinense, tomasse consciência de que haveria muito a ser feito

¹⁵ Ottoni Barretto foi um importante comerciante campinense que desempenhou várias atividades nesse ramo, entre elas, a venda de peças e automóveis, sendo um dos pioneiros nesse ramo, negócios imobiliários e a produção de agave. Segundo Dinoá, (s/a) Ottoni Barreto foi um dos fundadores do Campinense Clube e do Aeroclube Campinense. Além disso, como trabalhava com a venda de automóveis criou a empresa de ônibus viação Campina Grande.

e que todo empenho deveria ser empreendido, pois, na sua visão, valeria a pena fazer “Tudo por Campina”. (BARRETTO, 1937, p.4).

Como descreve Barretto, em 1937, a urbe cresceu rapidamente, porém a mentalidade e a educação de seus habitantes não acompanharam o ritmo de crescimento, cabendo a sociedade e aos poderes públicos, naquele instante, desenvolverem ações para incrementar a educação. Percebemos, assim, que para o mesmo era fundamental ampliar a educação dos campinenses para a formação de um espírito sólido, que sustentasse, isto é, que fosse à base, do progresso econômico. Observemos:

[...] Finalmente, Campina Grande, cada vez maior, cheia de vida e confiança aos seus dias futuros é a única cidade do Norte com ares de Capital. A cada momento Ella sobe mais um degrau na senda do progresso. Precisamos criar, na mentalidade do povo, o “tudo por Campina” como fizeram os paulistanos e Ella será o S. Paulo do Norte. Deem-se á Campina os benefícios que uma cidade progressista exige, que Ella compensará sobradamente o esforço. Ao meu ver, Ella está na infância. Cresceu precocemente e agora é que se está educando, para formar um espírito solido capaz de reagir a qualquer tempestade. Os que aqui moirejam, precisam contribuir com o melhor dos seus esforços, para que Ella continue sendo digna de nossa admiração e resalte aos olhos dos adventícios convidando-os para cooperar nas suas actividades. O seu crescimento foi rápido como o relampago e o seu desenvolvimento material, industrial, moral, intellectual e econômico, precisa tambem ser veloz. Talvez que a quota de retribuição dos que recebem benefícios de Campina seja tão pequena, que se surgisse nos quadros estatísticos, os envergonharia. Vamos fazer “tudo por Campina”! (BARRETTO, 1937, p.4).

Não bastaria criar espaços modernos, mas formar uma mentalidade de que a cidade não poderia se contentar com as conquistas já empreendidas, afinal Campina não fora planejada e seu crescimento não foi organizado, cabendo às autoridades projetar ações de melhorias que atendessem as necessidades geradas pelo crescimento populacional. A cidade de Campina Grande, localizada no planalto da Borborema, agreste paraibano, cresceu com o comércio realizado na feira de cereais e de gado, mas principalmente por ter sido o segundo maior polo de escoamento da produção algodoeira para o exterior nas primeiras décadas do século XX. Sua localização e sua ligação por meio da via férrea com Recife possibilitaram à cidade um crescimento em ritmo diferenciado com relação a outras cidades paraibanas.

Segundo Gonçalves (1999), no geral, a formação das cidades paraibanas ocorreu em áreas próximas de rios, pois esses atraíam a população por facilitar a circulação e dispor de condições para a criação de animais, atividade desenvolvida nas cidades do interior do estado. O caso campinense é uma exceção, pois esta cidade foi formada e cresceu por estar situada

em uma área que facilitou a interligação entre o sertão e a capital e o estado paraibano aos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, servindo de pouso para os comerciantes que vinham dos vários pontos da Paraíba e de outros estados, mas foi à polarização do escoamento do algodão o que mais impulsionou o crescimento da área urbana da cidade, um aumento desordenado e sem infraestrutura.

Para a autora, ao passo que a cidade tornava-se economicamente importante e crescia, exigia das autoridades cuidados urbanos de forma que os melhoramentos atingissem os visitantes e os moradores. Seu crescimento pode ser visto se observarmos o aumento de moradias deste período, mesmo antes de 1940 bairros como “Bodocongó, Bela Vista, Monte Santo, Alto Branco, Santo Antonio, José Pinheiro, Santíssimo, Prado, Catolé, São Vicente, Cruzeiro, Moita”, cresceram entre outras localidades que já existiam. (GONÇALVES, 1999, p. 35).

Como nos mostra uma reportagem do jornal *A União* de 1940, comentando uma nota sobre a cidade que fora publicada no *Jornal do Brasil*, o crescimento da cidade campinense e sua importância para o desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste, foi uma exceção, o progresso campinense foi uma proeza levando em consideração as adversidades encontradas na região Nordeste do Brasil. Acompanhemos:

CAMPINA GRANDE E O SEU ÍNDICE DE CIVILIDADE

O Nordeste, pelas condições de seu ambiente tropical vez por outra batido pela seca, não conta em seu “hinterland” com muitos núcleos da importância civilizadora de Campina Grande.

A florescente cidade que domina a Borborema, irradiando uma influência comercial incontestada, que ultrapassa as nossas fronteiras, é, assim, um milagre no mapa econômico nordestino, graças à tenacidade e vibrante sentido de vida dos seus filhos.

Surgiu e cresceu longe da água, esse elemento essencial que passou a ser preocupação cada vez mais desesperada do campinense, a proporção que a sua cidade progredia, firmando-se, enfim, como centro regulador da economia paraibana. E essa questão, desde muitos anos, passou a ser uma questão de toda a Paraíba, coisa da riqueza comercial e industrial e do índice de civilização a que chegara Campina.

Tudo, pois, que o governo do interventor Argemiro de Figueirêdo tem feito pela terra campinense reflete um dos mais ardentes desejos do povo paraibano, porque é através do importante empório que se entrosa e se encaminha grande parte das nossas riquezas, numa arregimentação segura e ascendente dos nossos valores econômicos e financeiros. (*A UNIÃO*, 21 de jan. de 1940, p.1).

Portanto, o crescimento de Campina Grande esteve relacionado aos aspectos econômicos e estes a localização da cidade, e ao passo que a economia prosperava e a cidade

crescia exigia dos políticos ações que condissessem com o aumento populacional. Então, as mudanças urbanas empreendidas em Campina buscaram corresponder à imagem de desenvolvimento econômico, seja de criação ou reformas de espaços modernizantes e civilizatórios.

Temos nos anos de 1930 e 1940 uma abertura da cidade a novos contatos, Campina Grande se abre a novas culturas, novas formas de ser que chegaram com os comerciantes, caminhoneiros e demais visitantes da cidade.

Religiosos, comerciantes, imprensa nacional e estadual elaboraram uma cidade, atraente, com um prospero ‘futuro’, pensamentos justificados pelas condições em que se encontrava a urbe e graças à sua localização geográfica o que possibilitava o contato com outras cidades, tornando-a influente no compartimento da Borborema e referência no sertão do Estado. Assim, Campina Grande, estava entre as cidades sertanejas mais prósperas do Nordeste, principalmente, por ser o maior centro exportador de algodão do Brasil no período aqui em estudo.

Tratada como a “Metrópole do Sertão” pelo Cônego Matias Freire a cidade vislumbrada por seus visitantes era bela, e cada vez mais encantadora, caminhando para o progresso embelezava-se cada vez mais. Tal postura fora tratada em entrevista ao jornal *A União*, em 1939, quando o cônego expressou sua visão da cidade, mostrando o que de mais encantador lhe era visível, elaborando uma imagem de Campina Grande descrevendo os espaços que visitou na cidade. Interrogado sobre as impressões que tivera da cidade ele esclarece que seu olhar de observador “imparcial” se fixou primeiro na “harmonia existente entre os habitantes desta opulenta cidade e os detentores do poder no Estado”, bem como via nos cidadãos uma vocação para o trabalho, compromissados com o desenvolvimento. (*A UNIÃO*, 06 de out. de 1939, p. 1).

O religioso ficou feliz ao perceber que em Campina Grande havia uma preocupação, ao observar centro fabril e industrial, em realizar um trabalho pacífico e construtor, fruto da colaboração dos trabalhadores que no geral que era composto por uma gente laboriosa, o que desejava contribuir para que o município tivesse um futuro promissor.

Atraídos por trabalho, muitos se deslocaram de suas cidades para Campina Grande, a procura da prosperidade econômica, provocada pelo “ouro branco”. (*A UNIÃO*, 06 de out. de 1939, p. 1. Vale ressaltar que essa ideia de prosperidade financeira da cidade foi propagandeada não somente no Estado da Paraíba, mas por todo o Brasil. Ainda, segundo o cônego, Campina era uma importante cidade do sertão brasileiro, pois possuía uma

“expressão de progresso espiritual e material” (A UNIÃO, 06 de out. de 1939, p. 1) que poderia ser visto por meio de vários aspectos.

Consequentemente, o cônego atribuiu o crescimento da urbe às conquistas econômicas campinenses e ao empenho de seus governantes, vendo sua organização urbana como um milagre, isto é, se tratava de uma realização divina, pois considerava improvável que tal feito fosse apenas realização dos homens, já que as condições climáticas não permitiam que as cidades sertanistas conseguissem atingir tamanha prosperidade. Campina Grande, na visão do cônego, era uma exceção. (A UNIÃO, 06 de out. de 1939, p. 1).

Além disso, a vida urbana campinense era mais agitada devido à presença de comerciantes vindos de outras localidades para cidade, possibilitando à sua gente o contato com outras culturas, algo que não era possível em outras cidades do interior nordestino, pois o “Nordéste, pelas condições de seu ambiente tropical vez por outra batido pela seca, não conta em seu ‘hinterland’ com muitos núcleos da importância civilizadora de Campina Grande”. (A UNIÃO, 21 de jan. de 1940, p.1). Por isso, o religioso acreditava que a *urbe* estava vencendo as adversidades climáticas, posta por sua localização, tornando-se um grande centro regulador da economia e da política paraibana.

Vemos, portanto, nas reportagens de Barreto e do Cônego Matias Freire a construção da imagem de uma cidade que se encontrava no caminho para prosperidade. Nos itens subsequentes discutiremos alguns aspectos relacionados a evolução da urbanização e reurbanização de novos espaços, destacando a Praça Clementino Procópio, alguns edifícios e ruas, a construção da cadeia pública, da maternidade Francisco Brasileiro e a construção da rede de água e esgoto e a reestruturação da distribuição de luz.

2.1.1- Espaços salubres: a construção, inauguração e usos da Praça Clementino Procópio

Como salientamos, as ações urbanísticas empreendidas em Campina Grande faziam parte de um projeto de desenvolvimento que abarcava o econômico e o estético da cidade. Partia-se de ideias de modernidade e progresso que apregoavam a melhoria e a superação dos problemas da cidade. Todavia, a modernidade não se concretizaria apenas com o crescimento econômico e a construção de edifícios e espaços públicos. Vejamos o que diz Rezende (1997, p.18).

A modernidade não poderia se concretizar no seu sentido mais amplo, sem o processo de modernização que requer mudanças na economia, avanços

tecnológicos, predomínio da ciência e da razão prática, burocratização, organização racional do trabalho, ordem e progresso, onde o Estado atua como instituição importante na gestão do processo.

Segundo Santos (2008) pensar as transformações das cidades é refletir que as paisagens apresentadas e reveladas por elas no presente que são fruto do acúmulo, ou ausência, de realizações de tempos anteriores, assim, a cidade é formada historicamente de forma continuada. Com isso, vemos o espaço urbano da cidade como resultado não de um momento específico da evolução urbanística, mas de um acúmulo de ações que resultam num amplo espaço de modernização.

Nesse sentido, nos diz Santos (2008, p.68) que:

O que existe são modernizações sucessivas, que de um lado nos dão, vistas de fora, gerações de cidades, padrões de urbanização; e, vistas de dentro, padrões urbanos, formas de organização espacial, já que cada periodização, trazendo formas próprias de arrumação das variáveis, permite reconhecer um processo histórico mais geral, não importa onde estivermos.

Vemos aqui a cidade como a soma de espaços que ultrapassam os aspectos físicos e envolvem a multiplicidade da vida cotidiana dos cidadãos, formando um cenário, a partir de imagens dos seus habitantes e visitantes. Esses por sua vez (re) inventam formas de estar e viver no urbano.

A materialidade de uma cidade permite a formulação de uma memória individual e coletiva. Ao estudarmos a construção das praças da cidade, do saneamento básico e das instituições, e aqui, especialmente, os grupos escolares, que procuravam reger a vida em coletividade, pensamos a construção de espaços modernos como alternativa delineadora da ampliação da educação campinense, no sentido mais amplo, voltada a propagar valores inerentes à realidade social, formulando, assim, uma identidade urbana e social.

Na busca por moldar a cidade para a modernidade a Praça Clementino Procópio foi planejada e construída em 1935. Localizada no centro da cidade, precisamente na confluência da Av. Floriano Peixoto com as ruas Treze de Maio, Vidal de Negreiros e Irineu Joffily, o espaço tornou-se o lugar de encontro dos mais variados públicos, conhecida como a “Praça da Luz” e “Praça do Capitólio”, passaram a ser o ponto de encontro dos campinenses e de seus visitantes. Com vastos canteiros, com árvores que forneciam sombra, seus bancos, além de um pavilhão, a praça tornou-se referência, cartão postal da cidade reformada, pois esse espaço passou a interligar as principais artérias da cidade, servindo de palco, muitas vezes, para as

festividades cívicas e escolares, para os protestos, para o lazer dominical e até mesmo para as visitas turísticas.

Notamos que a praça passou a ser o principal lugar de expressão coletiva da época, uma vez que em vários momentos os jornais deram notoriedade à cidade e enfatizavam os acontecimentos na praça, como por exemplo, em 1937, quando o jornal Voz da Borborema noticiou a realização de um protesto contra o mau estado em que se achava a distribuição da luz¹⁶. Já em 1 de outubro de 1937 aconteceram manifestações de apoio a pró-candidatura do ministro José Américo de Almeida, para presidente a República.

A Praça Clementino Procópio tornou-se um dos principais empreendimentos urbanísticos da administração relâmpago de Bento de Figueiredo que ocupou o cargo no período de 12 de setembro de 1935 a 18 de dezembro de 1935. Segundo o jornal A União para a sua execução “empregou-se excelente material e adaptaram-se projectos existentes dos architectos Munier e Isaac Soares”¹⁷. (A UNIÃO, 19 de jan. de 1936).

O mesmo periódico noticiou as principais ações da administração do referido prefeito, exaltando os seus feitos, destacando a Praça Clementino Procópio, *vide anexo 1*, como a principal realização de seu governo e que

[...] Não foi preciso grande esforço para que o antigo prefeito dotasse Campina das realizações que julgou necessária. Apenas a compreensão de suas responsabilidades e o interesse de satisfazer a justas aspirações publicas motivaram o plano de trabalho que levou a cabo em três meses de administração.

Damos, a seguir, um resumo dos serviços executados pela prefeitura de Campina Grande, no período que compreende a administração do Sr. Bento de Figueiredo, de setembro a dezembro do anno recém findo:

PRAÇA DO CAPITOLIO

Foi este um serviço de grande relevância da gestão do prefeito Bento de Figueiredo, que procurou dotar a cidade de um moderno logradouro publico. (cont. pg3)

Para a sua execução empregou-se excelente material e adaptaram-se projectos existentes dos architectos Munier e Isaac Soares.

¹⁶ O abastecimento de luz em Campina Grande teve início em 29 de setembro de 1920 sob a coordenação de uma empresa de propriedade de Armando Brito, a J.Brito & Cia, depois nomeada Luz e Força de Campina Grande. Cf. (CÂMARA, 1988, p. 96). Tendo como responsável Tomaz Pereira Soares, que era português e chegou à cidade em 1924 para trabalhar no abastecimento de luz, permanecendo em suas funções por 25 anos. (DINOÁ, 1993, p.21).

¹⁷ A praça recebeu o nome do professor Clementino Procópio, pernambucano, chegou a Campina Grande em 1877, instalando em 1888 um educandário particular de nome São José, que funcionou como internato, semi-internato e externato masculino. Dedicou-se a educação dos campinenses, tendo como um dos seus alunos Hortênsio de Sousa Ribeiro, falecendo em maio de 1935. Segundo ALMEIDA (1978, p.317), Clementino Procópio foi um dos mais empenhados na educação em Campina Grande, morando na vila América, bairro do São José, hoje no local temos a garagem de ônibus da empresa Borborema, no mesmo bairro em 1937 foi construído o Grupo Escolar Clementino Procópio, em sua homenagem.

A medida do tempo e das condições do terreno foi-se modificando, fazendo-se novas creações in loco. Local ingrato para o estabelecimento de praça, ficou sujeito á dominação do esforço de tantos quantos auxiliaram nesta obra de certo vulto para a cidade.

O solo foi inteiramente concretizando a fim de supportar o mosaico e a carga dos transeuntes em período longo.

Fizeram-se construcções em concreto armado, taes como os pavilhões em anfiteatro, placa e marquise do pavilhão principal. Serviço de mosaico, canaletas galerias nos pontos de passagem, canteiros, áreas cimentadas em cor, tanques, posteamento a concreto armado com conductores electricos. Para o serviço de canteiros, coube a tarefa ao dr. Manuel Tavares, conceituado tecnico, em que revelou competência e grande esforço. Todo o serviço de apropriação foi feito por funcionários zelosos tanto na mão de obra quanto na parte material.

Mereceu elogios a bôa vontade de todos quantos concorreram para o presentamento do serviço num prazo muito pequeno para estabelecimento de uma praça. (...) (A UNIÃO, 19 de jan. de 1936, p. 1e 3).

Além da praça foram realizados os melhoramentos das ruas dos seus arredores e limpeza do Açude Novo, conhecido Parque Evaldo Cruz. Por preocupação com os dias chuvosos “[...] consertou-se uma parte do talude de jusante sempre em ameaça de deslize. Prolongaram-se ruas do bairro da prata até ás margens do Açude”. (A UNIÃO, 19 de jan. de 1936).

Outro feito atribuído a esse prefeito foi o início da obra do Hospital de Isolamento no Bairro da Guia, com a capacidade para 60 leitos. Foi também reformada a Rua Desembargador Trindade, que foi prolongada com a desapropriação do terreno do Sr. Pedro Leal, a mesma passou a ter início na Rua João Tavares terminando às margens do Açude Velho. Já na Rua Afonso Campos teve continuidade à colocação de paralelepípedos, o que facilitou posteriormente a circulação de transportes, “principalmente o trafego de ônibus pela citada rua, contornando o bairro da matriz”. (A UNIÃO, 19 de jan. de 1936, p. 3).



Foto 4: Praça Clementino Procópio, em 1940, nela notamos o uso da praça por pessoas pousando para fotografia, uso da mesma como cenário fotográfico, bem como ao fundo observamos pessoas sentadas a conversar, mostrando que o espaço era utilizado para encontros e conversações. (SYLVESTRE, 1993, p. 46).

Na ocasião da inauguração deste espaço um espetáculo foi montado, dando mais brilho ao lugar. Foi também comemorado, nesse instante, o primeiro aniversário da interventoria de Argemiro de Figueiredo, sob o comando de Vergniaud Vanderley que já havia sido nomeado prefeito da cidade, em 1936. O jornal *A União* abriu espaço para mostrar como ocorreu o cerimonial de inauguração, mencionando que durante o ato o mais novo prefeito se encontrava ausente da cidade e que Almeida Barreto secretário da prefeitura no momento conduziu o ato de celebração, fazendo as honras e discursando sobre a importância da obra realizada. Como vemos na nota enviada pela sucursal do jornal *A União* e publicada em 4 de fevereiro de 1936, o evento contou com a presença de autoridades locais, que tinham nesses momentos a oportunidade de serem vistos e ouvidos, sendo o espetáculo animado pela banda de música municipal.

CAMPINA GRANDE

(Da succursal)

Inauguração da praça “Clementino Procópio”- Em homenagem ao 1º aniversário da administração do Governador Argemiro de Figueirêdo, foi inaugurada a praça “Clementino Procópio”, construída na gestão do ex-prefeito Bento de Figueirêdo.

Estando ausente o prefeito Vergniaud, o secretário da prefeitura Almeida Barreto, devidamente autorizado, após fazer calorosa alocução sobre o acontecimento do dia, e as referências mais lisonjeiras à administração municipal do Sr. Bento de Figueiredo, convidou este proclamar inaugurada a mencionada praça.

Quanto ao 1º ano administrativo do governador Argemiro de Figueiredo, longamente percorreu o secretario Almeida Barretto, pondo em relevo a figura do illustre campinense que tem dado realce ao já tão erguido nome da Parahyba.

A banda de musica da Prefeitura Municipal tocou durante o acto, ficando a praça aberta á população, que, até alta noite, frequentou aquele logradouro publico.

Esteve presente ao acto em nome da família, o dr. Severino Procópio que agradeceu a lembrança de se dar o nome do seu progenitor á nova praça. (A UNIÃO, 4 de fev. de 1936)

No ato inaugural a praça foi apresentada como espaço importante. Nessa perspectiva, desejamos concluir esse item destacando que a mesma tornou-se um lugar de memória uma vez que através dela encontramos fragmentos de depoimentos a respeito da cidade que alguns intelectuais e artistas escreveram, conforme *anexos 1 e 2* deste estudo.

2.1.2- Modernização e monumentos: reforma de ruas, construção de edifícios em Campina Grande

Com seu projeto de embelezamento da cidade, Vergniaud Vanderley foi aos poucos desenvolvendo seu plano de reforma urbana. No espaço de tempo de 1935 a novembro de 1937, vemos que o seu empenho administrativo, buscou implantar na cidade o telefone automático, o Grande Hotel e remodelar as ruas da cidade.

Na visão do cônego Matias Freire, as administrações de “Bentinho”, como se referia a Bento Figueiredo, e de Vergniaud Vanderley corroboraram para o desenvolvimento campinense, por empreender importantes inovações de necessidade na cidade, como declarou ao Jornal *A União* em 1939.

[...] Pretendia chegar até lá. Sinto como paraibano o dever de me referir a elas encarando-as, aliás, sem preconceitos, como costume fazer sempre que me externo sobre a operosidade das administrações municipais da minha querida Paraíba. O Estado Novo, presidido pelo eminente brasileiro Dr. Getúlio Vargas, incontestavelmente veio imprimir um acelerado ritmo de progresso á nossa existência municipal, não se deve negá-lo. Noto que por toda parte existe uma viva preocupação de trabalho nos setores municipais da Paraíba. Em referência a Campina Grande, a minha impressão, que lealmente lh’a transmito aqui, sem nenhum ar de sermão encomendado é a de todo aquêle que trava conhecimento com as inúmeras obras novas que já foram realizadas nesta cidade, não só por administrações anteriores, como também na gestão atual de pouco mais de um ano do prefeito Bento Figueirêdo, pessoa que eu não conhecia de perto as em quem noto sensível

descortino e apreciável equilíbrio no manuseio da cousa pública. Basta que se observe que o administrado campinense, com um orçamento cuja previsão cai além de mil duzentos contos (1.200:000\$000), como o que acaba de ser elaborado pelo Sr. Bento Figueirêdo, está realizando obras notáveis, entre as quais se destaca o futuro mercado público não falando no Grande Hotel, iniciado na administração Vergniaund Vanderlei, cujos serviços de revestimento interno e limpeza externa vão adiantados. (A UNIÃO, 6 de out. de 1939, p. 1).

Vemos que na visão do religioso a construção do “Grande Hotel” simbolizava avanço e traria à cidade brilho e juntamente com a criação do mercado público, obra que seria aos seus olhos de grande importância para a economia da cidade, pois ajudaria a descongestionar as ruas centrais e centralizava a feira, o que facilitava a limpeza pública e elevaria a renda do município.

Essa obra majestosa aos olhos dos visitantes foi alvo de querelas políticas e administrativas. O município não tinha dinheiro para concluí-lo e passou ao Governo do Estado a tutela deste feito. Com a construção deste espaço procurou-se acolher a burguesia local e nacional, com o comércio crescente a cidade deveria dispor de um ambiente acolhedor e requintado para receber os comerciantes que vinham realizar as parcerias comerciais.

Neste sentido, comenta Cavalcanti (2000, p.74) que “essas ilustres figuras foram apresentadas com a construção do “Grande Hotel”, acolhendo-os condignamente, com ambiente requintado, amplo, luxuoso, uma verdadeira imagem da “urbe moderna”, desenvolvida e rica”.



Foto 5: Grande Hotel/ Campina Grande. Realizações da administração de Argemiro de Figueirêdo, Departamento de Estatística, Governo do Estado da Paraíba, Brasil. 1938.

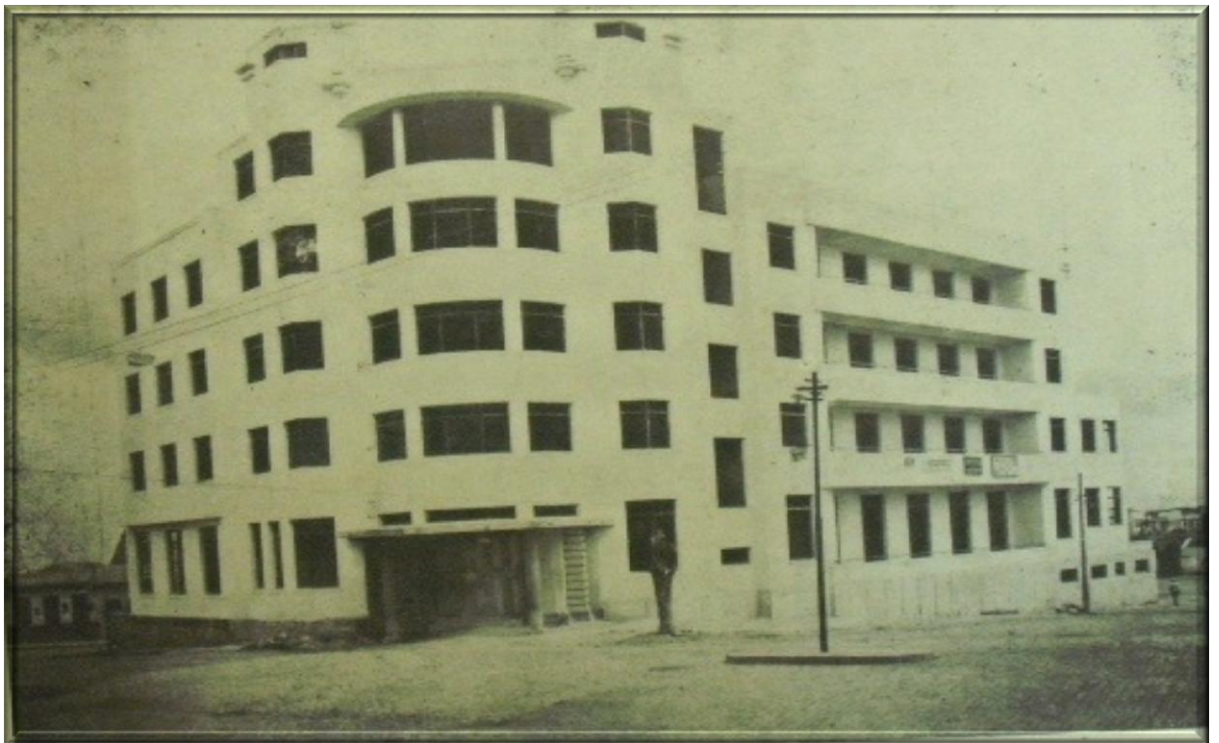


Foto 6: Grande Hotel/ Campina Grande. Realizações da administração de Argemiro de Figueirêdo, Departamento de Estatística, Governo do Estado da Paraíba, Brasil. 1938.

Como observamos nas imagens acima em 1938 o “Grande Hotel” encontrava-se em sua fase de acabamento, conforme mencionamos anteriormente. Acompanhemos mais uma reportagem sobre o mesmo:

[...] CONSTRUÇÃO DO GRANDE HOTEL DE CAMPINA GRANDE

A prefeitura de Campina Grande, preenchendo um dos claros mais sensíveis na vida social Dalí, empreendeu a construção de um imponente e amplo edifício para a instalação do “Grande Hotel”, cujas obras já estão concluídas, graças á interferência direta do estado que , compreendendo a alta finalidade dessa realização avocou á sua responsabilidade a conclusão dos trabalhos, mesmo porque o seu alto custo arcava para aquela Prefeitura peizados sacrifícios.

Pelas próprias condições sociais de Campina Grande e pela sua qualidade essencial de grande centro comercial em constante desenvolvimento, justifica-se plenamente o interesse do governo em apoiar decididamente a construção do grande Hotel, que como próprio do Estado, em virtude da sua aquisição pelo mesmo, dentro de breves dias estará completamente instalado, satisfazendo inteiramente á altura das necessidades locais e ao nível da sua civilização. (A UNIÃO, 25 de jan. de 1939, p. 3).

Embora o jornal comente que a construção do edifício campinense tenha sido concluída em 1939, segundo Silva Filho a sua inauguração só ocorreu em 19 de abril de 1942. O maior e mais luxuoso do estado, em majestoso edifício de cinco andares, no cruzamento da Rua Maciel Pinheiro e Avenida Marechal Floriano Peixoto, tornou-se símbolo do apogeu da modernização da cidade de Campina Grande e, respectivamente, do Estado¹⁸, segundo as descrições de Silva Filho (2003).

A construção do “Grande Hotel” serviu de inspiração para a elaboração de projetos que visavam criar espaços de imponência, como, foi o caso da construção do edifício da prefeitura da cidade, que foi instalado em frente ao “Grande Hotel”. Em 1941 o jornal *A União* noticiou as iniciativas do prefeito para a construção do palacete da municipalidade e atribuiu ao arquiteto Munier a tarefa de projetar o prédio. Foi projetado pelo mesmo arquiteto que planejou a Praça Clementino Procópio.

NOTÍCIAS DE CAMPINA GRANDE

(...) VAI SER CONSTRUÍDA A SEDE DA MUNICIPALIDADE

CAMPINA GRANDE, 24 (A UNIÃO) - Acha-se em expansão na prefeitura a planta da futura sede da Municipalidade, que o prefeito Vergniaud Vanderlei mandou executar pelo arquitecto Munier. (A UNIÃO, 25 de jan. de 1941, p. 4).

¹⁸ Hoje, o edifício do antigo “Grande Hotel” pertence a prefeitura de Campina Grande e nele funcionam as secretarias municipais de administração e a de finanças.

Ao passo que os edifícios iam sendo construídos, as ruas e avenidas eram reformuladas, modificando a paisagem urbana. A execução das obras remodelava a Rainha, criando monumentos símbolos de um tempo e de poderes. O Grande Hotel passou a representar um tempo próspero de acordos comerciais, espaço de uma burguesia comercial que movimentou a cidade com o comércio do algodão. No caso da construção do palacete municipal, com quatro pavimentos, localizado no centro comercial da cidade, em frente ao grande hotel, permite-nos pensar a cidade como centro político e comercial. O poder municipal construiu sua sede de forma relativamente rápida, pois seu projeto foi apresentado em janeiro de 1941 e sua inauguração ocorrera em maio de 1942. E, como nos apresenta o jornal (A UNIÃO, 21 de set. de 1941, p. 2), com menos de

[...] Dois meses de iniciado, já se encontra de pé o arcabouço do edifício da Prefeitura de concreto armado, ao lado do “Grande Hotel”, ambos como símbolos do progresso do grande empório algodoeiro do *hinterland* nordestino.

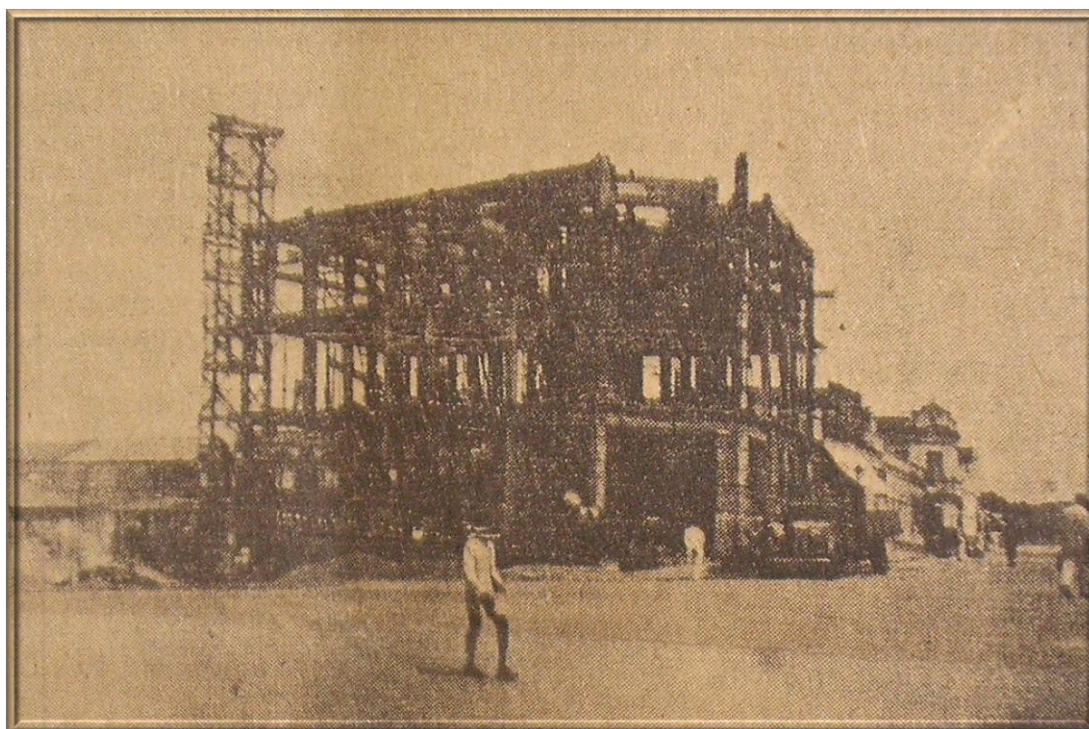


Foto 7 : Palacete Municipal. A UNIÃO, 21 de set. de 1941, p.6.

Notamos que a Avenida Floriano Peixoto foi a mais afetada com o projeto de urbanização da cidade, sendo remodelada e organizada para ser artéria principal, com a função primordial de facilitar o deslocamento de veículos, de mercadorias e dos comerciantes, no sentido de atender o mais rapidamente possível os estabelecimentos comerciais. Nas

imagens que se seguem podemos observar as grandes mudanças urbanísticas, principalmente as ocorridas na Avenida Floriano Peixoto e no seu entorno. Essas mudanças começaram por modificar o aspecto colonial que a cidade tinha.



Foto 8: Avenida Floriano Peixoto (década de 1930), vista da torre da matriz. In: SYLVESTRE, 1993, p.46.

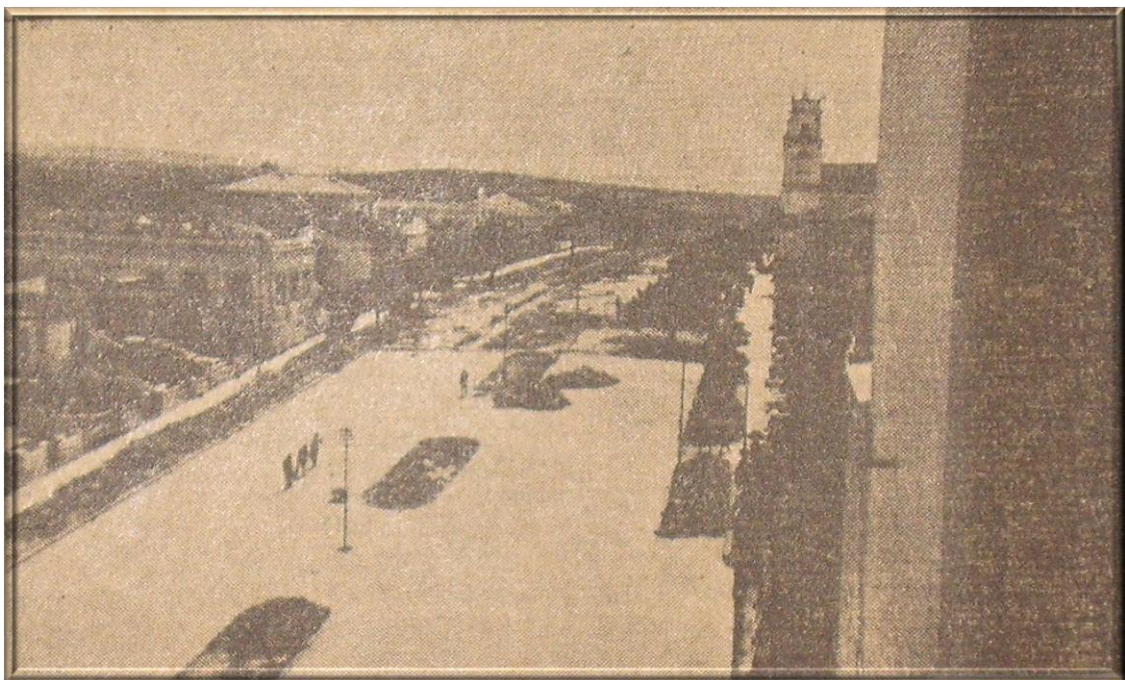


Foto 9: Av. Floriano Peixoto, início da década de 1940, vista do Grande Hotel. In. A UNIÃO, João Pessoa, 21 de setembro de 1941, p.6.

Ao resumir as ações do primeiro ano da segunda administração de Vergniaud Vanderley, o jornal *A União*, demonstrou que as realizações do prefeito, faziam parte um projeto idealizado, antes da sua administração, por Nestor Figueiredo. A Avenida Floriano Peixoto foi arrumada para receber os símbolos da era modernista campinense, ou seja, o Grande Hotel e o Palácio da Prefeitura, além da Igreja Matriz da cidade e o Grupo Escolar Sólon de Lucena. Esses dois últimos já existentes desde a década de 1920. Todavia, esse conjunto de instituições que foi integrado a partir da reformulação da Avenida Marechal Floriano Peixoto, passou a simbolizar, não somente o ideário progressista da cidade, como também os poderes instituídos de Campina Grande, nas suas diversas dimensões: econômica, religiosa, política e educacional como podemos averiguar na síntese elaborada pelo jornal supracitado:

[...] No tocante a essa remodelação da fisionomia da cidade, os mais importantes trabalhos executados pelo prefeito Vergniaud Vanderley são, sem dúvida, as desapropriações, a retificação e o calçamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto, onde estão situados o edifício do “Grande Hotel”, o “Palácio da Prefeitura” e a Igreja matriz. Trata-se evidentemente de uma das maiores transformações jamais empreendidas pela municipalidade campinense e constitui o primeiro passo que é dado, enfim, para adaptar a cidade ao plano de urbanização, há anos idealizados pelo urbanista Nestor Figueiredo. (*A UNIÃO*, 21 de set. de 1941, p. 2).

O projeto reformador de Campina Grande partiu da ideia que enfatizava que as cidades para serem modernas necessitavam passar por um remodelamento, desfazendo-se dos símbolos velhos, abrindo espaços mais amplos, arejados e recebendo o novo, estimulando essa receptividade de forma harmoniosa do ponto de vista urbanístico. Contudo, o ordenamento do espaço requeria mudança de comportamentos dos habitantes, para isso, a escola reforça a sua importância como normatizadora e institucionalizadora do civilizar, ou melhor, do viver no meio urbano. Afinal, não foram somente as crianças da elite que passaram a frequentar os grupos escolares, mas, aqueles oriundos dos segmentos sociais médios e populares. Tal aspecto será desenvolvido no próximo item.

2.1.3- Modernização e disciplinarização dos corpos através da construção de espaços de vigilância

Uma construção que fora de grande importância, dentro do projeto de reurbanização da cidade foi a Cadeia Pública Municipal de Campina Grande, que antes de 1935 estava localizada no lugar em que foi construída a Praça Clementino Procópio.

Nesse sentido, projetou-se uma nova instituição de vigilância, mais afastada do centro da cidade, precisamente na Rua Quintino Bocaiúva, no bairro do Monte Santo, em terreno adquirido pelo Estado onde seria construído o matadouro municipal, que acabou sendo transferido para o Bairro de Bodocongó¹⁹.

A construção da Cadeia Pública Municipal não só atendeu ao desejo de um novo espaço destinado para os “delinquentes”, afastando-os do centro da cidade. Assim, em 8 de julho de 1936, o jornal *A União* publicou a planta da nova cadeia de Campina Grande e mencionou a importância de um presídio do porte do que iria ser construído para a região, destinados não apenas os campinenses.

Segundo o jornal, o novo espaço de vigilância não veio somente substituir o que fora demolido, mas atender uma necessidade da cidade, já que a antiga cadeia não “preenchia mais a sua finalidade” e não comportava o número de “delinquentes” que aumentava, proporcionalmente, ao crescimento da cidade.

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO A directoria de Viação e obras Públicas acaba de concluir o projecto do futuro estabelecimento de reclusão e iniciará nestes dias a sua construção em terreno já adquirido pelo Estado. CARACTERISTICAS DO EDIFÍCIO o edifício, que disporá das mais modernas instalações, cobrirá uma área de 753 m². terá três raio onde ficarão situadas as secções para homens, mulheres e menores.(A UNIÃO, 8 de jul. de 1936, p.1).

Para Cavalcanti (2000), a construção da nova cadeia foi fundamentada nos princípios modernizante e higienista do projeto urbanizador de Campina Grande, assim como o cemitério que antes se localizava no centro da cidade, a cadeia foi afastada para o bairro do Monte Santo, uma área periférica, onde moravam os operários campinenses. O centro da

¹⁹O episódio sobre a construção da cadeia e do matadouro como parte do projeto urbanístico de Vergniaud Vanderley foi abordado brevemente por Sousa (2003), que comenta na nota 25, que a construção do matadouro no bairro do Monte Santo teve início na administração de Bento Figueiredo, mas devido aos protestos dos moradores da localidade que acharam higienicamente incompatível a construção de um matadouro próximo a um cemitério, esse foi remodelado para se tornar a cadeia. O referido autor ressalta que esse assunto merece ser melhor trabalhado.

cidade representava a vida por meio da circulação, por isso não era adequada à saúde urbana o mau cheiro do cemitério ou mesmo dos “mortos sociais” que se encontravam na cadeia.

A reportagem acima transcrita descreve rapidamente as suas dimensões, bem como a preocupação em separar e acomodar os “delinquentes” em espaços amplos, considerando a idade e os sexos de forma que a vigilância sobre os mesmos fosse eficaz. Na imagem do projeto observamos a divisão dos pavimentos e a utilidade de cada espaço.

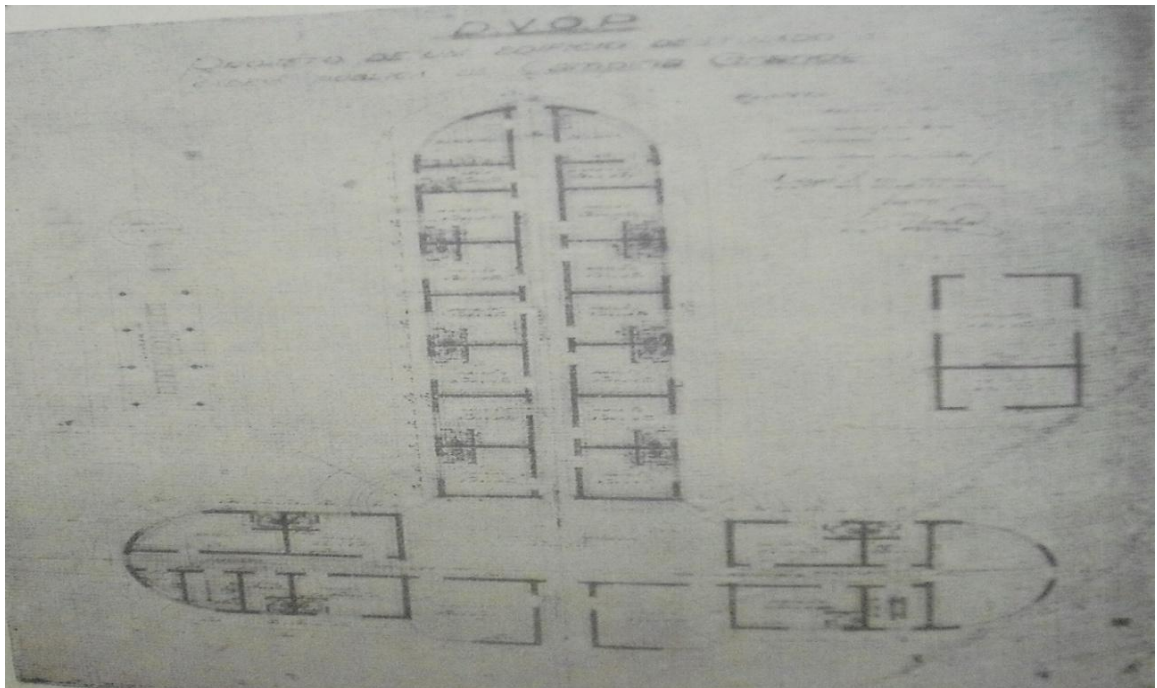


Figura 10: Planta da Cadeia do Monte Santo, Campina Grande. Fonte: A UNIÃO, 8 de jul. de 1936, p.4.

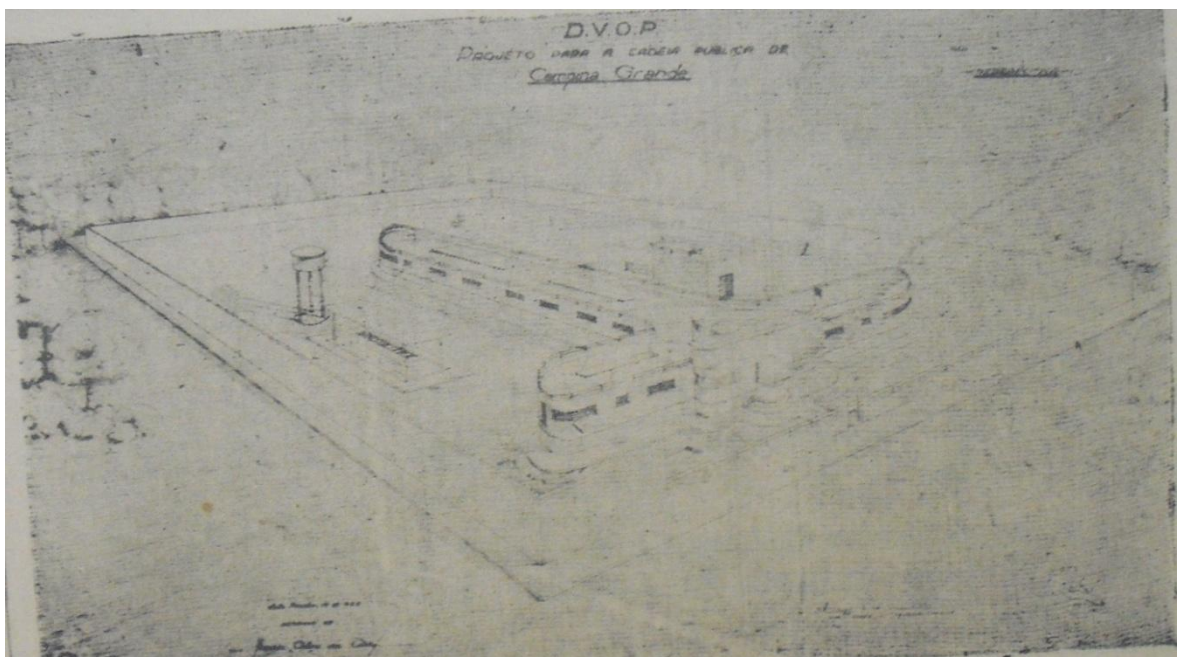


Figura 11: Planta da Cadeia do Monte Santo, Campina Grande. Fonte: A UNIÃO, 8 de jul. de 1936, p.1.

Segundo Silva Filho (2003), em 6 de junho de 1940, sob o decreto estadual nº. 45 o governo do Estado passou a considerar a penitenciária campinense um Presídio Especial.

Neste sentido, o projeto urbanístico procurou moldar a cidade dentro dos parâmetros estabelecidos pela sociedade burguesa moderna que pregava a vigilância dos corpos, por meio da disciplinarização, normatização e higienização. As instituições, pois, foram organizadas para enquadrar os sujeitos dentro dos padrões de cidadania apregoados e que se estabelecia por meio das prescrições médicas e legais. As ruas e as praças simbolizavam a liberdade, a circulação de pessoas por meio de trânsito rápido. Por outro lado, as penitenciárias eram espaços para aqueles que não contribuíam com o desenvolvimento e harmonia social da cidade, ao terem quebrado as regras de convivência social e de cidadania.

Logo, o centro da cidade foi sendo modulado para ser o local da circulação, do movimento e do trabalho dos “cidadãos”, e os que não se adequavam as normas do viver no urbano foram excluídos: os pobres, os marginais, os sujos e as prostitutas.

2.1.4- Assistência médica: a construção da Casa de Saúde e Maternidade Francisco Brasileiro

Além das preocupações com a reurbanização dos espaços, notamos um interesse em expandir a assistência médica, com o intuito de atender não só as necessidades da cidade, mas da região da Borborema. Para tanto foi projetada e teve início a construção, em 1938, a casa de Saúde e Maternidade Francisco Brasileiro, localizada na Rua Siqueira Campos, no bairro da Prata, bairro que foi formado a partir da retirada das moradias do centro da cidade. Com as ações reformadoras de Vergneaud os comerciantes que moravam nas ruas centrais, principalmente da Maciel Pinheiro se deslocaram para os bairros do Alto Branco, Catolé e Prata.

Embora a cidade recebesse equipamentos modernos, seus filhos não estavam bem de saúde, sofriam com os surtos, a proliferação de doenças e a falta de assistência médica, mesmo melhorias sendo vistas na parte estética da cidade, a mesma seguia preocupada com o futuro dos seus filhos e de seus visitantes, já que as doenças que assolavam os seus, em grande parte, eram contagiosas.

A casa de Saúde e Maternidade foi organizada levando em consideração a localização, uma vez que ela foi construída em um lugar arejado com “batida de sol e fartamente iluminada e aquecida pela luz direta que a envolve, apresenta-se a futura Casa de Saúde e

Maternidade “Dr. Francisco Brasileiro”, pelas suas condições topográficas e sanitárias, como um ideal no tocante a estabelecimentos deste gênero”. (VOZ DA BORBOREMA, 6 de Jan. de 1938).

Observemos as imagens a seguir e uma das notícias publicadas sobre a referida maternidade:

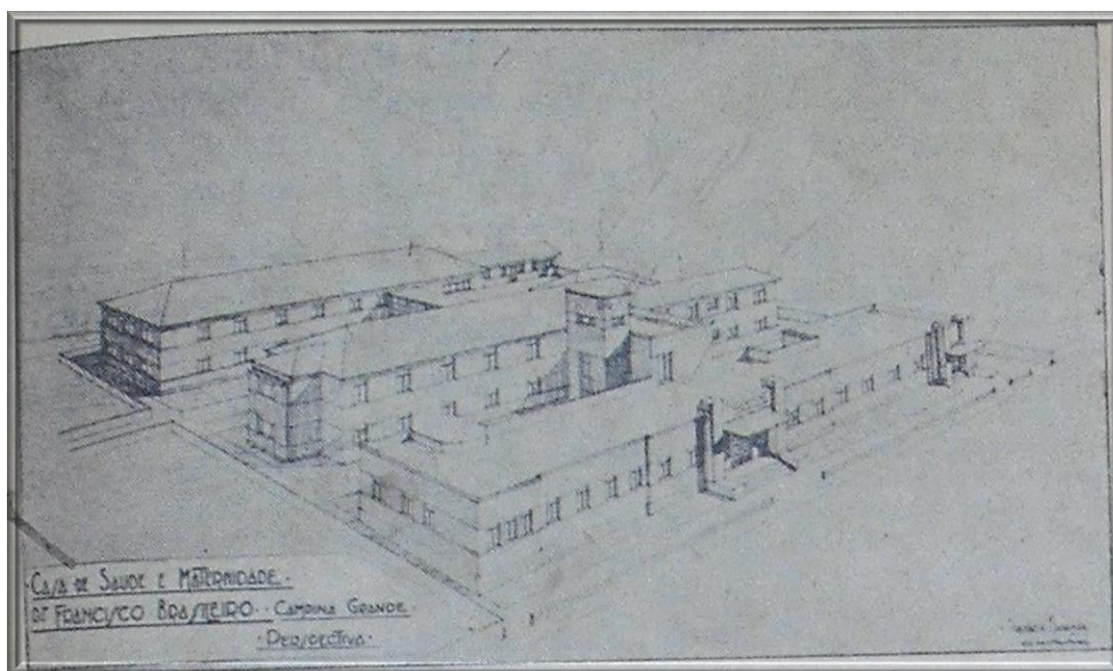


Figura 12: Projeto da casa de Saúde Maternidade Francisco Brasileiro. Campina Grande. Fonte: Voz da Borborema, 6 de julho de 1938.



Figura 13: Centro do serviço Municipal de Saúde, Antiga Casa de Saúde, Bairro da Prata, Acervo da Autora, Campina Grande. 2010.

Um melhoramento de vulto para Campina Grande

[...] Ficarà Campina Grande, que já dispõe do Hospital Pedro I, magnificamente servida de mais um centro modelo em que poderá ser convenientemente assistidas não só as mulheres parturientes, mas ainda doentes cujas enfermidades sejam compatíveis com a organização e a economia da “Casa de Saúde e Maternidade Dr. Francisco Brasileiro”.

[...] Atendendo às finalidades a que se destina, serão as seguintes as divisões do estabelecimento: Casa de Saúde propriamente dita; Maternidade; enfermarias; seção de cirurgia; seção de laboratório e farmácia; seção de autópsia e necrotério; seção de isolamento; seção Ginásium Solarium; seção de administração e, finalmente, casa de residência.

Existem ainda duas divisões com saneamento para enfermeiras especializadas e uma outra igualmente saneada para o médico de plantão.

A cozinha, dispensário, copa, salão de refeições e quartos para empregados com saneamento próprio completam o conjunto principal da obra.

O pavilhão de isolamento dispõe de três apartamentos, sala de curativos, sala de enfermeiras, sala de tisanas, tudo com saneamento completo e cozinha própria.

O monumental edifício, que já se acha em construção, ocupará uma área total de dois mil e quatrocentos metros quadrados.

Um pormenor que convem seja fixado: a arreação do edifício, assim como sua solução, esquadrias, sonoridade, cor, impermeabilização, etc., tudo foi devidamente previsto e cuidadosamente projetado.

[...] O orçamento da construção da Casa de saúde “Dr. Francisco Brasileiro” oscila entre as cifras de 650 a 700 contos de reis.

A uma realização desta envergadura não poderiam ser indiferentes os poderes públicos, não só estaduais como municipais. Tanto o prefeito Bento Figueiredo como Interventor Argemiro de Figueiredo já ampararam materialmente o empreendimento notável do dr. Francisco Brasileiro, que já dissemos no começo desta nota, vem beneficiar a nossa terra dum estabelecimento modelo e que merece ser acatado e prestigiado por todos os homens de boa vontade de Campina Grande. (VOZ DA BORBOREMA, 6 de jul. de 1938).

Assim, os cuidados empreendidos no campo da saúde, buscavam não só diminuir os índices de mortalidade, mas proporcionar a um maior número de usuários assistência médica para os campinenses, mas também para outros doentes, pois a cidade só contava com um Hospital, o Pedro I, entre os doentes estavam, parturientes, acidentados, pessoas com doenças infecto contagiosas, vindos de outras cidades do compartimento da Borborema.

Então, com a criação da nova instituição de controle, pensou-se expandir o atendimento médico, especializado e voltado para a maternidade. Contudo, a sua inauguração somente veio ocorrer em 17 de maio de 1946. Vemos assim, que, embora a necessidade fosse grande, passaram-se oito anos para que a população usufrísse dos serviços da maternidade. (SILVA FILHO, 2003, p. 183).

Para Silva Filho (2003, p.183), com a inauguração da Casa de Saúde e Maternidade a cidade não só ganhou um espaço modelo, mas uma referência para o Estado, já que era “[...] no gênero um dos estabelecimentos mais bem aparelhados no Nordeste”.

2.1.5 - Os dilemas da modernização campinense: água, saneamento e energia elétrica

Revestida de pompa e vista com muito glamour pelos dirigentes públicos e intelectuais locais a Rainha da Borborema se destacava no interior do Nordeste pela sua beleza e pela sua economia, mas inspirava cuidados, pois sofria com calamidades que lhe deixavam doente. Deste modo, não adiantava apenas embelezar; fazia-se necessário cuidar da saúde, manter um corpo belo e sadio. Somente assim, é que a “mais bela da Borborema” geraria filhos saudáveis, afirmavam as sanitaristas e higienistas paraibanos.

No intuito de melhorar as condições higiênicas e promover civilidade, em 1935, a cidade recebeu a visita de uma comissão de médicos e enfermeiros vindos da capital para combater os surtos endêmicos, os quais constataram o verdadeiro martírio vivenciado pelos campinenses que trabalhavam em ambientes sujos, sem as mínimas condições de higiene, o que expunha as vidas de todos aos surtos endêmicos e epidêmicos, o que elevava o número de óbitos da cidade²⁰.

A comissão sanitária que visitou a cidade percebeu que a “capital sertaneja” sofria de um violento surto de “typho e para-typho”. Ficando alarmada com as condições sanitárias verificadas, tendo localizado ainda um número espantoso de focos de anofelinos²¹, no centro e nos arredores da cidade. O grupo atribuiu à falta d’água e a péssima qualidade da que chegava às casas dos campinenses à ausência de saneamento, razões que elevaram a proliferação de doenças entre os seus habitantes. (A UNIÃO, 22 de out. 1935). Na avaliando do grupo somente com medidas drásticas salvariam a cidade e seus habitantes das epidemias e doenças.

O discurso higienista assumiu um papel importante na construção dos espaços modernos das cidades e com ele foi possível despertar os poderes públicos para as

²⁰ Em 2 de Outubro de 1935 sob a lei estadual nº. 2 foi acordado entre as prefeitura de Campina Grande e o Estado a execução dos serviços d’água e esgoto da cidade. (Cf. SILVA FILHO, 2003, p. 152). Sobre a assinatura do contrato da obra de saneamento básico de Campina Grande. (Cf. A UNIÃO de 28 de jun. de 1936 p. 1).

²¹ Segundo Houaiss (2007), trata-se designação comum aos mosquitos do gênero *Anopheles*, de distribuição cosmopolita e responsável universal pela transmissão da malária.

necessidades higiênicas, levando a criação de projetos que buscavam melhorar as condições de vida na cidade.

Na tentativa de promover a melhoria da saúde pública, ambientes salubres foram construídos, salvaguardando os habitantes dos “males” que os levavam a óbito. O saber médico corroborou com a sociedade campinense que por meio de telegramas e outras manifestações que expunham, em 1935, as precaríssimas condições higiênicas que vivia o campinense.

Naquele mesmo ano estudos foram realizados com o intuito de verificar as condições existentes e, assim, elaborar um plano para a construção da barragem de Vaca Brava, na cidade de Areia, que abasteceria Campina Grande. Em 1938, segundo dados do Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba, essa foi a maior obra do governo de Argemiro de Figueiredo.

Com a aprovação dos projetos que buscavam melhorar as condições sanitárias, foi assinado o contrato de serviço para a construção da rede de esgoto e a distribuição da água para a cidade em 25 de junho de 1936. Um espetáculo foi montado, parte da intelectualidade e dos políticos, reuniram-se para assistir a assinatura do contrato, a data foi tida como marco das realizações de saneamento que teve como engenheiro responsável Saturnino de Britto Filho que posteriormente, em 21 de outubro, assinou outro contrato, com as usinas de Ponta-Mousson, da França, firmando o fornecimento do material para a construção da rede de água e esgoto campinense, tais como: tubos e acessórios de canalização. Parte do referido material chegou à Paraíba em dezembro de 1936, vindos da Europa de navio, aportando no porto de Cabedelo e depois transportada para Campina Grande²².

Via-se nos melhoramentos sanitários e na reforma “de ruas e áreas centrais e o abastecimento de água, um meio de diminuir as costumeiras epidemias. Com a transformação arquitetônica das áreas centrais, buscou-se a reordenação dos espaços e territórios”. (SOUSA, 2003, p.64).

Encontrado o problema e planejadas as intervenções necessárias, mãos foram postas à obra, voltadas para as melhorias da qualidade de vida de parte da população campinense, moradores do centro da cidade, estendendo-se de 1935 a 1939. No limiar das obras e do quebra-quebra das ruas circulavam os trabalhadores, os políticos, os visitantes e os moradores,

²² Sobre a assinatura do contrato de fornecimento de materiais para a construção da rede de água e esgoto de Campina Grande consultamos o Jornal *A União* 24 de Out. 1936, nº 287, p. 1. Enquanto sobre o descarregamento do material no porto de Cabedelo consultamos o jornal *A União* de 29 de Dez.1936 nº 288, p.1. Neste consta a visita do interventor Argemiro de Figueiredo ao descarregamento dos primeiros materiais na Paraíba. Cf. CABRAL FILHO, 2007.

entre esses os estudantes, que nas suas idas e vindas diárias a escola tiveram que cortar caminho, pular buracos e circular entre os equipamentos e materiais que trariam a água para cidade.

Como observamos na imagem a seguir, a construção da rede de fornecimento de água modificava o movimento na cidade, pessoas se aglomeravam quando as obras eram visitadas por políticos. Nessa perspectiva destacou o Jornal *A União* que “era angustioso assistir ao martyrio de um povo laborioso e progressista na época de estiagem, sofrendo as mais duras vicissitudes a falta d’água”. (A UNIÃO, 25 de jan. 1940, p.1). A falta de água de qualidade era um dos problemas que incomodavam os moradores da cidade e para aqueles que apregoavam o progresso, as condições higiênicas da cidade significava um atraso para a economia da cidade, pois a população que crescia e trabalhava para o desenvolvimento da cidade não poderia viver em meio a um ambiente insalubre. “As obras que ali vimos realizadas significam, numa palavra, a salvação de uma terra e de um povo Campina teria de aniquilar-se sem esses serviços”. (A UNIÃO, 25 de jan. 1940, p.1).



Foto 14: Saneamento de Campina Grande. Realizações da administração de Argemiro de Figueirêdo, Departamento de Estatística do Governo do Estado da Paraíba, Brasil. 1938.

Os serviços para o fornecimento de água foram concluídos em 1939, sendo os primeiros atos de inauguração a abertura de chafariz, mas isso não quer dizer que os magnos

problemas dos campinenses sobre água foram totalmente solucionados. Na verdade, podemos dizer que foram amenizados já que nem todos tiveram acesso ao fornecimento de água.

Silva Filho (2003) destaca que os serviços para construção da rede de abastecimento de água e do esgoto da cidade foram finalizados no final de 1938. Em janeiro de 1939 tiveram início os primeiros serviços com a abertura de sete chafarizes, na ocasião um espetáculo foi montado, as comemorações tomaram conta das principais ruas da cidade para festejar a chegada da tão sonhada água canalizada e potável. No ano de início do abastecimento Campina Grande contava com 8.426 casas, sendo que somente 30 casas receberam a instalação de água e esgoto, ou seja, para muitos campinenses a água continuou sendo um sonho. Neste viés, pensemos: quem foram os felizardos que receberam água tratada no domicílio?

Embora, os jornais *A União* e *Voz da Borborema* e até mesmo o anuário da administração de Argemiro de Figueiredo, tratem a construção da rede esgoto e água em Campina Grande como uma obra magnífica para o desenvolvimento da cidade, os dados fornecidos por Silva Filho (2003) ²³ destacam que poucos foram os beneficiados com os frutos da obra. Esse autor nos faz pensar que, embora a obra de saneamento de Campina Grande tenha sido importante para cidade, não foi tão bem executada, uma vez que, em dezembro de 1943, por ocasião da visita do então Interventor Federal no Estado da Paraíba, Rui Carneiro, à barragem de Vaca Brava, constatou falhas nos motores o que dificultava o fornecimento das poucas casas abastecidas.

Com isso, a pensada modernização campinense efetivava-se a partir da implantação do abastecimento da água, tão almejada e proclamada nos jornais. Tornou-se realidade para poucos e por pouco tempo, pois o que percebemos é que no cotidiano, após inauguração de Vaca Brava, a lata d'água e o vendedor d'água permaneceram trabalhando, levando água às casas dos filhos da Rainha, conforme bem ilustra a imagem seguinte:

²³ No livro *Síntese Histórica de Campina Grande*, o autor reporta por meio de datas e fatos, cronologicamente organizados, acontecimentos que nos faz questionar as obras de modernização da cidade como ações que traria a civilidade para o povo. Levando-nos a pensar que a civilidade e o progresso foram promovidos para o conforto de poucos, muito poucos.



Figura 15: Imagem de vários aguaceiros carregando água para abastecer os moradores campinenses.
Fonte: Mariz, 1939, p. 200.

Além de só poucos terem acesso ao abastecimento d'água, os campinenses no final da década de 1930, sofriam com a má distribuição de energia elétrica. A Luz, o símbolo da modernidade de Campina Grande, não chegava a todos os recantos da cidade, que à noite ficava praticamente às escuras, levando a população a se unir em movimentos de protesto. As reclamações foram feitas nas praças e nas ruas e noticiadas nos jornais que também davam ao problema um destaque importante.

Com esse panorama, destacamos, a partir das notícias sobre a precária distribuição de energia, como era difícil caminhar nas ruas campinenses à noite, em meio aos vários buracos, provocados pela construção da rede de água e esgoto. Ademais, como Campina, uma cidade, centro comercial poderia alcançar o prestígio de uma urbe civilizada se não possuía as mínimas condições de iluminação e de higiene? Perguntavam os seus moradores. Com essa indagação e preocupação, alguns comerciantes, intelectuais e demais campinenses, que pensavam no progresso da cidade, uniram-se em prol de reivindicar aos poderes competentes melhorias na distribuição de energia elétrica.

Recorrentemente, na *Voz da Borborema* dos anos 1937 e 1938 encontramos notas que abordam o problema da falta de energia na cidade. Verificamos que o problema do mau fornecimento da luz preocupou e movimentou segmentos sociais diversos: a imprensa, os

religiosos, os donos de fábricas, os comerciantes e aqueles que gostavam de circular na cidade à noite.

Em uma reportagem de 1937 observamos que A União dos Retalhistas da cidade promoveu uma reunião, chamando a imprensa local para discutir quais seriam os caminhos para resolver o problema. Nessa reunião decidiu-se formar uma comissão para elaborar um plano de ação, tendo em vista solucionar a precariedade do fornecimento de iluminação pública na cidade e para conversar com as autoridades públicas e a empresa de fornecimento de energia, a fim de reivindicar melhorias. (VOZ DA BORBOREMA, 20 de Nov. 1937).

Ainda em 1937, a reportagem *A má Luz da empresa Luz e Força*, reproduz o documento elaborado pela comissão da União dos Retalhistas que havia sido encaminhada para a empresa de fornecimento de energia, mas que não obteve resposta por parte dos endereçados. (cf. VOZ DA BORBOREMA, 24 de Nov.1937).

O Município entrou na justiça, em dezembro de 1937, pedindo a rescisão do contrato com a empresa de energia, não obtendo êxito. Tal fato levou os campinenses às ruas em 1938, promovendo movimentos, chamando a atenção das autoridades, buscando resolver a situação, para isso, se reuniram na Praça Clementino Procópio que recebeu os habitantes ansiosos por melhorias na distribuição de energia. Como revela a reportagem, a empresa responsável não se mostrou muito preocupada em atender as solicitações. A distribuição era tão precária que para que a festa da padroeira da cidade acontecesse à noite foi preciso que o restante da cidade ficasse sem o fornecimento elétrico, como vemos adiante:

A Empresa de Luz: continua indiferente

Apesar de tantos os protestos da população campinense a Empresa de Luz não modificou a sua atitude de indiferentismo ante o seu dever de iluminar a cidade.

O processo de rescisão do contrato já está aforado mas este continua ainda a reger as relações entre o povo e a Empresa. Como sempre o povo a pagar regularmente, mas a luz não aparece se não com irônica exigüidade.

As noites de festa então foram insuportáveis. A pretexto de se iluminar melhor o pátio da matriz, o resto da cidade ficou impietosamente às escuras. E as famílias para virem às festas tiveram de atravessar destemidamente as trevas do caminho. Entre 6 e 8 horas quando mais precisa é quando justamente a luz mais falha.

É revoltante a atitude da Empresa que de tantas promessas encheu a cidade. A sua indiferença toca as raízes de um insulto.

Breve teremos rescindido o contrato que nos obriga ainda a agüentar tamanho desprezo às nossas necessidades de comércio e nossos foros de cidade civilizada. Mas teremos sempre em vista, depois de solucionado o descaso da Empresa com o contrato, o seu menosprezo aos reclamos da opinião pública. (VOZ DA BORBOREMA, 01 de jan.1938, p 1)

Nesse contexto, a civilidade campinense ocorrera sob o olhar da imprensa que vangloriaram, permanentemente, as políticas de urbanização e os seus protagonistas políticos. Todavia, os outros filhos da Rainha continuavam sofrendo com a falta d'água, energia e assistência médica. Assim, as populações, que no seu dia-a-dia vivenciaram os problemas de uma urbe incompleta, mal acabada, desdiziam, a todo o momento, o que a elite política, intelectual ressaltava como “Rainha rica, afortunada e bela”.

Até aqui analisamos os diversos aspectos relacionados à urbanização e modernização de Campina Grande, porém, sem realizarmos uma relação mais detalhada e pormenorizada com o setor educacional campinense que também passou por mudanças como a Rainha da Borborema, aspecto esse que nos deteremos no próximo capítulo.



Foto 16: Grupo Escolar Clementino Procópio, Campina Grande. Fonte: PARAÍBA, 1938.

Figura 17: Grupo Escolar Monsenhor Sales, Galante. Fonte: PARAÍBA, 1938.

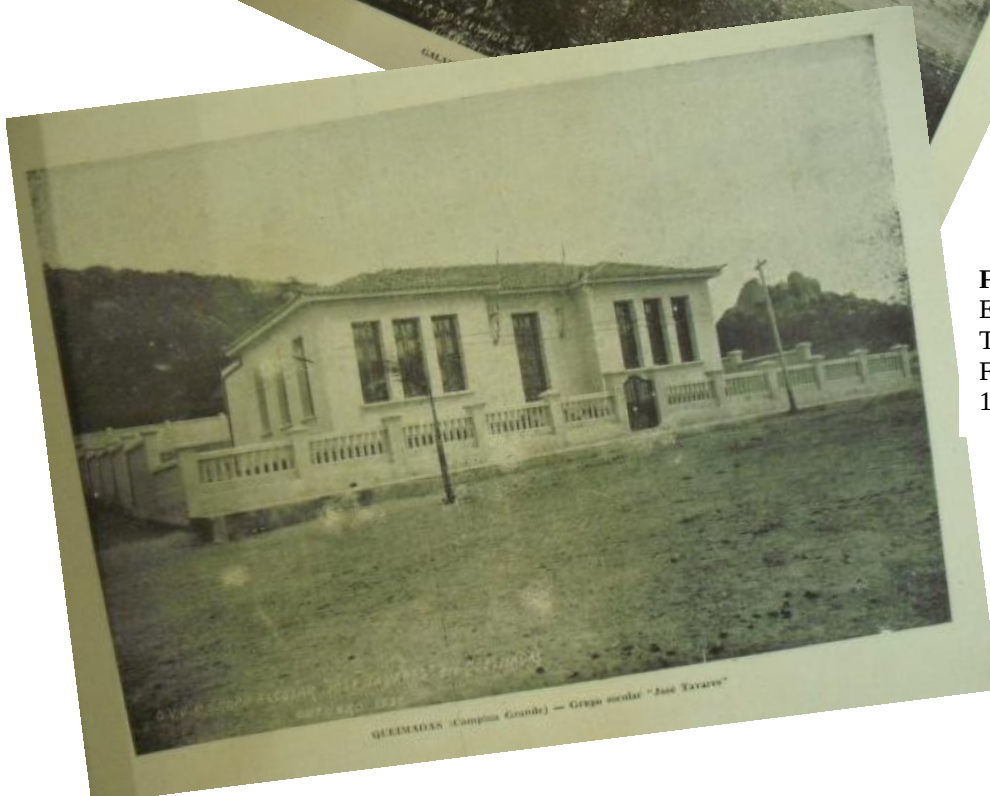


Figura 18: Grupo Escolar José Tavares, Queimadas. Fonte: PARAÍBA, 1938

CAPÍTULO III

FORMANDO AS MENTES DOS FILHOS DA “RAINHA”: Grupos Escolares em Campina Grande de 1935 a 1945

Qual o conceito e o significado da escola, como representação simbólica, como praxeologia e como lugar- lugar de formação, de integração e socialização; lugar de ensino e de aprendizagem; lugar de controle, de disciplina e de subjetivação? (MAGALHÃES, 2004, p.120).

No capítulo anterior discutimos sobre como a cidade de Campina Grande foi vista e dada a ler por meio dos Jornais *A União e Voz da Borborema* e as principais ações urbanísticas pensadas e realizadas no período deste estudo. Nele destacamos como em alguns momentos os administradores públicos e intelectuais expressaram as suas preocupações em tornar a cidade esteticamente bela, organizada e higienizada. Vimos como as construções e monumentos, além de logradouros calçados e com redes pluviais, saneamento, hospital, praças, entre outros, objetivaram atender a um projeto de modernização do espaço urbano campinense, abrangendo apenas algumas ruas da parte central da cidade. Salientamos, também, o crescimento econômico e o aumento da movimentação de veículos e de mercadorias que eram comercializadas no varejo e no atacado da mesma forma que aqui demonstramos. Nas ruas transitavam os mais variados públicos, pois se constituíam como um verdadeiro “aparelho circulatório de andantes, de negociantes, em territórios nos quais [circulavam] memórias e economias simbólicas”, ou seja, nas suas artérias os campinenses se deslocavam para o trabalho, para o lazer e para a escola. (OLIVEIRA, 2007, p. 59).

Recorrentemente as notícias tinham como foco as instituições escolares campinenses, sendo as mais enfatizadas as escolas públicas da época, em especial, os quatro grupos escolares existentes na cidade. Essas instituições, por vezes, eram vistas como parte do projeto modernizador do estado paraibano e aqui particularmente da cidade de Campina Grande – Rainha da Borborema.

Na leitura que fizemos, capturamos muitos indícios de que a construção de grupos escolares integrou o projeto que buscava formar um sentimento e uma mentalidade nacionalista, por meio da educação. Por isso aqui, neste capítulo, analisamos os grupos escolares Clementino Procópio, Monsenhor Salles e José Tavares e a sua materialidade, a sua

organização física e as representações sociais, culturais e políticas que contribuíram para o fortalecimento do aspecto civilizador de Campina Grande.

Para tanto, antes de nos atermos aos grupos escolares de Campina Grande, criados a partir de 1935, pensemos um pouco como estava estruturado o ensino primário no Brasil nos anos que se estabeleceu o Estado Novo, pois não podemos esquecer que foram os primeiros anos de funcionamento do Ministério da Educação e Saúde, tendo a sua frente Gustavo Capanema. Este foi um dos assessores mais importantes de Vargas e esteve à frente do referido Ministério por mais de dez anos. Em linhas gerais, a sua gestão deu prioridade à educação voltada para atender não somente as demandas da elite, mas praticamente a todos os segmentos sociais. Por isso, apoiou-se em ideias que enfatizaram a necessidade da formação de um novo cidadão brasileiro.

O pensamento para a educação apregoado nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas e por seus administradores locais visava construir uma identidade nacional a partir de um único sentimento de brasilidade. Neste intuito, as normas disciplinares foram um dos mecanismos que, acreditamos, ser dos mais utilizados na construção da identidade brasileira, idealizada pelos novos donos do poder.

Para Abud (1998), com o movimento de 1930, mas principalmente no período conhecido como Estado Novo, Getúlio Vargas buscou construir por meio das instituições escolares um espírito de brasilidade e, assim, formar uma alma e um “caráter nacional”. Para isso, investiu pesadamente na unificação da estrutura escolar, formulando planos de ensino, redefinindo os princípios norteadores do currículo de praticamente de todos os níveis de ensino²⁴, de maneira que as ideias de pertencimento, de amor à pátria e a família fossem propagadas por todo país.

Neste sentido, vemos que

As listas de conteúdos, sua distribuição pelas séries da escola secundária, as orientações para o trabalho pedagógico elaborado pelas instituições educacionais durante o período em que Vargas governou, traduziam a preocupação oficial e as discussões que perpassavam os meios intelectuais brasileiros. Mais do que isso, eram um instrumento ideológico para a valorização de um *corpus* de idéias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira. (ABUD, 1998, 105).

²⁴ Em 1943, por exemplo, foi publicado pelo Serviço Escolar da Editora do Brasil, o conjunto de leis, programas e metodologia destinado à organização do ensino secundário no Brasil.

Nessa perspectiva, as instituições escolares, especificamente os grupos escolares, foram o principal veículo de propagação das ideias que deveriam despertar o sentimento de brasilidade, sentimento esse que agiria como fator unificador da sociedade brasileira, tentando ao mesmo tempo maquiar as diferenças sociais e culturais existentes no país. Todavia, a construção desse sentimento foi propiciada por um movimento mais amplo, ou seja, na verdade esteve em pauta uma *política cultural* para o Brasil. Nessa direção, Cury (2002, p.40), salienta que a tarefa, assumida por diversos intelectuais, especialmente os modernistas²⁵ foi

Realizada com relativa autonomia e de forma hegemônica, apesar de estarem inseridos em um regime de perfil autoritário – O Estado Novo. Entretanto, podemos dizer que Estado Novo e modernistas tiveram, em comum, um projeto de *brasilidade*, pautado pela ideia de construção de *uma identidade nacional*. (itálico da autora).

Nesse sentido, a escola, a nosso ver, passou a ter um papel proeminente nesse movimento mais amplo de construção de um ideal de *brasilidade* e de *identidade nacional*. A escola passou a ser vista como uma das principais instituições formadoras e propagadoras desses ideais, tendo-lhe sido reforçada a grande tarefa de formar o cidadão brasileiro, dentro das normas e limites impostos pelo Estado Novo.

Os olhares dos médicos, políticos, pedagogos, intelectuais, engenheiros e das famílias, de uma maneira geral, se voltaram para as instituições escolares, especialmente os grupos escolares, tomando-as como caminho para ascensão cultural, econômica e social do país e para isso as encarregaram da formação intelectual, física e moral dos seus rebentos. (RIBEIRO, 1981).

Segundo Ribeiro (1981), a escola no início do século XX passou a ser pensada, gerida e interligada aos interesses de determinados segmentos da sociedade, pois foi concebida como um canal de transmissão de cultura, sendo muitas vezes responsável pela propagação de valores e pelo consumo de cultura. Nesse sentido, temos nas primeiras décadas do século XX a vontade e uma busca por mudanças na sociedade possibilitando dessa forma a

²⁵ Segundo Houaiss (2007, s/p), relativo ou pertencente ao modernismo. Por sua vez modernismo é uma designação genérica de vários movimentos artísticos e literários (cubismo, dadaísmo etc.), surgidos no fim do século XIX e no XX, que buscaram examinar e desconstruir os sistemas estéticos da arte tradicional. No Brasil o movimento iniciado com a *Semana de Arte Moderna* (1922), refletiu-se na busca de meios de expressão autenticamente brasileiros, fugindo dos tradicionais modelos europeus.

implementação de uma série de reformas na instrução nos diversos estados do Brasil²⁶. A sociedade viveu sob o otimismo das ideias progressistas que estimularam as transformações econômicas, despertaram os intelectuais do país para a elaboração de projetos, medidas, leis, decretos de maneira que a instrução do Brasil acompanhasse o crescimento econômico e a necessidade de pessoas instruídas para o trabalho. (RIBEIRO, 1981, p. 61).

Esse pensamento é também comungado por Romanelli (1988) que atribui o crescimento do número de pessoas que buscavam escolarizar-se às mudanças sociais, econômicas e políticas, advertindo que as modificações ocorridas na instrução brasileira a partir dos anos de 1930 não se deram apenas pela expansão das instituições escolares, sobretudo, pelas transformações que estavam ligadas ao perfil do público que passou a procurar instrução, bem como da visão que passaram a ter sobre a educação como um fator constitutivo do próprio movimento de evolução da educação, no seu sentido mais amplo e das cidades²⁷.

Com as mudanças políticas que já tinham sido iniciadas antes do movimento de 1930, foi gerada na sociedade, de forma mais intensificada, a necessidade de escolarizar os brasileiros, principalmente, àqueles que habitavam as cidades que apresentaram crescimento populacional mais acentuado. O novo modo de viver diversificou o perfil daqueles que queriam uma vaga nas escolas, ou seja, a demanda educacional foi direcionada pelas novas necessidades sociais.

Nessa perspectiva, nos anos aqui em estudo, ocorreu a montagem de uma nova organização do ensino brasileiro, que passou a ser pensada nacionalmente e o seu público deixou de ser apenas um pequeno grupo da elite brasileira, embora o ensino secundário e superior ainda só fosse acessível à aristocracia, à burguesia e alguns segmentos da classe média. Assim, foi ampliada a ação do Estado brasileiro no sentido de incorporar um maior número de crianças e jovens pertencentes aos segmentos sociais médios e populares que viviam tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Embora as instituições escolares tenham sido pensadas pelas elites locais, elas passaram a formar não só os filhos desse grupo social. Uma das preocupações do Estado Novo foi, também, a de destinar à instrução para as massas trabalhadoras. No caso de Campina Grande, observamos que os grupos escolares formaram os filhos dos comerciantes

²⁶ Sobre essas reformas ocorridas na década de 1920, consultar o trabalho de Carvalho (2000).

²⁷ No caso específico da região sudeste, sobretudo as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro esse crescimento urbanístico foi marcado pela industrialização, fenômeno esse que não se processou com a mesma intensidade na Paraíba e, mais particularmente, em Campina Grande. Sobre a realidade paulista consultar Romanelli (1988).

locais, mas também abriram espaço para os filhos dos trabalhadores e de agricultores. Vejamos a notícia abaixo que informa a inauguração de uma sala de aula noturna²⁸, destinada aos filhos de operários, no Grupo Escolar Sólon de Lucena.

[...] O acto revestiu-se de toda simplicidade na presença de grande número de associados do centro, e quando justamente este acabava de matricular o avultado numero de 100 alunos, todos filhos de operários.

Fallaram no momento o Sr. José Fernandes Dantas, que disse do esforço que dependera o centro Estudantal, para conseguir a concretização do seu ideal, tendo palavras de incentivo para com os seus companheiros e os novos estudantes.

Em seguida deu a palavra ao centrista José Materno Filho, tendo o inteligente estudante pronunciado bella oração. (VOZ DA BORBOREMA, 5 de mar. 1938).

Outro dado que reforça o nosso argumento pode ser observado a partir do livro de matrículas do ano de 1944, do Grupo Escolar José Tavares, no qual constam registradas as atividades profissionais dos pais. Assim, a maior parte dos seus alunos, com idade escolar variante entre os seis e quatorze anos do 1º ao 5º ano do ensino primário, naquele ano eram filhos de agricultores, comerciantes e criadores de animais, conforme podemos observar no quadro II, *vide anexo 3*.

A classificação encontrada nos livros de matrícula é muito genérica, uma vez que *agricultor* pode estar relacionado ao pequeno lavrador ou ao médio e grande proprietário de terras. O mesmo acontece em relação aos *comerciantes* e *criadores de animais*. Esse laconismo também pode ser observado em relação aos funcionários públicos, uma vez que um servente de escola e um juiz de comarca, por exemplo, se enquadram nessa mesma categoria profissional, ocupando, no entanto, lugares sociais muito distintos.

Um indício indireto é que, muito possivelmente, boa parte desses alunos eram filhos de lavradores, pequenos proprietários de terra ou de funcionários públicos pouco graduados. É perceptível quando cruzamos esses dados com o número daqueles que concluíram o primário, em 1943 e 1944. Vale registrar que foi um número pouco significativo do ponto de vista quantitativo, ou seja, apenas 11 alunos, para cada ano, incluindo ainda o curso complementar²⁹, conforme podemos observar nas imagens 1 e 2 da página 60. Em outras palavras, possivelmente, esses concluintes eram oriundos dos segmentos médios, ou seja, os pertencentes aos segmentos mais populares não conseguiam concluir o primário completo.

²⁸ Sobre o funcionamento de ensino noturno nos grupos escolares da Paraíba consultar o trabalho de Paiva (2010).

²⁹ Correspondia ao quinto ano primário. Posteriormente, ficou conhecido como o ano de admissão.

Outro indício que podemos ainda apontar, refere-se aos sobrenomes dos concluintes naqueles dois anos, vejamos: Vital (três alunos), Maia (três alunos), Tavares (1 aluno), Lucena (1 aluno), Muniz (1 aluno). Todos esses sobrenomes sugerem pertencer a famílias prestigiosas e bem aquinhoadas socialmente no estado da Paraíba. Desse conjunto de concluintes 12 eram meninas e 9 eram meninos.

Quadro II

Atividades profissionais dos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas séries 1º ao 5º ano, do ensino primário e Complementar, em 1944, Grupo Escolar José Tavares, Queimadas.

Atividades profissionais	Número de vezes
Agricultores	85
Comerciantes	41
Criadores de animais	30
Domésticas	18
Funcionários Públicos	10
Eclesiástico	1
Outros	15

Fonte: Livro de Matrículas do Grupo Escolar José Tavares.
Arquivo da E.E.E.F. José Tavares.

Em relação aos Grupos Escolares Sólon de Lucena e Clementino Procópio a informação que temos é que foram implantadas cooperativas escolares que tinham como finalidade ajudar aqueles alunos que não possuíam recursos financeiros para a aquisição dos materiais didáticos necessários.



Figura 19: Turma do Grupo Escolar José Tavares, ano de 1943. Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Tavares.



Figura 20: Turma de concluintes do ensino primário e complementar do Grupo Escolar José Tavares, Queimadas, em 1944. Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Tavares.

A busca por instrução foi fruto das mudanças no cenário político, social, econômico e cultural ocorrido desde as primeiras décadas do século XX que geraram novas necessidades sociais, sendo uma delas, a de escolarização. Além disso, no mesmo período tivemos um movimento que ficou conhecido pela historiografia como “otimismo pedagógico”, ou seja, a crença de que pela renovação dos padrões didáticos e pedagógicos se modernizaria o país. Tanto Nagle (1974) quanto Ghiraldelli Jr. (2000) também destacam que essa nova necessidade social, qual seja, a de escolarização, foi concebida como uma “meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos.” (GHIRALDELLI JR. 2000, p. 16). A partir dessa nova realidade sócio-cultural é que foram pensadas outras leis, além de implementadas reformas do ensino nos mais diversos estados do Brasil³⁰. (GHIRALDELLI JR., 2000, p.19).

Essas iniciativas ocorridas nas décadas de 1910 e 1920 reverberaram, no âmbito educacional, nos anos trinta e quarenta do século XX, uma vez que muitas das ideias e ações efetivadas por Getúlio Vargas foram inspiradas nos ideais dos renovadores da educação.

Em 1935, no intuito de organizar o ensino paraibano o interventor Argemiro de Figueiredo encarregou José Baptista de Mello a viajar para o sul do país para lá estudar e conhecer todas as novas e modernas conquistas pedagógicas. O objetivo era que ao retornar à Paraíba ele passasse a coordenar a elaboração de um plano educacional incorporando todas as recentes orientações educacionais, conforme divulgação realizada pelo Jornal a União. (A UNIÃO, 2 de out. 1935).

No mesmo ano foi publicada a Lei nº 16 de 13 de dezembro, que reformulou a instrução pública e particular do estado, ao mesmo tempo em que criou o Departamento de Educação que passou a conduzir todas as grandes diretrizes relacionadas à educação. Essa reforma foi conduzida, prioritariamente, por José Baptista de Mello³¹.

No ano seguinte, em 1936, o jornal *A União*, publicou um telegrama enviado pelo presidente Vargas ao interventor do Estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, informando as ações preliminares do Governo Federal que objetivavam elaborar um plano nacional de educação. No telegrama observamos, entre outros aspectos, o esforço para formar o conselho nacional de educação e fazer um levantamento de todas as instituições educacionais existentes no país. Se na década anterior (1920), cada unidade da federação elaborou os seus planos ou reformas educacionais, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, a educação passou

³⁰ No caso da Paraíba é necessário registrar a Reforma Camillo de Hollanda, de 1917, que foi publicada sob o Decreto nº 873 de 21 de dezembro. Para um maior aprofundamento das repercussões dessa Reforma, acerca da criação de grupos escolares, consultar o trabalho de Lima (2010).

³¹ Para maior detalhamento dessa reforma, consultar Mello (1956).

a ser pensada uniformemente, ou melhor, de forma mais centralizada. Conforme podemos observar, a partir do documento abaixo transcrito, uma das metodologias adotadas foi a de colher informações de cada estado, por meio de questionários. Acompanhemos:

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1936 - Exmo. Sr. Dr. Argemiro de Figueiredo, Governador do Estado da Parahyba - Organizado o Conselho Nacional de Educação, na forma da lei nº 174 de 6 de Janeiro deste ano, será a primeira de suas funções elaborar o plano nacional de educação. É esta uma delicada tarefa, cujo desempenho requer conhecimento exacto e minudente da situação real do país, quanto á educação. É trabalho que reclama, também a experiência dos nossos educadores e technicos de administração do ensino, assim como os alvitre que exprimam aspirações collectivas já firmemente definidas.

Era lógico, portanto, que o Govêrno federal pensasse em recolher, com antecedência, a documentação necessária á elaboração conscienciosa daquelle plano, e nesse intuito já me dirigi a v. exc. , em telegramma de 15 de Julho de 1935, solicitando-lhe constituísse nesse Estado uma comissão de especialistas, que tomasse a seu cargo o estudo das matérias que devem ser no mesmo plano contempladas, opinando sobre os themas do questionário que seria elaborado pelo Ministério da Educação e Saúde Publica. (A UNIÃO, p.2, 11 de fev. 1936)

É importante ressaltarmos que o mesmo telegrama também solicitou que fosse informada toda a legislação local, em vigor, sobre o setor educacional. Vejamos:

[...] Solicito, outrossim, a v. exc. Que faça remetter ao Ministério da Educação e Saúde Publica, como elemento informativo que deve ser presente o conselho nacional de educação, a legislação estadual, em vigor, sobre a educação, em todas as suas modalidades, bem como uma exposição succinta, mas completa, a respeito dos estabelecimentos de ensino e demais serviços de educação (institutos de pesquisa, museus, bibliotheca, etc), existentes nesse Estado, discriminando o que seja fructo da iniciativa official (estadual e municipal) e privada.

Taes contribuições, cujo interesse não precisarei ressaltar, rogo a V. Exc. Que as faça remetter ao Ministério da Educação e Saúde Publica até o próximo mês de março.

Agradecendo o interesse que o seu governo dispensar a este assumpto, que constitue grande e viva preocupação do Govêrno Federal, envio a v. exc. Cordiaes saudações. - Getulio Vargas. (A UNIÃO, p.2, 11 de fev. 1936)

Retornando aos aspectos relacionados ao movimento pedagógico de renovação que enfatizou as questões disciplinares, podemos salientar a perspectiva de criação de uma nação fortalecida a partir de saberes como a educação moral, intelectual e física, que buscou a partir da disciplinarização dos corpos, construir o cidadão ideal. Essa forma de pensar a educação foi reforçada pelo poder institucional da época quando se procurou elaborar e efetivar

políticas públicas educacionais que contribuíssem para criação de certa identidade nacional. Podemos salientar aqui, como um dos grandes articuladores desse viés educacional, o trabalho efetivado por Francisco Campos que promoveu uma reforma do ensino secundário, em abril de 1931. Nela, entretanto, o ensino de educação moral e cívica não constou como disciplina na estrutura curricular, mas como base para toda a formação da juventude.

Nessas circunstâncias analisa Horta (1994, p.142) que

Sem negar a educação moral, que ele coloca nas mãos da Igreja pela introdução do ensino religioso nas escolas, Campos elimina a instrução cujo conteúdo, na forma como era ensinado, não se coadunava com a sua proposta antiliberal e autoritária nem se enquadrava no projeto político de Getúlio Vargas.

Foi, portanto, com a da idealização de um tipo de “homem brasileiro”, amante das coisas da pátria, sensato, civilizado, fisicamente sadio e com aptidões para o comando, que as políticas educacionais foram sendo delineadas, tendo uma *pedagogia do corpo* como auxiliar nesta formação, pois os anos de 1930 as normas disciplinares procuravam adestrar os corpos para a vida urbana, o trabalho nas fábricas e para obediência. Quem amasse a pátria seria obediente aos seus comandantes, porque esses eram os condutores do país rumo ao progresso. (OLIVEIRA, 2005).

Nessa perspectiva, os grupos escolares foram revestidos de amplos poderes para enquadrar as crianças e os adolescentes ao modelo ideal imaginado e, por conseguinte, passaram a ter “a capacidade de investir no corpo e na mente dos alunos, provocando uma mudança de sensibilidade, de linguagem, de comportamento e de perspectivas sociais.” Nesse intuito usaram a educação física, as atividades manuais, as mostras dos trabalhos escolares e as festas cívicas para reforçar no imaginário das crianças as ideias de brasilidade. (OLIVEIRA, 2005, p. 44).

A construção de novas unidades escolares, especialmente de grupos escolares, e o incentivo para o aumento de vagas nas escolas já existentes, foi uma das políticas educacionais postas, tanto nacionalmente, quanto na Paraíba. Os grupos escolares tornaram-se um dos símbolos da prestigiosa evolução urbano-educativa brasileira e campinense, as quais não foram diferentes.

Contudo, pretende-se aqui identificar as suas peculiaridades políticas, sociais e culturais. De fato, o que instituir na instrução formal passou a ser objeto de reflexão e a opção foi tomar como referência as leis científicas, o conhecimento da psicologia, da medicina, da engenharia, que geraram normas para a construção de modernos espaços educacionais, isto é,

grupos escolares que foram o cadinho de todo esse movimento e representaram a concretização de parte de todos esses ideais e valores.

Para alguns historiadores da educação que analisam as particularidades da região sudeste do país e, mais especialmente São Paulo, a propagação de novas unidades escolares, a partir de 1930, levou-as a perderem o prestígio conquistado na década anterior, ou seja, com o crescimento do número de grupos escolares no país tornou-se visível a possibilidade de democratização do ensino e com ela a diminuição da qualidade da educação ofertada e logo a importância direcionada a estas instituições de escolares foi se diluindo. Com isso, nos “[...] centros urbanos maiores, onde crescia espontaneamente a demanda pela educação, pouco restou do prestígio dos primeiros grupos escolares”, segundo Souza (2004, p.125).

Para a referida autora, com a criação de novos grupos escolares para atender a grande demanda de alunos, o tempo de sua permanência na escola foi diminuído e com isso, a maioria dos estabelecimentos educacionais, passou a funcionar cerca de quatro horas em cada um dos três turnos, isto é, manhã, tarde e noite, atendendo, por conseguinte, a um maior número de alunos com perfis sócio-culturais diferenciados.

Visto por esse lado, conforme Pinheiro (2002), o grande apogeu desse tipo de instituição escolar foi o período (1930-1949), marcado pela *euforia* pela sua implantação em todo o estado, tendo sido posto em funcionamento mais de setenta novos grupos escolares³². Portanto, foi nesse contexto que a evolução da criação de novos grupos escolares na cidade de Campina Grande, já que o primeiro havia sido fundado em 1924. Serão, assim, esses novos grupos escolares, Clementino Procópio, Monsenhor Salles e José Tavares que passaremos a analisar no item abaixo.

3.1- Novos grupos escolares em Campina Grande: o progresso educacional

Sentado na praça, caminhando nas ruas, lendo um jornal, ou conversando com os amigos, era comum o campinense falar acerca do crescimento da cidade, enfatizando as obras realizadas pelos governantes, mas atribuindo aos próprios filhos da cidade a principal responsabilidade pelo crescimento, progresso e civilização da Rainha. Teria Campina Grande, no entanto, vagas para todos nas suas escolas?

³² Para identificação dos nomes, datas e localização desses grupos escolares, consultar o Anexo II do livro de Pinheiro (2002).

Pinheiro (2002) ressalta que anos 1930 a 1949 os paraibanos vivenciaram um momento de *euforia* pelos grupos escolares, acompanhando dessa forma a onda nacional de aumento do número desse tipo de organização escolar e consequentemente do aumento do número de vagas nas escolas como um todo. Foi, portanto, nesse contexto, que foram iniciadas a construção de onze estabelecimentos de ensino na Paraíba, dos quais três deles em Campina Grande, quais sejam: o Grupo Escolar Clementino Procópio (no bairro de São José), o Grupo Escolar Monsenhor Sales³³ (em Galante) e o Grupo Escolar José Tavares³⁴ (em Queimadas). (A UNIÃO, 2 de ago. 1936).



Foto 21: Grupo Escolar Monsenhor Sales em construção. Galante - Campina Grande.
Fonte: A União, 2 de agosto de 1936.

³³O nome do Grupo escolar foi escolhido para prestar homenagem a Luís Francisco de Sales Pessoa, monsenhor Sales. Nascido em Areia, tornou-se vigário da catedral de Campina Grande, lugar que chegou em 1885 e permaneceu até a sua morte em 1927. <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/01/monsenhor-sales.html>.

³⁴José Tavares, um importante comerciante da localidade de Queimadas, filho de uma tradicional família do povoado. “O povoamento de Queimadas iniciou-se por volta do ano de 1889, quando chegaram à região as primeiras famílias: Maia, Muniz, Tavares, Gomes, Rêgo e Teixeira, foi distrito de Campina Grande até 14 de dezembro de 1961 quando foi emancipada politicamente.” Cf. em <http://www.queimadas.pb.gov.br/telas/cidade/> acessado em 05 de maio de 2011 e http://tataguassu.blogspot.com/2010_05_01_archive.html acessado em 05 de maio de 2011



Foto 22: Grupo Escolar José Tavares, Queimadas – Campina Grande.
Fonte: PARAÍBA, 1938.

Dois anos depois, isto é, em 1938, já inaugurados os grupos escolares, foram publicadas matérias jornalísticas destacando a sua importância para a educação no estado e atribuindo, ao mesmo tempo, o primoroso trabalho desenvolvido pelo interventor Argemiro de Figueiredo acerca dos novos rumos da educação paraibana. Observemos um trecho de algumas das matérias publicadas:

NOVOS RUMOS Á EDUCAÇÃO NA PARAHYBA

A Parahyba, perfeitamente integrada com o Estado Novo implantado no Brasil, pela constituição de 10 de Novembro, conduzida com segurança pelas mãos do Sr. Argemiro de Figueiredo, ingressou numa phase dinamica de construcções e realizações, não somente sob o aspecto material, mas sobretudo sob o aspecto moral, que é sem duvida um dos objetivos immediatos do novo espírito constitucional que envolve toda nacionalidade brasileira.

Uma das mais fortes exigências do momento actual, em todo o mundo civilizado, é, indiscutivelmente, a criação de uma mentalidade nova, por meio de uma intensa campanha educacional, imprimindo-se ao regime escolar rumos definidos capazes de preparar gerações de suas pátrias, gerações que possam garantir ás suas nacionalidades destinos gloriosos dignos de suas tradições e da civilização contemporânea.

O decreto assignado hontem pelo Sr. Intervento Federal, neste Estado, que dispõe sobre a organização escolar parahybana, imprimindo uma orientação nova á educação em nossa terra, não produzirá os seus effeitos nos primeiros

tempos de sua execução, pois, somente após algum tempo, quando começarem a surgir as primeiras turmas de jovens, educados sob esse regime é que poderemos então sentir o alto espírito que animou o Chefe do Governo, ao assignar um decreto de tanta relevância para o progresso da terra comum. (A UNIÃO, 12 de fev. de 1938, p. 1)

Como podemos observar, a matéria acima sugere o delineamento dos caminhos a serem trilhados pela educação paraibana, ou seja, ela deveria estar assentada nos princípios de *nacionalidade*, da *glorificação*, na *tradição* e na *civilização*. Tudo isso, evidentemente, articulado com as diretrizes do Estado Novo que se colocava como sendo o estágio ou momento mais evoluído da modernidade. Sobre este último aspecto, é interessante reproduzir um pequeno trecho da obra de Silva (1939, p. 61) que elaborou uma série de argumentos no sentido de justificar e legitimar o regime político implantado no Brasil a partir do golpe liderado por Getúlio Vargas. Observemos:

‘O Estado Novo’ é, sem nenhuma dúvida, o mais completo de todos os estados modernos e, principalmente, de quantos existiram no Brasil, por ser aquele que está mais capas de fazer uma real e certa repartição dos direitos dos cidadãos, dentro do País onde tem vida e ação.

Em que pese o discurso ideológico de caráter mais geral, que foi exaustivamente difundido, a partir dos diversos meios de comunicação, tais como a imprensa escrita, o rádio, a literatura, a música, a escola também foi instrumentalizada nesse sentido, ou seja, de que para engrandecer e fortalecer o novo regime político era necessário um Estado forte e desenvolvido economicamente.

No caso específico de Campina Grande o jornal *Voz da Borborema* destacava sempre a necessidade de se conduzir esforços no sentido de atender as propostas nacionais de expansão de grupos escolares, dando destaque ao papel que os mesmos desempenhariam na perspectiva de formar os indivíduos para a vida em sociedade, isto é, a escola não deveria tão somente ensinar a ler e escrever; caberia também incluir o jovem no mundo do trabalho tanto a partir do ensino técnico urbano quanto para atender as demandas do mundo rural. Aliás, essas preocupações vinham desde os anos que antecederam a implantação do próprio Estado Novo, uma vez que, Argemiro de Figueiredo já

Em 1935, afirmava que, não se compreendia, nestas alturas do século, que a Escola se circunscrevesse á exígua missão de ensinar a ler, escrever e contar, mas que satisfizesse a todas as necessidades educacionaes, formando integralmente as gerações novas, orientando as para as actividades ruraes e technico-profissionaes.(VOZ DA BORBOREMA, 25 jan. 1938, p. 1).

Vale aqui fazermos um parêntese para salientar que os impressos, especialmente aqueles que noticiavam as obras governamentais, podem ser tomados como discursos interessados em divulgar as suas ações, mas, hoje, nos permitem pensar que aqueles anos foram marcados por intensas realizações no campo educacional. Apenas a título de ilustração temos conhecimento que no período de três anos da gestão de Argemiro de Figueiredo foram criadas 200 unidades escolares³⁵, entre grupos escolares, escolas isoladas e escolas rurais³⁶. Segundo Viana (1938, p.7):

A Instrucção publica esta largamente disseminada por todo Estado, por meio de escolas ruraes, rudimentares e elementares, em número considerável, os grupos escolares e escolas profissionaes abrigam milhares de crianças que se preparam profissional, intelectual, cívica e moralmente para bem servirem à pátria. A escola de Agronomia do Nordeste é para a economia do Estado, uma realização valiosa; os agrônomos diplomados desta escola, têm com razão, maiores conhecimentos technicos das possibilidades produtivas do nosso solo.

Nesse sentido, é também, oportuno destacarmos que nos discursos publicados pela imprensa local, a escola de uma maneira geral e, especialmente, aos grupos escolares caberia formar o cidadão servidor da pátria. Para tanto era necessário cuidar

Da cultura physica, tornando-a obrigatória em todas as escolas primarias e secundarias do Estado, o que se realizará por meio de pessoal especializado, contracto pelo governo, ainda com o auxilio de elementos de corporações militares, que ministrarão os exercícios de marchas, paradas, acantonamentos, etc.

Desperta-se, assim na creança o amor pelos exercícios physicos, além de acostumar-a á disciplina militar, resultando, então homens fortes e obedientes ás ordens e á lei, brasileiros promptos para trabalhar pelo progresso e pela defesa as pátria.

Pela mesma lei, o culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino publico e particular, devendo ser processado diariamente, antes e depois do expediente escolar, o hasteamento e arreamento do pavilhão nacional, com a presença dos professores, funcionários e alumnos, ao som do hymno brasileiro.

As datas nacionaes e do Estado serão commemoradas solenemente, não só por palestras allusivas aos factos históricos, como ainda por paradas, as quaes terão obrigatoriamente o comparecimento dos docentes, discentes e funcionarios.

Os professores ficarão inda obrigados a orientar os seus discípulos para o culto á pátria, fazendo, diariamente, ligeiras prelecções sobre os grandes vultos e feitos históricos de nossa nacionalidade e procurando crear nos seus

³⁵ Cf. Voz da Borborema, 25 de Jan. de 1938, p. 1.

³⁶ Cf. trabalho de Pinheiro (2002) que faz uma exaustiva discussão sobre a coexistência de dois modelos de organização escolar.

alumnos o respeito as leis do país e as autoridades e um espírito de combater systematico a tudo quando possa attentar contra o regime e seus dirigentes.

Com essas medidas referentes á educação cívica, procurou-se ambientar a creança com o seu país, trazendo-a sempre consciente do papel que deverá desempenhar em dias futuros, com os exemplos de brasilidade abundantes nas paginas de nossa história, reflectindo sobre Ella actos heróicos de todos aquelles (A UNIÃO, 12 de fev. de 1938 p. 1).

Como já mencionamos aqui, em 1936, foram instituídas novas regras e organização do ensino primário e os grupos escolares tiveram participação central, uma vez, que se exigia uma forma mais complexa, racional e moderna de pensar o ensino. Assim, em Campina Grande a criação de novos grupos escolares também foi vista como um progresso educacional, conforme podemos atestar entre tantas outras notícias sobre a situação do ensino na Paraíba e, especialmente sobre Campina Grande.

Sabe-se que, desde sua ascensão ao governo, o Interventor Argemiro de Figueiredo vem dispensando uma atenção toda especial ao magno problema, construindo grupos escolares e escolas isoladas, subvencionando escolas particulares, transformando a Paraíba num amplo viveiro onde milhares de espíritos infantis se instruem, sob os cuidados de mestres ilustres e dedicados.

Além de 5 grupos escolares, - dois na cidade e três nas povoações de Galante, Pocinhos e Queimadas, temos cerca de cinquenta escolas espalhadas pelo município, na atividade mais nobre que se possa desejar, para o bem da pátria.

O grupo Escolar Sólon de Lucena, que é de primeira categoria possui 1 diretor, 6 professores de quarta entrância, 3 de terceira, 1 de segunda e 7 de primeira. (VOZ DA BORBOREMA, 29 de junho de 1940).

Apesar de estarmos centrando nossa discussão sobre os grupos escolares, criados a partir de 1935, não é demais chamarmos a atenção para o fato de que a oferta de ensino público em Campina Grande não se deu apenas com a criação de três grupos escolares, mas também com a formação de salas de aula no grupo Escolar Sólon de Lucena além de escolas isoladas. Assim, em 1938, foi inaugurada a escola *Lygia Câmara* no Grupo Escolar Sólon de Lucena³⁷.

A inauguração da escola ‘Lygia Câmara’ no grupo Escolar Sólon de Lucena

Teve lugar, quinta feira ultima, num dos salões do grupo escolar Solon de Lucena, nesta cidade, a inauguração da escola Lygia Camara, creada ultimamente pelo centro estudantil campinense e idealizada pelos seus

³⁷ Sobre o Grupo Escolar Solon de Lucena, o primeiro de Campina Grande, consultar o trabalho de Silva (2009). Segundo a referida autora, desde a sua criação, o Grupo Escolar Solon de Lucena passou a ser o “modelo” de organização para os demais grupos escolares que foram sendo criados posteriormente.

diretores, entre os quais se salienta o ser. José Fernandes Dantas, actual presidente.(VOZ DA BORBOREMA, 5 de março de 1938).

Embora tivesse ocorrido um crescimento de oferta de vagas no ensino público em Campina Grande (grupos escolares, escolas isoladas), tal perspectiva não chegou a suprir as reais necessidades de escolarização, conforme destacou Cristino Pimentel (1938), numa crônica publicada no jornal Voz da Borborema.

[...] Tanto joio para falar de uma palestra que num bom momento tive com o professor Severino Loureiro e a professora Apolônia Amorim, no grupo escolar “Solon de Lucena”, onde me levou a necessidade de matricular uma menor que tenho aos meus cuidados.

Ao transpor os batentes do grupo receberam-me os cumprimentos amáveis de algumas professoras que alli se achavam como pintasilgos no trigal. No gabinete em festa de riso, coisa que tem quando se é contente com a profissão, saudou-me o professor Loureiro, alma abnegada da instrução em nossa terra. Trocados os cumprimentos entrei no assunto que me levara aquella casa futura, onde um bandão de avizinhas humanas ensaiam o voo do espírito, aprendendo o ABC, para mais tarde, galgando postos na officina da vida, amarem a pátria, a Deus e a família.

Não fora a palestra boa e interessante, que fez viver meu espírito, do professor Severino Loureiro e da professora Apolônia Amorim, a harpa da tristeza teria feito o seu coro dentro de mim. Dado o que pude compreender e verificar da deficiência do ensino primário em minha terra.

Campina Grande, depois da capital, é o maior núcleo escolar do Estado e conta somente com dois pequenos grupos para uma população de 40 mil habitantes, e, aproximadamente, para 6 mil crianças em idade escolar.

Vê-se, portanto, daí do quanto necessitamos de professores e de grupos para o preparo desta força em começo.

Mostrou-me o professor Loureiro um plano de remodelação para Sólon de Lucena. Executando este plano o grupo ficaria capacitado para atingir bem a sua finalidade. O oxigênio entra alli como que medido escassamente.

A página 83 da mensagem do interventor Argemiro de Figueiredo, do dia 1 de setembro do anno passado, está documentada a reforma e ampliação do grupo escolar Eptácio Pessoa, na capital. A mesma coisa deveria ser feita no Sólon de Lucena em Campina Grande, uma vez que se verifica a falta de verba para a construção dos que a cidade precisa.

Escrevendo esta crônica o intuito do autor é concorrer com a gota d’agua para a melhoria da instrução primaria em nossa terra.

É melhor ter água sem se ter sede do que ter sede não se tendo água. Entendem-me os que só dever e interesse devem ter neste assunto, com a visão do bem colectivo. Dito cabe cada um correr depressa e constatar que não é sem fundamento essa crônica. (PIMENTEL, 1938, p.1)

Vozes como a de Pimentel nos são extremamente significativas porque possibilitam ler as nossas fontes, principalmente, as jornalísticas a *contrapelo*, isto é, nos ajudam a melhor compreender as grandes dificuldades que vivenciou Campina Grande em termos

educacionais, mesmo considerando que a criação de grupos escolares estivesse no contexto de busca de uma eficiente educação e cidade moderna. O que isso deixa claro é que esse objetivo foi precário e incompleto.

Salienta-se, contudo, que outros aspectos compuseram esse momento de evolução da cidade e educação campinense, que se apoiam aos já discutidos no capítulo anterior. Agora estamos nos referindo àqueles mais diretamente relacionados com os grupos escolares, ou seja, da identificação, de como essas instituições foram vetores de civilidade, capazes de transmitir, reproduzir e até produzir de forma ativa, tanto os ideais médico-higienistas, quanto da propagação dos princípios patrióticos, de amor à nação, de glorificação dos seus heróis a partir das festividades cívicas. Essas questões serão analisadas e discutidas nos próximos itens.

3.2- Os grupos escolares em Campina Grande e a saúde dos campinenses

Com a criação de novos grupos escolares, as propostas de escolarizar uma maior quantidade de pessoas iam sendo postas em prática, mesmo que de forma pouco satisfatória, conforme ressaltamos anteriormente. Tais ações foram manifestadas a partir da elaboração de políticas e planos que visavam abarcar ao mesmo tempo as aspirações do país, do estado da Paraíba e, especial, de Campina Grande.

Assim, com relação aos aspectos que nos deteremos neste capítulo estão os ideais e políticas higienistas. A justificativa da implantação dessas ideias resume-se à visão de formar um “povo” sadio, ou melhor, um “novo brasileiro” forte e distante da imagem do Jeca Tatu, personagem lobatiana mole, amarelado, doente, sem energia, preguiçoso.

Para tanto, era necessário iniciar essa empreitada. Assim, buscou-se, principalmente por meio das instituições educativas, mudar os hábitos higiênicos e, dessa forma, civilizar a sociedade, rumando o Brasil para o progresso. Nesse viés, o plano educacional nacional procurou examinar, para depois diagnosticar os principais problemas no ensino brasileiro e só, desta forma, medicar a educação brasileira.

Autores como, Albuquerque Jr. (2003), mostram que os primeiros anos do século XX foram de grande importância para a história do Brasil, pois as elites aburguesadas passaram a apreciar a cultura dita moderna, aos moldes europeus, buscando reformular os hábitos e costumes, criando discursos que disciplinavam e ordenavam o viver em sociedade, a partir dos códigos de postura, de higienização dos corpos e dos ambientes e de feminização dos

hábitos, com o intuito de distanciar a sociedade dos costumes monárquicos. Procurava-se a adequação da sociedade às novas necessidades criadas com a modernidade e a República.

Para o autor, os primeiros anos do novo século foram marcados por avanços na indústria brasileira, em que a mão-de-obra passou a ser assalariada, grande parte formada por homens negros livres e pobres e por imigrantes vindos de outras nacionalidades, que trabalhavam exaustivamente gerando um novo perfil de cidadão e de elite. Se antes a elite era formada por um grupo enriquecido com a produção de cana de açúcar e do café, temos agora, com o crescimento da indústria e do comércio, o aumento da elite burguesa, formada por comerciantes e seus filhos.

A educação primária foi o principal alvo para a elaboração do projeto que tinha como objetivo moldar o brasileiro dentro do padrão higiênico. Assim, os grupos escolares vistos como modelo por excelência no ensino primário passaram a ser estruturados, tendo sua estrutura física pensada não só para instrução, mas também voltada para a disciplinarização e higienização do corpo discente e docente.

As reformas ocorreram obedecendo a uma nova estética do urbano, conforme analisamos mais detidamente no capítulo anterior, e foram, ainda, mais notórias nos projetos elaborados para as novas escolas, ou melhor, a partir da construção de grupos escolares. Nesse sentido, os monumentos, as edificações escolares, deveriam ser recepcionados por todos como o que havia de mais moderno e belo. Procurou-se instigar a sensibilidade da sociedade para a apreciação das ações modernizadoras. Para tanto, a imprensa e as instituições escolares foram veículos transmissores das ideias de uma educação estética, mas, sobretudo higienizada.

Segundo Pinheiro (2002) tivemos, na década de 1930, modificações na estrutura arquitetônica dos grupos escolares, que passam a ter sanitários internos e lajes de concreto. Na verdade desde 1934, todos os grupos escolares que foram projetados e construídos na Paraíba seguiram um mesmo padrão arquitetônico, mais simples se compararmos aos que foram construídos até o final da década de 1920. Observemos, a seguir, um desses edifícios escolares – o Grupo Escolar Clementino Procópio – localizado em Campina Grande e comparemos com os outros grupos construídos na Paraíba, segundo *anexos 4 e 5* adiante.



Foto 23: Grupo Escolar Clementino Procópio - Campina Grande.
Fonte: PARAÍBA, 1938.

De acordo com o jornal *A União*, o Grupo Escolar Clementino Procópio foi construído com quatro salas de aulas, medindo 7 m x 7 m cada uma, além de uma sala para diretoria, uma para os professores, um gabinete médico, ambiente para secções sanitárias e um pavilhão de recreio. (2 de ago. 1936, p.1).

O bairro São José, em Campina Grande, nas décadas de 1930 e 1940, por localizar-se perto do centro da cidade, sofreu um crescimento populacional, devido às reformas empreendidas nas ruas centrais da cidade o que levou os moradores a buscarem novos espaços para habitar. Assim, no momento em que ocorreu a construção do Grupo Escolar Clementino Procópio, o bairro já possuía uma igreja católica, a Igreja da Guia.

Conforme já mencionado aqui, no povoado de Galante também foi construído um grupo escolar – O Monsenhor Salles. Entretanto, apesar de seguir rigorosamente os padrões arquitetônicos e higienísticos ele era mais simples, possuindo apenas duas salas de aula. (Ver foto 21 e comparar com o Anexo 6).

Por se tratar de espaços que concentrariam muitas pessoas, os grupos escolares foram pensados, tendo como, entre outros objetivos, o de formar hábitos saudáveis, na tentativa de diminuir a proliferação de endemias. Com isso, o combate deveria iniciar-se nas

Paragens da interlandia [que] não são tão feias quanto se pinta... É nos sertões e no brejo onde se respira melhor, onde a natureza menos se encontra poluído pelos vícios da civilização e, portanto onde se tem melhores possibilidades para viver uma vida menos artificial. (GOMES, 1941, p. 2).

O discurso higienista incorporava inúmeros aspectos que iam desde as rígidas regras para construção de grupos escolares, passando pela formação de professores e terminando pelos aspectos didáticos pedagógicos, incluindo aí um maior cuidado com as especificidades da infância, ou melhor, da saúde dos escolares. Esse último aspecto podemos observar a partir do seguinte texto:

A INFANCIA ESCOLAR E O ENSINO SALUBRE O alargamento do campo de atividade dos sanitaristas escolares, o aparelhamento de defesa da saúde nas coletividades discentes, os métodos de proteção, contra fatores deprimente em ambientes pedagógicos e a instituição do plano de restauração da saúde da infância desfavorecidas a fortuna, pela distribuição de merendas oficiais e pelo tratamento gratuito, assim em postos médico-pedagógicos, como em grandes centros especializados de assistência médica e odontológica, representam iniciativas de caráter puramente nacional, sem paradigmas nas organizações congêneres das nações mais adiantadas do velho continente. Em verdade, podemos já orgulhar-nos das instalações atuais do Departamento de Saúde Escolar. Logo que se der por terminado o programa das inaugurações próximas, concluídas as obras monumentais da Fundação Osvaldo Cruz e montados definitivamente os quinze distritos médicos-pedagógicos poderão o governo da Capital da República avocar a si a glória de uma organização defensiva sem símile dentre as mais completas do mundo civilizado. (AZEVEDO LIMA, 1941 p.3- 6).

Ressaltou ainda Azevedo Lima no mesmo discurso:

Não é fácil transmitir, em linguagem profana aos curiosos dos grandes problemas nacionais, a importância sem dúvida, socialmente transcendentais da proteção sanitária da infância em idade escolar. As estatísticas de morbidade infantil que existem apenas, por enquanto, esboços fragmentários, trarão, a juízo dos que hoje lidam por apagar o incêndio devastador da saúde escolar, a notícia certa dos grandes males que assaltam as gerações dos colégios.

Socorrendo a infância, durante o período de aprendizado primário, o governo brasileiro realiza a obra mais sábia e sólida de previdência social. Não é só um empreendimento arrojado e sem paralelo, em qualquer grande cidade, o que vai sendo levado a efeito, aqui. É ainda incontestavelmente, o mais grandioso esforço de valorização do homem brasileiro, graças a intervenção oportuno da classe médica sobre a saúde combatida da população escolar.

Não tardarão os resultados, objetivos concretos, matemáticos da nova orientação impressa à organização dos serviços de higiene e medicina nos ambientes de ensino. As bênçãos do Brasil reconhecido coroarão o triunfo dos pioneiros da cruzada de salvação nacional. (AZEVEDO LIMA, 1941 p.3 - 6).

Caberia aos professores, em parceria com o saber médico, detectar no corpo discente as anormalidades provocadas tanto pelas situações sociais (pobreza e as anormalidades transitórias tais como a subalimentação, e os ataques de opilação),³⁸ quanto por aquelas relacionadas à saúde pública (endemias). Portanto, as inspeções sanitárias passaram a ser cada vez mais frequentes provocando, inclusive o

Bulício dos proprietários de estabelecimentos de ensino primário, promovido pela inauguração dos serviços de inspeção médica e periódica dos corpos discentes obteve tal repercussão em alguns órgãos de publicidade que bem merece ser examinado por espíritos imparciais, considerando-se o mesmo passo as conveniências particulares e o interesse geral. (AZEVEDO LIMA, 1941 p. 3).

Todavia, essas inspeções não se processaram sem conflitos e tensões de várias ordens, tal como já havia ocorrido na década de 1920, no Rio de Janeiro, episódio que ficou conhecido na historiografia como a Revolta da Vacina e que foi estudado soberbamente por Sevcencko (1983 e 1984) e Carvalho (1987).

No caso da cidade de Campina Grande, já nas décadas de 1930/1940, os questionamentos não chegaram a se exacerbar tal como ocorrera no Rio de Janeiro, mas foi motivo de discussão política acerca dos encaminhamentos dados para a realização de tais atividades de inspeção, entre eles foi destacada a cobrança de uma taxa anual para que os serviços fossem realizados. Vejamos:

É ponto pacífico que os adversários da nova providencia sanitária a não a argüiram de ilegal, senão de inoportuna e dispendiosa. Alegou-se que a taxa anual de trinta mil réis, fixada para o custeio de cada exame de saúde, importará grave dano financeiro aos responsáveis pela educação de menores em colégios particulares, pondo a difusão do ensino em termos de se reduzir, pelo encarecimento súbito das despesas educacionais. Nenhuma voz ao que parece, se abalançou a impugnar a utilidade da nova medida alvitada pelo Departamento de Saúde Escolar. Adiantou-se, porém, que o montante das taxas, depois de arrecadadas, ascenderá a nível de altitudes astronômicas, graças ao qual sobejarão rendas para o estipêndio de outros serviços municipais. (AZEVEDO LIMA, 1941 p. 3).

³⁸ Cf. Discurso proferido por Gomes (1941, p. 2).

Os grupos escolares como templos da transmissão e produção de saberes modernos, foram os espaços privilegiados para serem realizados tais cuidados com a infância³⁹, ou ainda, para difundir os básicos saberes médicos modernos. A formação pedagógica do “povo” brasileiro, no seu sentido mais amplo, foi pensada desde a própria estrutura física da escola, conforme já salientamos anteriormente. Nessa perspectiva analisa Veiga (2007, p.403),

As reformas dos espaços estiveram carregadas de pressupostos pedagógicos; a referência à necessidade de educação sob todos os aspectos é constante nos mais diferenciados discursos e práticas, o objetivo era reformar o povo. Modernizar, civilizar eram ações que não se faziam sem resolver uma questão fundamental - o que deveria ser um cidadão?

Nesse sentido, os grupos escolares tornaram-se um símbolo integrador em relação ao que se pensava e/ou se desejava para a República, que havia sido instituída para regenerar, moralizar, disciplinar e suprimir as diferenças.

A preocupação com a saúde física e a propagação do pensamento que pregava a mudança nos hábitos, pois só assim poder-se-ia conter os surtos endêmicos, esteve evidente nas páginas dos jornais que enfatizavam a necessidade de uma educação higiênica em prol de uma saúde coletiva. A arquitetura dos grupos escolares também foi planejada, tendo a saúde dos alunos como algo a ser levado em consideração. Nesse contexto criaram-se salas amplas, com janelas de “pé alto”, o que possibilitava maior circulação de ar.

Para além das preocupações de ordem arquitetônica, fez também parte do movimento higienista a adoção pelas escolas de atividades físicas. Essa preocupação, inclusive, esteve prescrita na Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Todavia, esse tipo prescrição já estava presente em outros regulamentos e normas destinadas à educação. Um importante estudo realizado por Vago (2002) sobre a situação do ensino de ginástica nas escolas de Belo Horizonte ressalta que, de fato, a partir da institucionalização dos grupos escolares é que foi constituído um campo disciplinar de

³⁹ Especificamente acerca da história da implantação dos primeiros jardins de infância na Paraíba, é importante consultar os trabalhos de Carvalho (2003) e Lima (2011).

ginástica. Esse parece ter sido um movimento que evoluiu em vários outros estados brasileiros, inclusive, na Paraíba e em Campina Grande.

O aumento do número de grupos escolares fez com que essas práticas de higiene e de saúde se ampliassem enormemente, além de terem servido como lugares de contatos e de comunicação, mesmo que de forma indireta, entre os grandes ideais estadonovistas com a sociedade. Nesse sentido, podemos inferir que esse contato se deu, principalmente, por meio dos alunos instruídos nas escolas que difundiam no seu meio social o que haviam aprendido. Além disso, outro mecanismo utilizado pelo poder no sentido de ampliar essa comunicação se dava pelos momentos festivos, cívicos em que se percebe a presença da sociedade nos eventos promovidos pelos grupos escolares. Esses eventos funcionavam, a nosso ver, como momentos de formar a mentalidade dos campinenses em prol dos interesses do Estado Novo. Nessa perspectiva é que trataremos o nosso próximo item.

3.3 - A participação dos grupos escolares nas festividades cívicas de Campina Grande

Antes de adentrarmos na discussão acerca do empenho que os grupos escolares de Campina Grande tiveram na organização de atividades cívicas, necessário se faz referenciar o trabalho realizado por Silva (2011), que fez uma exaustiva análise sobre as festas e comemorações cívicas na Paraíba entre os anos de 1937 a 1945. Segundo a referida autora:

As festas escolares se tornaram muito comuns durante o Estado Novo, pois esse foi um momento em que se processaram a centralização de leis e normatizações, no sentido de tentar conduzir as práticas sociais, visando à construção de novas tradições em torno de um ideário nacionalista, na tentativa de formar homens civilizados e dispostos a trabalhar pela pátria. [...]

As relações entre as festividades e a política daquele momento, eram evidenciadas durante os ritos festivos em que celebravam exacerbadamente os ideais da política estadonovista. Isso aconteceu a partir da escolha das datas e temas que deveriam ser comemorados, ou mesmo a partir do próprio ritual festivo, com o entoar dos hinos, os discursos proferidos e até mesmo as poesias escolhidas para serem declamadas pelos alunos. (SILVA, 2011, p. 105).

Assim, no contexto mais amplo nacional e paraibano, na cidade de Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940 os professores e alunos dos grupos escolares Sólon de Lucena, Clementino Procópio, Monsenhor Sales e José Tavares se empenharam para a realização de comemorações cívicas. Sobretudo, debruçaram-se no trabalho para enaltecer as datas comemorativas dos heróis nacionais, com a intencionalidade de construir uma identidade

nacional e, como já dissemos anteriormente, de *brasilidade*. Segundo Oliveira (2005, p.46) “o cidadão republicano deveria estar alicerçado aos valores científicos, morais e cívicos e ‘conscientes’ da construção da nacionalidade”, por isso a realização de atividades que enfatizavam a memória heroica.

Em notícia publicada no jornal *Voz da Borborema* temos prescrições de como deveriam ser trabalhados com os alunos, os ideais acima apontados. Entre eles, aqui destacamos as atividades relacionadas à memória em torno da abolição da escravatura. Acompanhemos:

O grupo Sólon de Lucena: prepara-se para comemorar o 50º aniversário da abolição da escravatura. Com o programa educativo o grupo Sólon de Lucena prepara-se para festejar o cinquentenário da abolição da escravatura. A diretoria baixou uma portaria determinando que os professores façam o estudo biográfico de todos os paladinos do movimento redentor. Preparam-se também aulas dramatizadas alusivas as cenas mais vivas desse drama histórico que emocionou a alma da nacionalidade. Organiza-se igualmente uma passeata livre da qual devem tomar parte todos os escolares de Campina Grande. Para isto, a diretoria do Grupo escolar Sólon de Lucena está pedindo o apoio dos diretores dos estabelecimentos de ensino. Conhecedor do programa o prefeito Bento de Figueiredo ofereceu todo apoio ao empreendimento. (VOZ DA BORBOREMA, 26 de mar. 1938).

A partir dessa deliberação o diretor do Grupo Escolar Sólon de Lucena, professor Loureiro, estabeleceu a distribuição das tarefas que deveriam ser realizadas pelos professores e alunos, visando à consecução das atividades propostas.

Além da comemoração do 50º ano da abolição da escravidão, outra festa envolveu o corpo escolar. Trata-se da comemoração do dia da criança e da conquista da América pelo “pai do Novo Mundo” – Cristovão Colombo. Acompanhemos a seguinte notícia:

O dia da América e da creança: As festas cívicas no G.E. Sólon de Lucena e a conferencia do Dr. Henio de Azevedo.

Decorreu hontem a data da descoberta da América.

Nesse dia em que se rememora um dos feitos mais notáveis da história da humanidade, avulta num pedestal de glórias imarcessíveis a figura imponente do grande navegador e idealista genovez Chistovão Colombo, que passou á posteridade com a denominação de pae do Novo Mundo.

Data consagrada a historia política das Américas, no Brasil o 12 de Outubro passou a ser também o dia da creança.

Feriado nacional, o dia de hontem foi em todo o território nacional commemorado com todo carinho.

O Grupo Escolar Sólon de Lucena, à frente o seu illustre director e todo corpo docente e discente, commemorou com brilhantismo a data, realizando

uma sessão cívica, durante a qual foram cantados pelo orpheão do Grupo hymnos patrióticos e escolares.

[...] Após a sessão, a bella e valiosa exposição de trabalhos do Grupo foi franqueada a visitação publica, a qual teve uma concorrência digna de nota. Felicitamos o prof. S. Loureiro e o professorado do G. E. Sólon de Lucena pelo interesse que a festa cívica de hontem logrou conquistar no espírito do nosso povo. (VOZ DA BORBOREMA, 13 de outubro de 1937, p. 1)

Outra data que aparece com frequência nos jornais aqui estudados é o dia da proclamação da independência, festividade organizada tanto com atividades desenvolvidas no interior das escolas quanto com desfiles pela cidade (centro) como em alguns dos seus distritos, como foi o caso do desfile ocorrido em Galante.

O 7 de setembro em Galante

Como decorreram as festividades levadas a effeito naquella localidade em commemoração á grande data nacional.

O dia da Patria foi commemorado, tambem, em Galante, prospero districto deste município, com solenidades e festividades expressivas.

Dirigido pelas intelligentes e operosas professoras Carmem Eloy Dantas e Maria de Lourdes, do Grupo Escolar Monsenhor Salles, teve logar, durante o dia, um bem organizado programma, que constou de recitativos pelas alumnas Hermita Leite e Carmelia Arruda, tendo aquella proferido uma interessante oração sobre o grande dia da nacionalidade.

Variado numero de demonstrações de gymnasticas foi pelos alumnos apresentado, havendo, em seguida, a destribuição dos presentes aos alumnos que melhor se exhibiram.

À noite, realizou-se, na residência do Sr. Antonio Rodrigues, uma animada soirée, em que tomaram parte alumnos e famílias da sociedade local, decorrendo tudo num ambiente de apreciável brilhantismo. (VOZ DA BORBOREMA, 18 de set., 1937, p.5)

Esse tipo de comemoração, indiscutivelmente, tanto fortalecia uma determinada cultura histórica como também fazia com ela fosse ressignificada, dando a esses acontecimentos históricos uma importância que levava à consolidação da unidade nacional brasileira.

O dia da Juventude foi também uma data muito festejada pelos campinenses que saíram às ruas para participarem dos desfiles, conforme podemos observar um flagrante na foto que se segue:

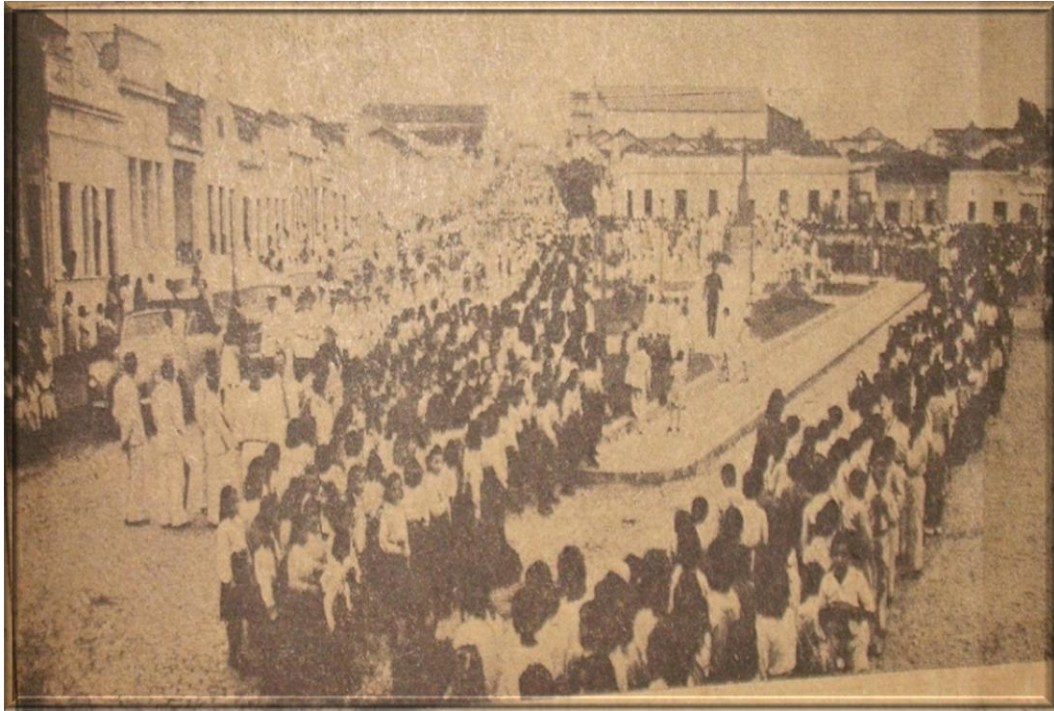


Foto 24: A participação dos alunos na comemoração do dia da Juventude. Praça Coronel Antonio Pessoa. Fonte: A UNIÃO, 26 de abril de 1941.

Sobre essa data, que também era o dia do aniversário de Getúlio Vargas, Silva (2011, p. 40) ressalta que

Havia uma valorização da imagem dos jovens brasileiros e eles eram considerados como importantes ferramentas para o desenvolvimento da nação.

[...] nesta data o país festejava o natalício do presidente, dia perfeito para solenizar a juventude que o governo de Getúlio Vargas tanto exaltava como a ‘menina dos olhos da nação’.

Logo, ressaltamos que as comemorações, as festas, os desfiles foram oportunidades criadas para apresentar à sociedade as atividades desenvolvidas pelos alunos e pelos professores, mas também um instante oportuno para cultivar espírito de nacionalidade, ou melhor, contribuindo para a construção de uma identidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final desta pesquisa temos alguns aspectos que desejamos ressaltar. Primeiramente, observamos que os jornais *Voz da Borborema* e *A União*, bem como alguns dos seus memorialistas e intelectuais, que foram, para este trabalho, consultados, propagandearam uma cidade que se encontrava nos “trilhos do progresso”, reforçando a construção de imagens sobre uma *urbe* que se pretendia grande e moderna.

Nesse sentido, aos olhos daqueles que escreveram nos jornais, a *urbe campinense* era “grandiosa”, mesmo tendo passado por grandes dificuldades no seu caminhar rumo ao progresso, ao desenvolvimento, tão mais desejados e decantados, mas que na verdade foram precariamente concretizados, uma vez que os problemas infraestruturais básicos, tais como o de fornecimento de água potável, energia elétrica, saneamento básico, não atenderam às necessidades do campinense comum, ou seja, o seu cotidiano, o seu dia-a-dia foi marcado pelo mau funcionamento dos equipamentos modernizantes. Assim sendo, podemos afirmar que o processo de modernização de Campina Grande foi inacabado, uma vez que os investimentos públicos destinados à sua urbanização estiveram restritos a alguns poucos lugares, não garantindo, portanto, a *modernidade* em Campina Grande tão proclamada por alguns dos seus estudiosos e admiradores.

Entretanto, consideramos importante ressaltar que houve sim um grande projeto modernizador que objetivou transformar a cidade, tendo como motivação a medicina social, os conhecimentos da engenharia, uma educação ativa, empreendida especialmente nos grupos escolares, e o desejo civilizador de alguns administradores públicos tais como Vergniaud Vanderley e Bento Figueiredo, que entendemos, conceberam a cidade como corpo de mulher (*Rainha!*) a ser tratado e higienizado. Assim como um corpo, “as cidades deveriam ser asseadas, deveriam passar por um processo de higienização pelo qual se eliminariam todas as obstruções à boa respiração e circulação sanguínea”. (AGRA, 2006, p. 57).

Nessa perspectiva, embora considerando o ritmo próprio dos campinenses, assim como as suas peculiaridades econômicas, sociais, políticas e culturais, consideramos que, mesmo com intensidades diferentes, as mudanças urbanas e educacionais que assolaram o sudeste do país, bem como de cidades nordestinas, como Recife e até mesmo João Pessoa, repercutiram em Campina Grande.

Pensamos que, sobretudo, esse processo, em termos educacionais, foi evidente, uma vez que as décadas de 1930 e 1940, na Paraíba, e especialmente, Campina Grande foram

marcadas pelo aumento na busca por instrução, ou melhor, por educação no seu sentido mais ampliado. A crença de que pela renovação dos padrões didáticos e pedagógicos se modernizaria a sociedade foi, também, compactuada por Campina Grande que manifestou e concretizou esse sentimento com a criação de três novos grupos escolares: o Clementino Procópio, em Campina Grande, o Monsenhor Sales, no distrito de Galante, e o José Tavares, no distrito de Queimadas.

Nesse sentido, os referidos grupos escolares desempenharam, a nosso ver, um papel importante na constituição de uma sociedade mais educada, mais civilizada dentro dos preceitos modernos, ou seja, criando “uma mentalidade nova”. E embora os grupos escolares tenham sido gerados pelas elites locais, eles passaram a formar não só os filhos desse grupo social, mas, sobretudo dos segmentos sociais médios e populares, conforme discutimos no capítulo III deste trabalho.

No caminho da produção dessa dissertação algumas questões nos fizeram sorrir, uma delas foi a de poder visitar os grupos escolares, hoje escolas estaduais, e encontrar funcionários querendo contribuir com a pesquisa. Encontramos no percurso pessoas atenciosas, simples, simpáticas, que nos seus ofícios de bibliotecários, secretários e auxiliares dos arquivos se sensibilizaram com este trabalho de pesquisa. Porém, ao mesmo tempo ficamos tristes por chegar e ver que as escolas não têm a cultura de preservar os seus documentos, parte significativa de suas memórias.

Por conseguinte, este trabalho ressalta que durante o seu desenvolvimento foi possível caminhar sob um olhar crítico, e que nos conduziu a refletir que o que foi dito sobre a modernização da cidade de Campina Grande, e que de certa forma, ainda, povoa o imaginário do campinense comum, foi construído a partir do muito que se escreveu de forma ufanista e laudatória acerca da grandiosidade, das ações modernizadoras que foram mais desejadas do que de fato empreendidas pela elite política, econômica e intelectual paraibana e mais precisamente campinense.

REFERÊNCIAS E FONTES

ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas. **Revista brasileira de História**. São Paulo, SP: v. 18, n. 36, 1998.

AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Graf. Marccone, 2006

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino. Maceió, AL: Edições Catavento, 2003.

ARANHA, Gervácio B. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó, Alarcon et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132 .

AZEVÊDO LIMA. A inspeção sanitária dos escolares. In: **Jornal A União**, João Pessoa, PB. de 14 de agosto de 1941.

BARRETTO, Ottoni. “Tudo por Campina” In: **VOZ DA BORBOREMA**, Campina Grande, PB. Nº 9, de 14 de Agosto de 1937.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BURKE, Peter (org.): **A escrita da História**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1992.

CABRAL FILHO, Severino. Água: desejo, promessa e espetáculo. In: _____. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). João Pessoa, PB: UFPB, 2007, pp. 36/73.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens**. Campina Grande, PB: UFCG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação/Núcleo Cultural português. Edições Caravela, 1999.

_____. **Datas Campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes Faria e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6).

CARVALHO, Roberta Costa de. **Educação da infância na capital da Paraíba: o Jardim de Infância na década de 1930**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2003. (Dissertação de Mestrado).

CAVALCANTI, Silêde Leila O. Campina Grande De(fl)vorada por forasteiros: a passagem Campina Patriarcal a Campina burguesa. In. GURJÃO, Eliete de Q. (org) **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 3ª edição Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção travessia do século).

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 2002.

CURY, Cláudia Engler. **Políticas culturais no Brasil: subsídios para a construção de brasilidade**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002, (Tese de Doutorado).

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** A questão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001.

DÂNGELO, Newton Ouvindo o Brasil: O ensino de História pelo Rádio - décadas de 1930/40. In: **Revista brasileira de História**. v. 18 n. 36, São Paulo, 1998.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**, v. I. Campina Grande: copyright, 1993

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Traduções de Ruy Jungman, v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: **Saeculum. Revista de História**. n.16. João Pessoa, PB: DH/PPGH/UFPB, 2007.

GHIRALDELLI Jr. **História da educação**. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

GOMES, Mario. Descentralização do professorado. In: **Jornal A União**, João Pessoa, PB. 13 de maio de 1941.

GONÇALVES, Regina Célia. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 1999.

HABERMAS, Jürgen. “A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de Autocertificação”. In: HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo Martins Fontes, 2000.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1994.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Traduções de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2010. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Percursos e percalços na implantação dos jardins de infância na cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939)**. João Pessoa, PB: UFPB/DH. (Monografia).

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba: Interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937)**. João Pessoa, PB: UFPB/DME, de agosto de 2009. (Relatório de Final do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco, 2004.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA (Apêndice). In: GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo, SP: Cortez, 1990. (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor).

MARCONDES, Danilo. Fase Inicial. In: **História da Filosofia: dos Pré socráticos a Wittgestein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1939.

MATOS, Maria Izilda Santos. Cidade e Cotidiano. In: **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956. (Coleção arquivos paraibanos).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, SP: EPU e EDUSP, 1974.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **Façamos a família á nossa imagem: a construção de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30)**. Recife, PE: CFCH/UFPE. 2002. (Tese Doutorado em História).

_____. Há Va(r)gas na escola: O discurso higiênico e a limpeza da infância escolar nos anos de 20 e 30. In: DANTAS, Eugenia, OLIVEIRA, Iranilson Buriti. (Orgs). **Cidade e Região: múltiplas histórias**. João Pessoa, PB: Idéia, 2005.

_____. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). In: **Saeculum. Revista de História**. nº16. João Pessoa, PB: DH/PPGH/UFPB, 2007.

PAIVA, Bruna Maria Morais de. **Escolarização na primeira república: organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1931)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2010. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 27, nº 53 junho de 2007.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, Cristino. Coisas da Cidade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, nº 10, de 16 de fevereiro de 1938.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo, SP: Cortez, 1981.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e Fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979.

RICOEUR, Paul. Perspectivas crítica: Objetividade e subjetividade em História. In: **História e verdade**. Tradução de F. A. Ribeiro, Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1968.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande**. João Pessoa, PB: Grafset, 2003.

SILVA, Alvimar. **A Filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: s/e. 1939.

SILVA, PALOMA PORTO, **(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica**: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB(1919-1945). João Pessoa, 2010. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve!Salve!** - Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Vívía de Melo. **Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande - PB (1924-1937)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2009. (Dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 1999. (Coleção história temática da Paraíba).

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 À Queda do Estado Novo**. – Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, 1993.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 61-92 – 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (org). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TEXEIRA, Flávio W. Modernidade, modernização, relações sociais, cultura e sociabilidade no Recife dos anos 1950. In: **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. n. 21, 2003. Recife. Ed. Universitária, 2005.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1997.

VEIGA, Cintia Greive. A educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANA, Raymundo. O Alcance econômico social da administração Argemiro de Figueiredo. In: **Voz da Borborema**. Campina Grande, nº 4, de 25 de janeiro de 1938.

VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In. LOMBARD, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel M. (Orgs). **Fonte, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados/ HISTEDBR, 2004. p.13-35.

<http://www.queimadas.pb.gov.br/telas/cidade/> acessado em 05 de maio de 2011.

<http://tataguassu.blogspot.com/> acessado em 05 de maio de 2011.

FONTES

DEPARTAMENTO ESCOLAR DA EDITORA DO BRASIL. **A organização do ensino secundário no Brasil**. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 1943.

Jornal A União, João Pessoa, de 2 de outubro de 1935.

Jornal A União, João Pessoa, nº 236 de 22 de outubro de 1935.

Jornal A União, João Pessoa, nº 15, de 19 de janeiro de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, nº 27, de 4 de fevereiro de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, de 11 de fevereiro de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, nº 142, de 28 de junho de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, de 8 de julho de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, de 2 de agosto de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, nº 287, de 24 de outubro de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, nº 288, de 29 de dezembro de 1936.

Jornal A União, João Pessoa, nº 35, de 12 de fevereiro de 1938.

Jornal A União, João Pessoa, nº 20, de 25 de janeiro de 1939.

Jornal A União, João Pessoa, nº 223, de 06 de outubro de 1939.

Jornal A União, João Pessoa, nº 16, de 21 de janeiro de 1940.

Jornal A União, João Pessoa, nº 19, de 25 de janeiro de 1940.

Jornal A União, João Pessoa, de 26 de abril de 1941.

Jornal A União, João Pessoa, de 21 de setembro de 1941.

PARAHYBA, Estado da. **Edifícios Escolares do Estado da Parahyba**. Publicação comemorativa da 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

PARAÍBA, Governo da. **Realizações da administração de Argemiro de Figueirêdo**. João Pessoa, PB: Departamento de Estatística, 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 9, de 14 de agosto de 1937.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 19, de 18 de setembro de 1937.

Voz da Borborema, Campina Grande, de 13 de outubro de 1937.

Voz da Borborema, Campina Grande, de 20 de novembro de 1937.

Voz da Borborema, Campina Grande, de 24 de novembro de 1937.

Voz da Borborema, Campina Grande, de 1 de janeiro de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 2, de 5 de janeiro de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 4, de 25 de janeiro de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 14, de 5 de março de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, nº 20, de 26 de março de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, 6 de julho de 1938.

Voz da Borborema, Campina Grande, de 29 de junho de 1940.

ANEXOS

ANEXO 1



Foto: Mural localizado na Praça Clementino procópio Campina Grande. Fonte: Arquivo da Autora, 06 de Jun. de 2010

“Campina, as tuas ruas são os meus caminhos, onde quer que eu ande eles me conduziram a ti.”
(Ronaldo Cunha Lima)

“A Cidade são as ruas as praças, mas é sobretudo a alma, essa coisa imanen. As peculiaridades que todos sentem e poucos sabem definir, seu maior encanto, campina é essa originalidade. Parece com tudo e não se iguala a nada”. (José Américo de Almeida)

“Cidade menina, menina rainha, rainha que reina, crescendo. Crescendo num solo bendito. De sol e de sonhos, de clima ameno Em noites macias, no frio tão puro das madrugadas tão lindas. Assim, és. Ainda Menina tão bela. Rainha tão pura. Campina, Campina”. (Chico Maria)

ANEXO 2



Foto: Mural localizado na Praça Clementino procópio Campina Grande. Arquivo da Autora, 06 de Jun. de 2010

“Esta terra de bravos não será terra de escravos nem reinado de opressão”. (Féliz Araújo)

“Campna grande, deus te colocou nos pincaros da Borborema para mais perto do ceu contemplar o bordado azul dos teus horizontes”. (Alcides carneiro)

“Quem viveu e não gozou uma tarde aqui na serra. Naõ diga que veio a terra. Nem que na terra passou.” (Lino Gomes da Silva)

“Duvido, Campina Grande tê cidade que se afôite a tê noites como as tua quando o alfange da lua corta a mantia da noite”. (Zé da Luz)

ANEXO 3

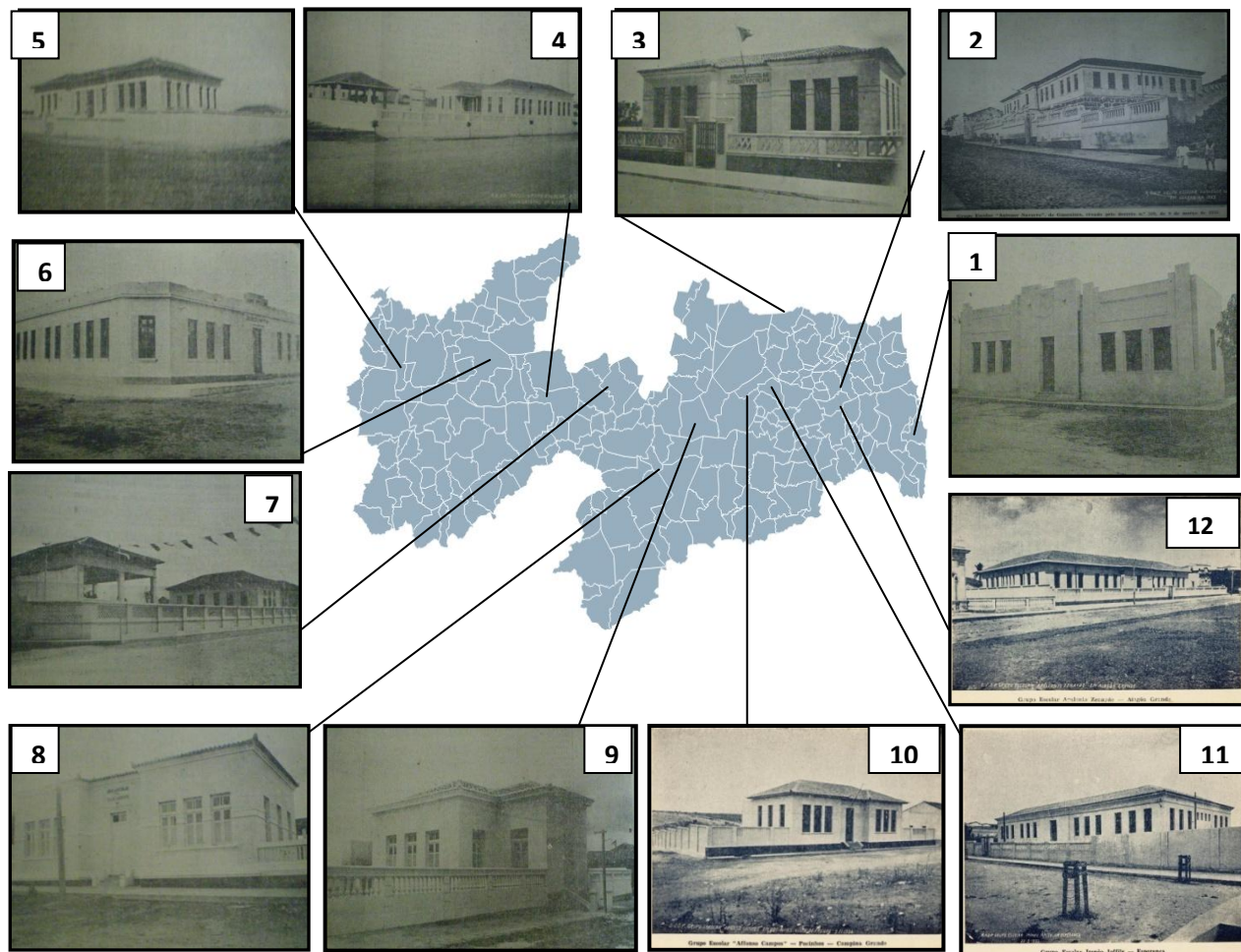
2.ª PARTE—MATRICULA

Secção b) — PAGINA DESTINADA EXCLUSIVAMENTE AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS (EXCEPÇÃO DAS COLS. XVIII, XIX E XX)

XVIII	XIX	XX	XXI	XXII	XXIII	XXIV	XXV
Escola que frequentou anteriormente	Religião que adota	Consorte para a Caixa Escolar?	NOME DO PAI, TUTOR OU PESSOA RESPONSÁVEL	RESIDÊNCIA	Nacionalidade (indicar o país onde nasceu)	Profissão	Nota de escrever?
			Nilo Gonçalves Moura		Brasil	Brasileiro	Sim
			"		"	"	"
			Orlando Raimundo		"	Func.	"
			"		"	"	"
			"		"	"	"
			Edson G. de Araújo		"	Brasileiro	"
			Martins da Silva		"	Agric.	"
			Vital de Souza Raimundo		"	Brasileiro	"
			Levirino Tavares		"	Agric.	"
			Levirino Gomes Barbosa		"	"	"
			"		"	"	"
			José Pereira Cruz		"	"	Sim
			"		"	"	"
			Hegemio Geraldo		"	Brasileiro	Sim
			Edro Fardoso		"	Agric.	Sim
			Severino Luis Raimundo		"	Agric.	Sim

Imagem: Livro de matrícula do Grupo Escolar José Tavares, Queimadas, 1944.
Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Tavares.

ANEXO 4



LEGENDA

- 1-Escolar Duarte da Silveira, na Capital;*
- 2 – Grupo Escolar Anthenor Navarro, em Guarabira;*
- 3 – Grupo Escolar Targino Pereira, em Araruna;*
- 4 – Grupo Escolar Rio Branco, em Patos;*
- 5 – Grupo Escolar Monsenhor Milanês, em Cajazeiras;*
- 6 – Grupo Escolar João da Mata, em Pombal;*
- 7 – Grupo Escolar Coêlho Lisboa, em Santa Luzia;*
- 8 – Grupo Escolar 24 de Janeiro, em S. João do Cariri;
- 9 - Grupo Escolar de Joazeirinho, em Soledade;*
- 10 – Grupo Escolar Affonso Campos, em Pocinhos;*
- 11 - Grupo Escolar Irineu Jofilly, em Esperança;*
- 12 - Grupo Escolar Apolonio Zenayde, em Alagôa Grande.**

Observação: Montagem do mapa da Paraíba, contemplando alguns municípios e seus respectivos grupos escolares criados no período das interventorias (1930 a 1934). Esse esquema foi montado por Rosângela Chrystina Fontes de Lima e encontra-se no Relatório de Final do Projeto de Iniciação Científica de agosto de 2009, intitulado: **Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba: Interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937)**, coordenado pelo prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Fonte:

* Fotos: Jornal “A União”.

** Fotos: PARAHYBA, Estado da. **Edifícios Escolares do Estado da Parahyba**. Publicação comemorativa da 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

ANEXO 5



Antigo Grupo Escolar, hoje, Escola Estadual de Ensino Fundamental Clementino Procópio, Rua Felipe Camarão, s/n- São José, Campina Grande.
Fonte: fotografia e acervo da autora, 2010.

ANEXO 6



Antigo Grupo Escolar, hoje, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Salles - Galante Campina Grande.

Fonte: Fotografia e acervo da autora, 2010.